

**MOEMA GUIDUCE NOGUEIRA**

**PENSANDO NO *DEPOIS*: UM ESTUDO  
SOB A PERSPECTIVA DA  
GRAMATICALIZAÇÃO**

São José do Rio Preto  
2011

**MOEMA GUIDUCE NOGUEIRA**

**PENSANDO NO *DEPOIS*: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA  
GRAMATICALIZAÇÃO**

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, Área de Concentração - Análise Linguística junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

São José do Rio Preto  
2011

**MOEMA GUIDUCE NOGUEIRA**

**PENSANDO NO *DEPOIS*: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA  
GRAMATICALIZAÇÃO**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, Área de Concentração - Análise Linguística junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves  
UNESP – São José do Rio Preto  
Orientador

Prof. Dr. Prof. Dr. Eduardo Penhavel de Souza  
UFV - Viçosa

Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão  
UFGO - Goiás

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti  
UNESP – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Gisele de Cássia Sousa  
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto, 28 de julho de 2011

Dedico este trabalho

A quem amo muito: meus pais – *Arcir e Beverli* – meus maiores mestres.

## Agradecimentos

---

---

A Deus, pela presença em minha vida.

Ao Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, pela condução exemplar da orientação deste trabalho. Foi um privilégio para mim, Carlos, poder conviver com você e, principalmente, aprender com você; sua competência, sua dedicação e seus ensinamentos foram de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa. *Depois*, sua amizade tornou as coisas mais agradáveis. Tenho por você “imedível” admiração e estima.

À Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti (especial-mente Erô) e à Profa. Dra. Gisele de Cássia Sousa, pelas valiosas contribuições que deram, por ocasião do exame de qualificação.

À amiga Vanessa, porque compartilhamos experiências difíceis, porém vitoriosas, durante o doutorado.

Aos meus queridos pais, Arcir e Beverli, por serem fontes de apoio e de carinho e por tudo que representam na minha vida.

Às minhas amadas irmãs, Luciane e Érika, pela cumplicidade e amizade de sempre.

À minha prima Léa, ao Carlos e ao Savério, pelos momentos de agradável descontração.

À Lorena, minha amada sobrinha, pelo meu retorno ao mundo do *Faz de Conta*.

Ao meu amado Dino, pela serena companhia - *Com você, sinto a paz do paraíso, o infinito de um sorriso sobre a luz do teu olhar*.

À Secretaria de Estado da Educação de São Paulo pela concessão da Bolsa Doutorado.

## Resumo

---

Sob perspectiva diacrônica, este trabalho tem como propósito resgatar a trajetória de mudança de usos de *depois* na história do português, com base em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Fundamentada em descrição sincrônica de usos de *depois* no português atual (MARTELOTTA, 1996), nossa hipótese é a de que o *continuum espaço > (tempo) > texto*, que permite organizar os usos sincrônicos, é resultante de um percurso histórico de mudança categorial, desde o latim, com a seguinte configuração: *advérbio espacial > advérbio temporal > locução prepositiva/conjuntiva* ou *conjunção temporal > operador argumentativo de valor aditivo*. Esse percurso instancia-se por meio de um processo de gramaticalização, que, na sua acepção mais clássica, envolve rebaixamento de estatuto categorial de um elemento linguístico (HOPPER & TRAUGOTT, 1993), possível de ser apreendido em contextos linguísticos específicos. Assim, a expectativa é a de que usos de *depois* apreendidos nas diferentes sincronias permitem recompor sua trajetória de gramaticalização. Constitui ainda objetivo deste trabalho, correlacionar os usos de *depois* às funções *ideacional*, *interpessoal* e *textual* da linguagem (HALLIDAY, 1976, 1978). Metodologicamente, a investigação empírica toma por base dados diacrônicos provenientes de textos que integram a “Amostra diacrônica do Português” (LONGHINTHOMAZI, 2004), disponível em <<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>>. Trata-se de um banco de textos informatizados, de gêneros textuais variados, representativos de oito séculos, a contar do século XIII. Os resultados alcançados revelam, ao longo da história do português, sete usos diferentes de *depois*: i) como **Locativo**, para localizar entidade em espaço posterior; ii) como **Temporal Absoluto**, para localizar precisamente o tempo posterior de um evento; iii) como **Temporal Aproximativo**, para localizar, de forma menos precisa, o tempo posterior de um evento; iv) como **Temporal Relativo**, para apenas apontar o tempo posterior de um evento; v) como **Temporal Organizador**, para organizar o texto, de modo que se estabeleça o elo de sucessão entre dois ou mais eventos; o evento introduzido por *depois* é interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal; vi) como **Sequenciador**, para sequenciar dois ou mais eventos, indicando que o evento expresso na oração por ele introduzida ocorre quando um anterior se conclui, e vii) como **Aditivo**, para indicar textualmente a sucessão temporal entre proposições; a expressão introduzida por *depois* adiciona argumento em favor de uma dada conclusão enunciada anteriormente. A emergência desses padrões de uso confirma parcialmente a hipótese deste trabalho, uma vez que é possível propor para *depois* uma trajetória de mudança multidirecional, que assume o uso **Locativo** como fonte de irradiação das funções mais gramaticalizadas, tratando-se, portanto, de um caso de *poligramaticalização*. Sobre a correlação entre padrões de uso de *depois* e as funções da linguagem, uma mudança semântico-pragmática ocorre na direção *ideacional > textual*, podendo ser perpassada pela função *interpessoal* em qualquer ponto do percurso multidirecional, uma vez que as mudanças de significado envolvem *referência ao mundo externo > referência ao mundo interno*, no qual a avaliação corroborativa entre proposições representa maior (inter)subjetividade no uso de *depois* (HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

**Palavras-chave:** gramaticalização; diacronia; operador argumentativo; *depois*.

## Abstract

---

Under a diachronic perspective, this paperwork aims at emphasizing the change path in the use of the word *after* in the history of the Portuguese language, based on its syntactic, semantic and pragmatic aspects. Supported by a synchronous description of the uses of the word *after* in current Portuguese (MARTELOTTA, 1996), our hypothesis is that *continuum space* > (*time*) > *text*, which allows for the organization of the synchronous uses, and comes from a historical path of categorial change, beginning with Latin and represented by the following configuration: *adverb of space* > *adverb of time* > *prepositional/conjunctive phrase* or *conjunction of time* > *additive value argumentative operator*. This historical path happens by means of a grammaticalization process, which, in its most classic meaning, involves categorial status degradation of a linguistic element (HOPPER & TRAUGOTT, 1993), observable in specific linguistic contexts. Thus, there is an expectation that the uses of *after* apprehended from different synchronies allow for the recreation of its grammaticalization path. This paperwork also aims at correlating the uses of *after* to the *ideational*, *interpersonal* and *textual* language functions (HALLIDAY, 1976, 1978). Methodologically, the empirical investigation is supported by diachronic data originated from texts that comprise the “Diachronic Sample of the Portuguese Language” (LONGHIN-THOMAZI, 2004), available at <<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>>. The sample is a database of computerized texts from various genres and which are representative of eight centuries, starting from the thirteenth century. The results show seven different uses of the word *after* throughout the history of the Portuguese language: i) as a **Locative** element, in order to locate entities in subsequent space; ii) as an **Absolute Temporal** element, in order to precisely locate the subsequent time of a given event; iii) as an **Approximative Temporal** element, in order to locate the subsequent time of a given event in a less precise way; iv) as a **Relative Temporal** element, in order to just indicate the subsequent time of a given event; v) as an **Organizer Temporal** element, in order to organize the text in such a way to establish a sequential link between two or more events; the event introduced by the word *after* is interpreted as preceding the one that is described in the main clause; vi) as a **Sequencer**, in order to establish a sequence between two or more events, indicating that the event expressed in the clause introduced by it happens after the completion of a previous event, and vii) as an **Additive** element, in order to textually indicate the temporal succession among prepositions; the expression introduced by the word *after* adds an argument in favor of a given conclusion that had been previously announced. The emergence of such usage patterns partially corroborates to the hypothesis of this paperwork, once it is possible to propose a multidirectional change path of *after*, which takes on the **Locative** use as an irradiation source of the most grammaticalized functions and, therefore, constitutes a case of *poligrammaticalization*. Concerning the correlations between the usage patterns of *after* and the language functions, a semantic-pragmatic change occurs in the following direction: *ideational* > *textual*, with the possibility of being pervaded by the *interpersonal* function at any stage of the multidirectional path, since the changes in meaning involve a *reference to external world* > *reference to internal world* - a stage at which the corroborative evaluation among prepositions represent a higher (inter)subjectivity in the use of *after* (HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

**Keywords:** grammaticalization; diachrony; argumentative operator; *after*.

## Sumário

---

	Página
<b>LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	
1	Considerações iniciais..... 10
2	Hipótese..... 12
3	Objetivos..... 15
4	Metodologia..... 15
5	Organização da tese..... 24
<b>CAPÍTULO 1: GRAMATICALIZAÇÃO: VERTENTE DOS ESTUDOS DA MUDANÇA LINGUÍSTICA</b>	
1	Gramaticalização: definição geral e panorama histórico..... 26
2	Os mecanismos da gramaticalização e as motivações da mudança..... 38
2.1	A metáfora..... 38
2.2	A metonímia..... 42
2.3	Motivações da mudança: analogia e reanálise..... 44
2.4	O contexto e as motivações pragmáticas em gramaticalização..... 47
<b>CAPÍTULO 2: <i>DEPOIS</i> COMO OBJETO DE ESTUDO: ORIGEM, TRABALHOS ANTERIORES E CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO</b>	
1	A origem de <i>depois</i> ..... 55

2	Operadores argumentativos.....	64
3	Trabalhos referentes a <i>depois</i> .....	67
4	As funções da linguagem e a gramaticalização de <i>depois</i> .....	80

### **CAPÍTULO 3: OS USOS DE *DEPOIS* SOB A PERSPECTIVA DIACRÔNICA**

1	Evolução histórica do uso de <i>depois</i> .....	89
1.1	Século XIII.....	93
1.2	Século XIV.....	101
1.3	Século XV.....	108
1.4	Século XVI.....	112
1.5	Século XVII.....	116
1.6	Século XVIII.....	118
1.7	Século XIX.....	121
1.8	Século XX.....	124
1.9	Considerações sobre a posição de <i>depois</i> .....	127

### **CAPÍTULO 4: PENSANDO NO *DEPOIS*: GRAMATICALIZAÇÃO E FUNÇÕES DA LINGUAGEM**

1	Considerações preliminares sobre a gramaticalização de <i>depois</i> .....	131
2	A POLIgramaticalização de <i>depois</i> .....	135
3	O percurso da mudança de <i>depois</i> e as funções da linguagem.....	138

	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	145
--	-----------------------------------	-----

	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	156
--	---	-----

## Lista de figuras e quadros

---

	página
<b>FIGURAS</b>	
Fig. 1: Origem e processo de gramaticalização de <i>depois</i> .....	79
Fig. 2: Frequência de uso dos sentidos de <i>depois</i> nas diferentes sincronias.....	92
Fig. 3: Usos de <i>depois</i> e as funções da linguagem.....	142
Fig. 4: Esquema de poligramaticalização de <i>depois</i> .....	151
 <b>QUADROS</b>	
Q. 1: Síntese dos estudos precursores da GR.....	29
Q. 2: Correspondência entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte.....	41
Q. 3: Esquema de desenvolvimento do auxiliar <i>be going to</i> (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).....	46
Q. 4: Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia (GONÇALVES <i>et al.</i> , 2007).....	47
Q. 5: Frequência de <i>depois</i> no século XIII.....	94
Q. 6: Frequência de <i>depois</i> no século XIV.....	102
Q. 7: Frequência de <i>depois</i> no século XV.....	110
Q. 8: Frequência de <i>depois</i> no século XVI.....	112
Q. 9: Frequência de <i>depois</i> no século XVII.....	116
Q. 10: Frequência de <i>depois</i> no século XVIII.....	118
Q. 11: Frequência de <i>depois</i> no século XIX.....	121
Q. 12: Frequência de <i>depois</i> no século XX.....	125
Q. 13: Funções vs. Posições de <i>depois</i> nas diferentes sincronias.....	130

## INTRODUÇÃO

---

### 1 Considerações iniciais

Nos estudos que se alinham ao paradigma da Gramaticalização (doravante GR), uma das questões que despertam grande interesse é a emergência de elementos conectores de orações. O caminho percorrido no desenvolvimento desses elementos revela que, nesse processo de GR, um item lexical ou uma construção passa a assumir funções gramaticais, e formas já gramaticalizadas, com a continuidade do processo, passam a desempenhar novas funções gramaticais. Longhin-Thomazi (2003) mostra como o português, para suprir a falta de elementos conectivos, habilitou palavras de natureza diversa (como advérbios e preposições) já existentes no sistema para o papel de conjunção.

Segundo Paiva (2001), é comum que locuções prepositivas se submetam a um processo de reanálise, que as transforma em conectores, como é o caso da expressão inglesa “on the basis of”, citada por Hopper e Traugott (1993), e da locução prepositiva do português “por causa de”, que, segundo a autora, está se gramaticalizando na locução conjuntiva “por causa (de) que”.

Elementos que funcionam como conectivos, ligando cláusulas, e que, além de desempenharem funções de caráter gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso, são denominados *operadores argumentativos* (KOCH, 1996, 2004; MARTELOTTA, 1996). De acordo com Martelotta (1996, p.194), “são elementos mais fixos na cláusula e sua função básica é a de organizar internamente o sistema de uso da

língua e não a de fazer referência ao universo biossocial”. Essa definição auxilia no reconhecimento da multifuncionalidade de *depois*, que, em seus usos mais gramaticalizados, passa a atuar como operador argumentativo de natureza textual, à medida que organiza, no espaço textual, porções discursivas que extrapolam os limites oracionais, domínio mais propício de atuação das conjunções.

Recorrendo à noção de metáfora categorial para explicar a GR de “depois”, Martelotta (1996) propõe a seguinte trajetória de mudança gradual: *depois*, que é usado para designar um ponto no espaço (*depois* da escola), passa a funcionar como veículo para a expressão de conceitos temporais (*depois* de três dias). Transcendendo o mundo do espaço e do tempo, passa, então, a atuar em domínios mais abstratos, tornando-se um elemento de função argumentativa. Esses diferentes usos podem ser notados nas ocorrências seguintes (MARTELOTTA, 1996, p.193):

(1)  
...você chega assim... tem... tipo de frente pra janela... a porta é à minha esquerda... aí toda parte da parede esquerda... tem armário... depois vem o freezer... a geladeira... mais um armário...

(2)  
...eu encontrei com ele depois... assim... (uma) altura de quarenta minutos a uma hora depois...

(3)  
E: Então você acha bom a mulher trabalhar fora?  
I: Acho. Atualmente acho, não pra mim que já estou com uma vida formada, casada há vinte e sete anos já, não, não, não. E depois não preciso, graças Deus.

Na ocorrência em (3), o elemento *depois* perdeu o valor espacial/temporal original, como em (1) e (2), e assumiu a função de adicionar argumentos em favor do

que está sendo dito. Passa a ter o valor semelhante a “além disso”, “além do mais”, podendo ser considerado um operador argumentativo.

Como mostra Martellota (1996), no português atual o elemento *depois* apresenta valores espaciais, temporais e argumentativos, e seus usos podem ser arranjados, como é comum aos operadores argumentativos, em uma trajetória de GR do tipo *espaço* > (*tempo*) > *texto*, trajetória proposta pelo autor, com base em Heine *et al.* (1991), mas que carece ainda de uma comprovação diacrônica, para realmente afirmar a existência de um processo de GR aí interveniente. Sendo assim, torna-se pertinente e justificável este estudo, que leva em consideração a GR de *depois*, isto é, a apreensão do processo de mudança categorial e semântica desse elemento ao longo da história do português, recorrendo-se a análises contextuais aprofundadas na apuração da multifuncionalidade do item.

## 2 Hipótese

As considerações feitas até aqui apontam para a coexistência de cinco usos de *depois* no português atual: advérbio, locução prepositiva, locução conjuntiva, conjunção e operador argumentativo, sendo tais usos identificados a partir do contexto em que se encontra esse item.

Segundo Martelotta (1996), por um processo de GR que considera a trajetória *espaço* > (*tempo*) > *texto*, os operadores argumentativos são provenientes de circunstanciadores espaciais, que passam metaforicamente a ser usados para representar

relações entre pontos do texto, que é construído analogicamente com as mesmas características espaçotemporais da realidade física.

De acordo com Heine *et al.* (1991), esse processo de GR é unidirecional e se manifesta em escala crescente de abstratização, indo do sentido [+ concreto] para o [-concreto]. Tal escala é representada de forma a conservar como mais básica e mais concreta a expressão com sentido espacial. Alguns traços do sentido espacial, entretanto, persistem claramente em usos com valor temporal, mas não se manifestam necessariamente de forma transparente em usos que encadeiam o discurso. Esses usos encadeadores já têm um sentido mais abstratizado, com função específica de organização do discurso.

Dessa forma, a observação do *cline* de gramaticalidade de *depois*, sugerida por Martelotta (1996), com base em dados do português contemporâneo, evidencia uma gradação de sentidos relacionada com a classe gramatical que ele passa a integrar, possibilitando a proposição de um *continuum* de arranjo de gramaticalidade das funções reconhecidas para o item, como o dado em (4),

(4) advérbio (espacial/temporal) > locução prepositiva (espacial/temporal) > conjunção / locução conjuntiva / locução prepositiva (temporal) > conjunção (operador argumentativo = “além do mais”)

Essa escala é apenas sugestiva do processo de mudança que o item *depois* teria experimentado na história do português. De acordo com Hopper e Traugott (1993), a proposição de um *continuum* ou de um *cline*, ao modo do proposto em (4), serve ao trabalho de análise sincrônica apenas como metáfora de que se vale o analista para organizar os dados numa linha imaginária de desenvolvimento rumo a funções mais

gramaticais, pressupondo-se que esse arranjo sincrônico represente a variabilidade ou a “estratificação” de funções resultantes de processos diacrônicos. A esse respeito, assim se manifestam os autores:<sup>1</sup>

Como visto nas discussões sobre persistência e divergência, formas antigas podem resistir por um longo período de tempo. A renovação resulta primeiramente em modos alternantes de se dizer aproximadamente a mesma coisa, ou em modos alternantes de se organizar o material linguístico. A persistência de formas e significados mais antigos em formas e significados mais novos, sejam derivados por divergência de uma mesma fonte seja por renovação de fontes diferentes, leva a um efeito que pode ser chamado “estratificação” [*layering*] ou “variabilidade” em qualquer momento sincrônico no tempo. (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 123-124)

É com base nesses pressupostos que a trajetória apresentada em (4) direciona a hipótese defendida neste trabalho de que as funções de *depois* aferidas no português contemporâneo resultam de um processo de mudança diacrônica e se implementam, no tempo, obedecendo-se a um contínuo de gramaticalidade crescente, com a seguinte configuração: de origem como elemento adverbial indicador de noção espacial em latim, passa, com o tempo, a expressar a noção temporal, codificada conjuncional ou preposicionalmente, e, em seguida, torna-se operador argumentativo de valor aditivo. Assume-se que esse percurso de mudança se instancia a partir de um processo de GR, possível de ser apreendido em contextos linguísticos específicos, que conduzem à reinterpretação de *depois*, em acordo com os pontos focais da escala proposta em (4).

---

<sup>1</sup> As we have seen in the context of discussion of persistence and divergence, old forms may persist for a long period of time. Renewal results primarily in alternate ways of saying approximately the same thing, or alternate way of organizing linguistic material. The persistence of older forms and meanings alongside newer forms and meanings, whether derived by divergence from the same source or by renewal from different sources, leads to an effect that can be called “layering” or “variability” at any one synchronic moment in time.

### 3 Objetivos

Neste trabalho, adota-se a escala de gramaticalidade proposta por Martelotta (1996), com base apenas em dados sincrônicos atuais, e recorre-se a ela, expandindo-a, para a formulação do objetivo geral que aqui se investiga: a busca de comprovação histórica da GR de *depois*. Assim, tomando por base a hipótese formulada, este trabalho tem como objetivo:

- (i) descrever e analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos<sup>2</sup> de construções com *depois*, a partir de dados do português diacrônico, para resgatar a trajetória de mudança percorrida pelo item.
- (ii) organizar os diferentes usos de *depois* em uma escala temporal de mudança de sua gramaticalidade, de modo a recompor sua trajetória de gramaticalização.
- (iii) apresentar e discutir uma possível correlação entre padrões de transferência de funções semântico-pragmáticas de *depois* e as funções da linguagem *ideacional*, *interpessoal* e *textual* (HALLIDAY, 1976, 1978).

### 4 Metodologia

A interação e a interdependência entre sincronia e diacronia são fundamentais na compreensão do processo de GR, porque, como esclarecem Furtado da Cunha, Oliveira

---

<sup>2</sup> Reconheço as limitações de uma pesquisa em dados diacrônicos no que diz respeito à identificação, com clareza, dos aspectos pragmáticos envolvidos na situação de emprego de uma dada forma, aspectos esses nem sempre possíveis de serem apreendidos pelo analista em razão dos fatores sócio-histórico-culturais que permeiam o uso da língua temporalmente situado.

e Votre (1999), além do exame das formas gramaticais como fenômeno discursivo-pragmático, cabe também investigar a origem dessas formas e os caminhos/trajetórias de mudança pelos quais passam.

O estudo de processos de GR envolve a pesquisa e a comparação de estágios linguísticos distintos, utilizando modelos ou teorias desenvolvidos nas pesquisas sincrônicas, que também podem ser testados a partir de dados históricos. Assim, esses estudos sobre GR passam a ter um caráter pancrônico: têm uma dimensão sincrônica, já que tratam de questões relativas à variação, que pode ser vista como um sistema independente da dimensão temporal, e uma dimensão diacrônica, que envolve mudança.

Hopper e Traugott (1993) afirmam que os fatos sincrônicos são indistinguíveis dos processos diacrônicos e discursivo-pragmáticos nos quais eles possam ser apreendidos. Dessa forma, a morfossintaxe sincrônica pode ser entendida como o reflexo temporário/provisório, e não necessariamente estável, de mudanças em processo. Tal consideração traz à tona a noção de *gramática emergente* de Hopper (1987), que determina que a gramática é o sistema constituído por regularidades decorrentes de pressões do uso, o que significa dizer que, de acordo com as necessidades comunicativas do falante, ele fará uso de determinado elemento; sendo esse elemento útil, passa a emergir como uma estrutura funcional, com seu próprio valor, significação e função. Assim, a estabilidade/regularidade da gramática é apenas provisória, pois sempre está sujeita à renovação e ao abandono, gerando continuamente construções inovadoras.

Isso indica que uma perspectiva diacrônica pode oferecer mais do que simplesmente um comentário histórico interessante a respeito dos fatos sincrônicos. Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999) apontam três razões pelas quais uma

abordagem diacrônica é desejável para estudo do processo de GR. Em primeiro lugar, ela aumenta o poder explanatório da teoria linguística. De acordo com os autores, demonstrar que uma dada forma ou construção desempenha determinada função não justifica a implementação dessa forma ou construção; é necessário tentar mostrar como essa forma ou construção veio a ter essa função. Assim, o estado sincrônico é resultado de um desenvolvimento passado que continua no presente.

Em segundo lugar, no estudo diacrônico, fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical são mais claramente revelados à medida que a mudança ocorre, ou seja, em situações de dinamismo ao invés de situações de estabilidade.

Em terceiro lugar, a língua não apresenta uma organização estável do significado, uma vez que este está constantemente mudando. Para Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999), considerar a fatia sincrônica como apenas um estágio em uma longa série de desenvolvimentos ajuda a explicar/entender a natureza da gramática num momento particular, porém a diacronia fornece explicações mais reveladoras das correlações entre forma e significado ou função.

Para a comprovação empírica da GR de *depois*, que motiva este trabalho, ou seja, para resgatar a trajetória de mudança percorrida por esse item, o universo de investigação desta pesquisa é composto por dados diacrônicos provenientes de textos de gêneros variados, os quais integram a “Amostra diacrônica do Português”, organizada por Longhin-Thomazi (2004), disponível em <<http://www.cdp.ibilce.unesp.br/>>. Trata-se de um banco de textos informatizados, de gêneros e estilos variados, representativos de 8 séculos, a contar do século XIII, que possibilita estudos diacrônicos do português.

A seguir, apresento a relação dos textos que compõem o *córpus* diacrônico utilizado nesta pesquisa; nos parênteses que antecedem cada referência, os números indicam o século; as letras, a fonte bibliográfica a que o texto pertence.

### Século XIII

(13FR) **Foro Real de Afonso X** [ ] Edição de José de Azevedo Ferreira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Vol. I, Edição de Estudo Linguístico, 1987.

(13LA) **Excertos de Legislação Antiga**. Edição de J.J. Nunes. In: *Crestomatia Arcaica*. 4. ed. Livraria Clássica Editora, s.d.

(13TPM) **Testamento de D. Afonso II [1214], Notícia de Torto, Lei de 1211 de Afonso II, e Inquirições de Afonso III [1258]**. IN: *Textos Medievais Portugueses*. Edição de Correia de Oliveira e Saavedra Machado. 2a. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1967.

(13DSG) **A demanda do Santo Graal [1220]** Reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena. Organizado por Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. II, 1970.

### Século XIV

(14PP) Alphonse X. **Primeyra Partida**. édition et étude José de Azevedo Ferreira. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

(14LA) **Livro das Aves**. Reprodução fac-similar do manuscrito do século XIV. Edição preparada por Jacira Andrade Mota, Rosa Virgínia Mattos, Vera L. Sampaio e N. Rossi, sob orientação e direção deste. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1956.

(14OE) **Orto do Esposo**. Texto inédito do fim do século XIV e começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário de Bertil Maler. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. I, 1956.

(14CGE) **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Edição crítica de Luís Filipe Lindley Cintra. In *Fontes Narrativas da História Portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Vol. II, 1954; Vol. IV, 1990.

(14BMP) **Bíblia Medieval Portuguesa**. Histórias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Historias Scolasticas. Texto apurado por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

### Século XV

(15LO) CICERAM, Marco Tullio. **Livro dos Ofícios**. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário, por Joseph M. Piel. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948.

- (15BD) MAGNE, Augusto (ed.) **Boosco Deleitoso**. Edição do texto de 1515, com introdução, anotações e glossário. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. I, 1950.
- (15CTC) ZURARA, Gomes Eanes. **Crónica da Tomada de Ceuta**. Edição crítica de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.
- (15LC) D. DUARTE. **Leal Conselheiro**. Trechos escolhidos por F. C. Marques. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.
- (15CDF) LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando**. Introdução, seleção e notas de Torquato de Sousa Soares. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.
- (15CFG) Azurara, Gomes Eanes. **Crónica dos Feitos de Guiné**. Trechos selecionados por Álvaro J. C. Pimpão. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, vol. II, 1942.

### Século XVI

- (16CSD) DORTA, Garcia. **Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia**. Reprodução fac-similada da edição impressa em Goa em 10 de abril de 1563. Academia de Lisboa, 1963.
- (16HSC) GONDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil...** Lisboa: Officina Antonio Gonsalvez, 1576.
- (16CDA) FRIAS, Pedro. **Crônica del-Rei D. António**. Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1955.
- (16CPJ) SERAFIM LEITE, S.I. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)**. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol. I, s.d.
- (16CDM) GÓIS, D. **Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel**. Nova edição conforme a primeira de 1566. Parte I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1949.
- (16MNS) MOTA, Avelino T. **Um manuscrito náutico seiscentista reencontrado**. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia Científica Lusitana, 1976.

### Século XVII

- (17CA) LOBO, Francisco Rodriguez. **Corte na Aldeia, e Noites de Inverno**. Oferecido ao Senhor Dom Dvarte. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619.
- (17SS) VIEIRA, P. Antonio. **Serman da Sexagésima**. In: Magne (org) Sermões de Padre Vieira. Reprodução facsimilada da edição de 1679. São Paulo: Editora Anchieta, s.d
- (17HA) **Historiografia de Alcobaça** (Frey Bernardo de Brito e Frei Antonio Brandão). Trechos escolhidos Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.
- (17FLS) **Frei Luis de Sousa**. Trechos de várias obras selecionados por Alfredo Pimenta. Coleção Clássicos Portugueses. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.
- (17JVC) GUERREIRO, Padre Bartolomeu. **Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal**. Coleção Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1966.

**(17LPG) Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633).** Prefácio de J. C. de Macedo Soares. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do Serviço de Documentação.

### **Século XVIII**

**(18D) Directório, que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario.** Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca. MDCCLVIII.

**(18NA) Necessario Aviso** acerca da Igreja e Doutrina dos Papas em Roma. Amorosa e fielmente dado para a advertência dos que estão na Ditta Igreja. Pelos Missionários Inglezes em Madras. Calcutta, Impressa na Officina da Missão. Ano MDCCLXXXV.

**(18OS) A Ordem da Salvação ou A Doutrina Christã** brevemente em perguntas e respostas declarada e provada com principaes testemunhos da escritura sagrada. Tranquebar. Em índia Oriental na Costa de Coromandel. Na Estampa dos Missionários delRey de Dennemarck. Anno 1712.

**(18UA) Do Uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra,** pello inventor das mesmas Agoas, J. de Castro Sarmento, doutor em Medicina, do Collegio Real dos Médicos de Londres, e Sócio da Sociedade Real. Impresso em Londres, Em Caza de Guilherme Strahan, anno MDCCLVI.

**(18TM) Theorica verdadeira das Mares,** conforme a philosophia do incomparável cavalheiro Issac Newton, pello Dr. Jacob de Casto Sarmento. Impressa em Londres, anno MDCCXXXVII.

### **Século XIX**

**(19IRP) A Idéia Republicana no Pará.** Coleta de artigos publicados no Diário de Notícias, do Pará, em 1988. Organizados por Lauro Sodré in: Crenças e Opiniões. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1896.

**(19RV) Relatorio de viagem exploradora de Matto-Grosso ao Para pelo rio Xingu,** apresentado ao Ministro da Guerra, em 1885, pelo então Capitão Francisco de Paula Castro. Revista do Arquivo, vol. I. Cuiabá: Fundação Júlio Campos, 1904.

**(19CGM) Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brazil.** Desde a descoberta do Novo Mundo ou America ate o anno de 1879. Pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de). Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, Typographo-editor, 1879.

**(19CAQ) Cartas de Antero de Quental** com um prólogo de Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

**(19RNG) Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra,** apresentado na assembleia Geral Legislativa, em 14 de janeiro de 1843, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Clemente Pereira. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1845.

**(19DMA) Discurso recitado pelo Exmo Presidente Miguel de Souza Mello e Alvim,** no dia 07 de janeiro de 1842, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Imperial de Silva Sobral, 1812.

**Século XX<sup>3</sup>**

**(20AJM) O Poder Moderador** (Jornal). São José do Rio Preto SP, 16 de ago. de 1911. Anno 1, num 1.

**(20AJP) O Porvir** (Jornal). São José do Rio Preto, (E. de S. Paulo) 12 de Julho de 1904. Anno II, num 50.

**(20CMA) Cartas de Mário de Andrade.** In: *Mário de Andrade. Cartas a Murilo Miranda* (1934-1945). Ed. Nova Fronteira, p. 11-53.

**(20MB) Cartas de Manuel Bandeira.** In: BANDEIRA, M. *Poesia e Prosa*. Ed. José Aguilar Ltda, Rio de Janeiro, 1958, vol. I e vol. II, p. 1384-1407.

**(20MCN) Senhores Membros do Congresso Nacional.** Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sétima legislatura, pelo Presidente da República Nilo Peçanha. Rio de Janeiro, 1910.

A composição desse córpus é heterogênea; encontramos nele cartas, crônicas, discursos, relatórios, dentre outros gêneros textuais, o que, se por um lado, pode ser um bom indicativo da representatividade da língua usada em cada sincronia, por outro, não parece ser essa composição suficiente para uma caracterização dos usos de *depois* em função desses diferentes gêneros, uma vez que há um número diversificado de textos para cada sincronia.

Além disso, não se devem ignorar as limitações impostas a uma pesquisa baseada em córpus. Independentemente da dimensão e da diversidade tipológica deste, nunca se poderá ter a garantia da manifestação de todos os empregos de uma dada forma num dado recorte temporal, principalmente, os das sincronias mais iniciais. Isso equivale a dizer que os dados diacrônicos nem sempre permitem interpretações inequívocas, seguras, de modo a se afirmar categoricamente a existência ou não de determinados usos.

Assim, dado o modo de composição do córpus em questão, não me parece viável um tratamento do fenômeno segundo o gênero/tipo textual em que ele se manifesta.

---

<sup>3</sup> No site do Córpus Diacrônico do Português, não há referência bibliográfica para os textos do século XX, como ocorre nos outros séculos. Apresento as informações que extraí do material pesquisado no site.

Segundo Marcuschi (2003), a expressão “tipo textual” designa uma espécie de construção teórica definida pela “natureza linguística” de sua composição, como aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, e abrange a “narração”, a “argumentação”, a “exposição”, a “descrição” e a “injunção”. Já a expressão “gênero textual” tem uma noção propositalmente vaga para referir a textos materializados que encontramos no nosso dia-a-dia e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Os gêneros textuais abrangem telefonema, sermão, carta (comercial, pessoal), romance, receita, horóscopo e assim por diante.

Marcuschi (*idem*) afirma que um gênero pode assumir a forma de outro gênero, tendo em vista o propósito de comunicação. Tal fenômeno chama-se “hibridização” ou “intertextualidade intergêneros”. A questão da intertextualidade intergêneros evidencia-se como uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero e deve ser distinguida da questão da heterogeneidade tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um gênero realizar várias sequências de tipos textuais.

Como afirma Marcuschi, os enunciados (manifestados em gêneros diversos) estão em permanente diálogo, ou seja, refletem-se uns nos outros, estabelecendo relações dialógicas entre gêneros com proximidades funcionais e usuais, que compõem um determinado contexto comunicativo, mais uma razão que me leva à despreocupação em associar as diferentes funções de *depois* a certos gêneros ou tipos textuais. Para tal empreitada, a própria composição do *cópus* teria de levar em conta tal objetivo.

O método de investigação envolve, então, o levantamento, no *cópus* escolhido, de todas as ocorrências de *depois*. A análise dos dados correlaciona-os às funções

sintáticas e semânticas que esse elemento apresenta, considerando os objetivos do trabalho apresentados.

A pesquisa aqui proposta compreende uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, ou seja, uma análise voltada para a frequência de uso de *depois*, aspecto importante na medida em que poderá mostrar se esse elemento está mais ou menos gramaticalizado, e para a interpretação dos contextos em que ocorre a mudança linguística.

Nos estudos linguísticos, há dois métodos relevantes para apurar a frequência, segundo Bybee *et al.* (1994), Heine *et al.* (1991) e Bybee (2003): a frequência *token* ou textual, que diz respeito à quantidade de ocorrência de um item/construção, independentemente da função; e a frequência *type*, que se refere à frequência com que um padrão particular ocorre, podendo ser avaliada por meio da consideração das diferentes funções assumidas pelo item ou construção no contexto específico de sua ocorrência. Dessa forma, o aumento da frequência *token* é um indício de que o item é um forte candidato a sofrer GR, e o aumento da frequência *type* – causa e consequência do primeiro – é um indício da expansão dos contextos em que o item é apropriado (BYBEE, 2005).<sup>4</sup> Sendo assim, a frequência é um critério que pode contribuir para a ocorrência do processo, uma vez que ativa e instiga as mudanças que ocorrem em GR, conforme apontam Bybee e Hopper (2001). Segundo os autores, a repetição frequente de uma forma desempenha importante papel nas seguintes mudanças que ocorrem durante a GR:

(i) enfraquecimento de forças semânticas pela habitualidade;

---

<sup>4</sup> Bybee (2005), ao estudar o auxiliar modal *can* do inglês, destaca que o aumento em frequência *type* de itens lexicais coocorrentes é a causa de a frequência *token* de unidades também crescer consideravelmente.

- (ii) redução fonológica e fusão de construções gramaticalizadas;
- (iii) perda de autonomia de um item/construção;
- (iv) perda de transparência semântica;
- (v) preservação de características morfossintáticas obsoletas.

Todos esses processos serão verificados para os diferentes usos de *depois*, na análise diacrônica, tendo-se como objetivo a confirmação histórica da descrição sincrônica dos usos desse item (MARTELOTTA, 1996).

Para a análise diacrônica, a contagem da frequência *token* será realizada pelo número de vezes em que o item apareceu em cada sincronia, o que permitirá verificar a distribuição dos usos de *depois*, e, para a contagem dos *types*, serão analisados os traços morfossintáticos e o valor semântico de cada uma das ocorrências em que o item se manifesta.

Como já afirmado anteriormente, reconheço que uma pesquisa baseada em fontes históricas tem suas dificuldades e limitações, no que diz respeito à escassez de estudos filológicos que facilitem a interpretação das ocorrências, especialmente das mais antigas, momento em que a língua ainda não dispunha de uma normatização para a composição do texto, principalmente no que diz respeito à ortografia, pontuação e paragrafação.

## **5 Organização da tese**

Quanto à sua organização, esta tese é composta de quatro capítulos. No **capítulo 1**, apresento a fundamentação teórica da GR, destacando as principais pesquisas que

compõem o quadro teórico sobre a GR, abordando desde os primeiros enfoques até os trabalhos mais recentes a respeito desse processo de mudança linguística. Proponho-me a fazer, neste capítulo, uma revisão referente à GR, concebida como uma vertente dos estudos da mudança linguística de base pragmático-discursiva, a fim de apresentar um aparato teórico-metodológico que sirva como base para traçar uma trajetória para os usos diacrônicos de *depois*.

No **capítulo 2**, caracterizo o objeto de estudo deste trabalho – o item *depois* –, apresentando sua etimologia e as reflexões dos estudos linguísticos descritivos sobre esse item. Apresento, na parte final do capítulo, uma relação entre as funções da linguagem e a GR de *depois*, com o objetivo de discutir uma possível correlação entre padrões de transferência conceitual (padrões semântico-pragmáticos) desse item e as funções da linguagem.

Para resgatar diacronicamente a trajetória de mudança percorrida por *depois*, no **capítulo 3**, apresento e discuto o resultado da análise dos dados históricos pesquisados.

No **capítulo 4**, a partir de uma discussão sobre a gramaticalização de *depois*, primeiramente, confronto o reconhecimento das funções por ele exercidas nas diferentes sincronias e a hipótese que motivou a investigação diacrônica deste trabalho; em seguida, discuto como distribuir as três funções da linguagem, *ideacional*, *interpessoal* e *textual* (HALLIDAY, 1976, 1978), em uma escala de mudança via gramaticalização, a partir de padrões de transferência de funções semântico-pragmáticas desse item.

Na última parte do trabalho, **Considerações Finais**, faço uma discussão geral dos resultados obtidos, em face ao que foi proposto inicialmente.

## CAPÍTULO 1

# GRAMATICALIZAÇÃO: VERTENTE DOS ESTUDOS DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

---

---

### 1 Gramaticalização: definição geral e panorama histórico

Segundo Martelotta (1996), a noção de gramática como estrutura maleável, proposta por Bolinger (1977), é compartilhada por linguistas americanos seguidores da abordagem funcionalista, como Hopper, Dubois, Givón e Thompson. Essa vertente funcionalista compreende a língua como “objeto maleável, probabilístico e não determinístico” (VOTRE e NARO, 1996, p. 52). Sob tal concepção, a gramática é entendida como um sistema de regularidades resultante das pressões do uso, e, em consequência disso, nunca se estabiliza. A partir desse princípio funcionalista, adoto neste trabalho a perspectiva da GR, concebida como um conjunto de princípios que têm sido usados na explicação de determinados fenômenos de mudança linguística. Mais especificamente, a GR oferece um aparato teórico-metodológico para identificação de processos que permitem reconhecer mudanças categoriais na língua, a exemplo do que procuro demonstrar nesta pesquisa, que trata do percurso de mudança do advérbio *depois*, que chega ao seu uso como operador argumentativo.

Com relação à forma de alguns estudiosos se referirem à GR, “Naro e Braga (2000), consideram-na uma vertente dos estudos da mudança linguística” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 58). Assim, Gonçalves *et al.* destacam que a GR não deve ser entendida como uma *teoria*, conforme a consideram Bybee *et al.* (1994), como

um *modelo*, de acordo com Hopper e Traugott, (1993), ou como um *paradigma*, como tratam Martelotta *et al.* (1996), Campbell e Janda (2001) e Cezario (2001).

O processo de GR pode ser encontrado em todas as línguas e pode envolver qualquer tipo de função gramatical. Por meio desse processo, palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos, adjetivos) podem passar a fazer parte de uma categoria gramatical (preposições, advérbios, conjunções, auxiliares etc) e a exercer funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas. É um processo unidirecional por meio do qual esses elementos, em determinados contextos, assumem funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver outras funções gramaticais (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Essa definição de GR é a adotada neste trabalho porque se aplica ao meu objeto de estudo, uma vez que, no caso de *depois*, trata-se de mudança de natureza lexical. Apesar de tal posicionamento, reconheço que há definições mais recentes, como de Bybee (2005), que defende ser a construção em que o item ocorre que se gramaticaliza. Bybee considera ser mais adequado dizer que *uma construção* com itens lexicais particulares torna-se gramaticalizada, em vez de dizer que *um item* lexical torna-se gramaticalizado.

Para ilustrar a mudança categorial que se instancia num processo de GR, Gonçalves *et al.* (2007, p.17,18) apresentam os exemplos (1) e (2).

(1)

Tinha também o amolador de facas, que era um **tipo** humano muito interessante, e tinha o tripeiro que isso, me disseram que ainda existe até hoje lá na Tijuca, ou no subúrbio.

(NURC-RJ)

(2)

Caras que vivem de música, gravando e fazendo shows, parecem passar pela vida sem os dramas comuns, **tipo** vestibular. Mas nem diga isso a Dinho Ouro Preto, vocalista do Capital Inicial

(Caderno Vestibular, *O Estado de S. Paulo*, out. 2004)

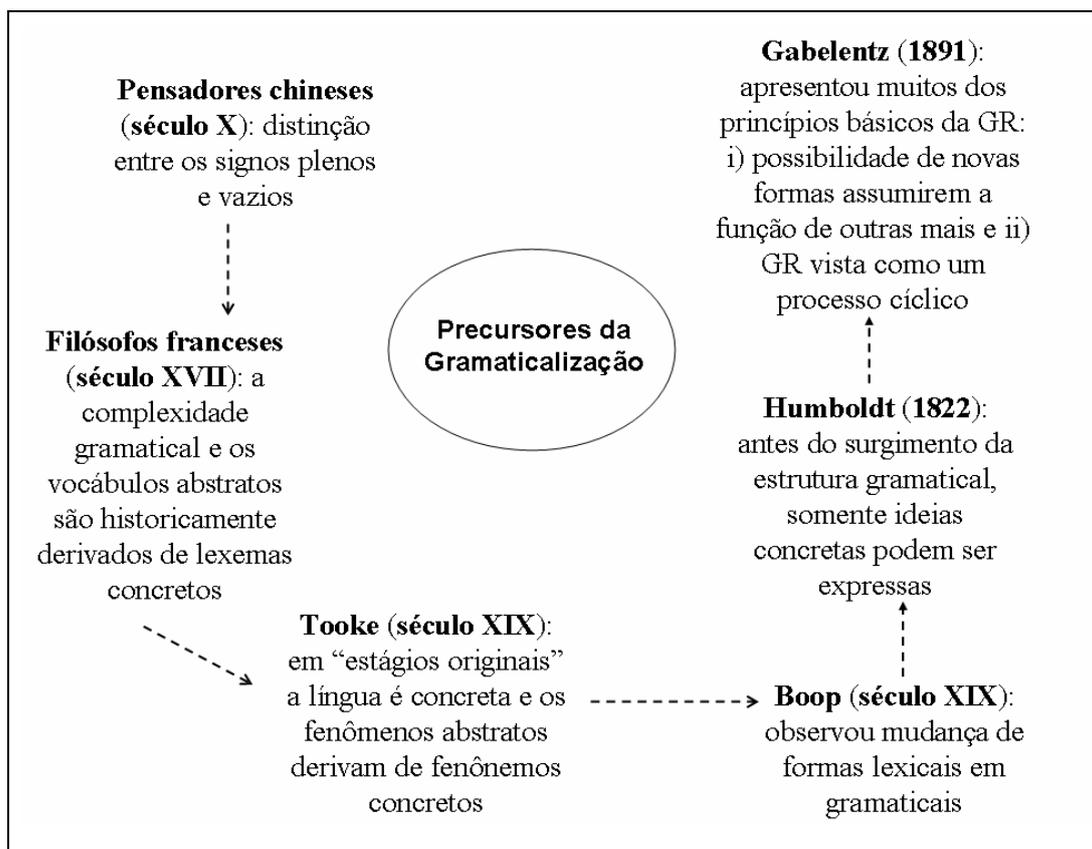
No primeiro caso, *tipo* nomeia um referente humano, caracterizando-se como substantivo; no segundo caso, esse item funciona como preposição (exemplificativa) ou conjunção (comparativa). Então, em (1), *tipo* funciona como palavra lexical e, em (2) como palavra gramatical, alteração categorial típica de um processo de GR.<sup>5</sup>

Com base no segundo capítulo de Hopper e Traugott (1993) e na obra de Gonçalves *et al.* (2007),<sup>6</sup> apresento, no quadro 1, uma síntese da história dos estudos da GR anteriores a Meillet.

---

<sup>5</sup> Os autores destacam que “ser lexical identifica categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades, enquanto ser gramatical identifica categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas na codificação de noções como tempo, aspecto, modo, modalidade etc” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 17).

<sup>6</sup> Lehmann (1982) e Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) também apresentam a história dos estudos em GR.



Quadro1: Síntese dos estudos precusores da GR

Em 1912, no trabalho de Meillet denominado *L'évolution des formes grammaticales*, o termo *gramaticalização* é utilizado pela primeira vez. O autor justificou a relevância dos estudos de GR como uma das maiores atividades na ciência da linguagem. Insistiu na idéia de *continuum*, bastante utilizada até os dias atuais, para expressar a transição de itens lexicais (palavras principais) para auxiliares (palavras acessórias) e outros morfemas com função gramatical (palavras gramaticais), também chamados de “palavras vazias”. Também é uma contribuição desse autor a ideia de que o aumento de frequência de uso está em correlação direta à perda do valor expressivo das palavras.

Após Meillet, há consideráveis contribuições de Sapir, Benveniste e Kurylowicz. Heine *et al.* (1991) reproduzem uma das mais clássicas definições para GR, que é a apresentada por Kurylowicz ([1965] 1975):

“A gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical.”<sup>7</sup>  
(HEINE *et al.*, 1991, p.3)

Givón (1979, 1995) introduziu um novo campo de interesse nos estudos da GR, a pragmática discursiva. O autor explica que as estruturas discursivo-pragmáticas tipicamente mais “frouxas” se gramaticalizam em estruturas sintáticas mais “ajustadas”, ao longo do tempo. Esse percurso representa o *slogan* que foi apropriado pela linguística funcionalista emergente à época: “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem”. Ainda, estabeleceu uma escala correspondente aos estágios de evolução das formas linguísticas no processo de GR, qual seja: *discurso* > *sintaxe* > *morfologia* > *morfofonêmica* > *zero*. Essa trajetória revela a mutabilidade da língua, ou seja, o que estava no discurso, em decorrência da frequência de uso e de outros fatores, fixa-se, gradualmente, e se torna item da gramática. Esse item, ao longo do tempo, pode se tornar parte de uma outra palavra, por meio de um processo de morfologização, ou até mesmo desaparecer.

O estudo de Givón merece destaque pela inserção da pragmática aos estudos da GR e, principalmente, pela concepção de que é no discurso, e a partir de necessidades

---

<sup>7</sup> “Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status”.

também discursivas, que se dá o desenvolvimento das estruturas gramaticais de qualquer língua.

Em trabalhos mais recentes, como o de Traugott (2003), o discurso também aparece como ingrediente essencial no processo que pode acarretar a mudança. Assim, os pré-requisitos indissociáveis à GR, enquanto um complexo conjunto de mudanças, seriam:

- (i) descategorização estrutural;
- (ii) deslocamento de um termo pertencente a um conjunto relativamente aberto para um conjunto relativamente fechado (podendo ser de uma categoria lexical para uma gramatical, ou, de uma menos gramatical para uma mais gramatical), em contexto específico;
- (iii) fixação dentro de uma construção, respeitadas as características específicas de cada tipo de construção (em nível sintático, em nível discursivo);
- (iv) mudança semântica e pragmática de mais para menos significado referencial, via inferências.

Segundo Traugott (1995), devido a propósitos discursivos, ocorre uma abundância de estruturas, usadas em diferentes perspectivas. A autora admite que em casos menos frequentes, uma nova estrutura poderia ser criada como resultado de práticas discursivas, operando sobre estruturas já existentes, porém, em muitos casos de GR, o que se tem são itens lexicais em construções sintáticas já existentes, sofrendo

mudanças locais, como resultados de práticas discursivas, por meio das quais eles são recrutados a se tornarem membros de outras categorias, também já existentes.

Essa abordagem de mudança é a que adoto neste trabalho, uma vez que, no português atual, *depois* apresenta valores espaciais, temporais e argumentativos, como atestado por Martelotta (1996), valores esses que mantêm o sentido básico de *depois* – posterioridade. Segundo o autor, a natureza dêitica de *depois* determinou seu uso como operador argumentativo, já que a posterioridade temporal passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso, acrescentando um argumento para comprovar o ponto de vista do locutor. Essa alteração de sentido aponta para um uso mais abstrato e subjetivo de *depois*.

Nesse sentido, a pesquisa proposta neste trabalho alinha-se à interpretação do postulado givoniano de que é o discurso fornece condições para a codificação gramatical, via sintaticização, de determinadas formas/construções, no sentido de que uma forma, como é o caso de *depois*, originalmente usada livremente no discurso, passa a constituir padrões de usos pragmáticos mais fixos e regulares, vindo a constituir uma nova sintaxe, que opera diferentemente na codificação de funções específicas (TRAUGOTT, 2003).

Recuperando a concepção de Meillet de que a mudança não só prevê a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra antes autônoma, ou principal, como também a atribuição de um caráter mais gramatical a uma palavra já gramatical, quase um século mais tarde, desenvolvem-se os seguintes conceitos de GR, aos quais subjazem noções de variação e de mudança:

- Para Heine *et al.* (1991): existe GR quando uma unidade lexical assume uma função gramatical, ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical.
- Para Hopper e Traugott (1993): a GR é o processo por meio do qual itens e construções lexicais, em um determinado contexto linguístico, desempenham funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Itens linguísticos são divididos em três categorias por esses dois autores (p. 104):

[**Categoria maior** (nome, verbo)] > [**Categoria mediana** (adjetivo, advérbio)] > [**Categoria menor** (preposição, conjunção, auxiliar, pronomes, demonstrativos)]

Essa distribuição das partes do discurso (classe de palavras) em pontos focais não é de natureza categórica, uma vez que, dentro de uma dada categoria, é possível reconhecer que uma dada classe morfológica pode se investir de funções mais gramaticais do que outra(s) da mesma classe, como, por exemplo, uma preposição, dada sua função relacional, é investida de valor mais gramatical do que um verbo auxiliar ou um pronome.

- Para Traugott e Heine (1991): a GR é um tipo de mudança linguística sujeita a certos processos gerais e mecanismos de mudanças, caracterizada por certas consequências, como, por exemplo, a mudança na gramática.
- Para Bybee e Hopper (2001): a GR é o mecanismo pelo qual as estruturas emergem a partir da língua em situação de uso.

Heine *et al.* (1991) consideram a existência de *conceitos fontes*, que dizem respeito a elementos expressos por lexemas e que têm a propriedade de ser “auto-semânticos”, ou seja, de possuir significação própria, e de codificar objetos concretos, processos, locações e dêixis, e de *conceitos gramaticais*, ligados a elementos mais abstratos, codificados por formas não lexicais, como auxiliares, partículas, clíticos, afixos etc., e que têm a propriedade de serem determinados na estrutura de uso. Hopper e Traugott (1993) consideram *lexicais* como itens que são usados para reportar ou descrever coisas, ações ou qualidades, e *gramaticais*, itens que realizam uma determinada função, por exemplo, servindo para indicar relações entre nomes, unir partes do discurso, dentre outros.

Sobre esses mesmos conceitos, Bybee (2003) entende que o significado lexical tende a ser mais específico e concreto enquanto o significado gramatical tende a ser mais abstrato e amplo, referindo-se a domínios abstratos, a relações gramaticais e a relações entre classes.

Segundo Hopper e Traugott (1993), a GR de uma categoria para outra não se dá de forma abrupta, pelo contrário, passa por mudanças graduais que se transpassam. Assim, sugerem um *cline*<sup>8</sup> de mudança de uma forma em processo de GR, como o que segue mostrado em (3).

(3) [item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]

(HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 103)

---

<sup>8</sup> De acordo com Hopper e Traugott (1993) e Bybee (2003), a noção de *cline* pressupõe a noção de categorias não discretas, que refletem a gradualidade sincrônica e diacrônica da mudança experimentada via GR, eliminando, assim, qualquer espécie de separação clara entre os itens/construções lexicais e gramaticais, suas categorias e funções.

No que diz respeito à unidirecionalidade, ela tem sido considerada o princípio central da mudança. Segundo Hopper e Traugott (1993), entende-se por unidirecionalidade a relação existente entre dois estágios A e B, tal que A é anterior a B, não sendo possível o inverso.

Gonçalves *et al.* (2007) destacam que estudiosos da GR consideram, em muitos poucos casos, que a unidirecionalidade pode ser rompida, mas isso não invalida seu uso no processo de GR (SWEETSER, 1990). Craig, por exemplo, considera a possibilidade de ocorrerem múltiplas trajetórias unidirecionais, fenômeno conhecido como *poligramaticalização*, como denominado por ele (1991).<sup>9</sup> O autor identifica as várias funções que se desenvolvem em rama, língua da família macro-chibchana da Nicarágua, a partir do verbo de movimento *bang* (*ir*). De acordo com sua pesquisa, *bang* funciona i) no domínio verbal, como um marcador temporal, ii) no domínio nominal, como introdutor de oração de finalidade, e iii) no domínio das sentenças complexas, como conjunção.

No exemplo dado pelo autor, é possível reconhecer formas caracterizadas como de “base lexical” e as de “base gramatical”. Dessa forma, a poligramaticalização não invalida o caminho unidirecional da GR.

Assim, “a unidirecionalidade não deve ser entendida como percurso ou caminho único, mas como direção única para tantos quantos forem os caminhos de desenvolvimento do léxico para a gramática.” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.61)

Hopper (1987) introduz a noção de gramática emergente, ou seja, uma gramática que não é estável nem fechada, mas sim, é aberta, passível de mudança e substancialmente afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia. Desse modo, toda

---

<sup>9</sup> Craig foi o primeiro linguista a empregar o termo *poligramaticalização*.

regularidade encontrada em um feixe de tempo é provisória e sempre sujeita à renovação e ao abandono, o que gera continuamente fórmulas inovadoras. A gramática emergente, portanto, está sempre ancorada na forma concreta específica de um enunciado e ganha seus contornos no discurso, mediante as experiências dos falantes em suas trocas comunicativas.

Dessa forma, a emergência de um processo de GR é possível de ser detectada por recurso a cinco princípios propostos por Hopper (1991, 1996) capazes de auxiliar a identificação de quais, dentre as regularidades emergentes a cada período de tempo, são candidatas a estarem na gramática da língua e de diagnosticar diferentes graus de GR se ela já é um processo reconhecido. Esses princípios equivaleriam aos estágios de GR de itens/estruturas. Os princípios são:

1. **Estratificação:** quando ocorre o processo de GR, novas formas surgem dentro de um mesmo domínio funcional do sistema linguístico e passam a coexistir com formas antigas. Formas antigas não desaparecem imediatamente e, conseqüentemente, passam a interagir com as emergentes.

2. **Divergência:** é considerado um aspecto oriundo da estratificação, mas tratando-se da coexistência de mais de um sentido para a forma em GR. Passam a coexistir, simultaneamente, funções novas e a função original, sendo esta última autônoma e suscetível a desencadear novas mudanças, no que é próprio das formas lexicais.

3. **Especialização:** há a possibilidade de um item se tornar obrigatório pela falta de escolha. Podem ocorrer no sistema diferentes formas com mesmas nuances de significado, porém uma se especializa em um contexto deixando de o fazer em outros. Quando acontece o processo de GR, a variedade de escolhas diminui e a forma selecionada assume uma dimensão maior e mais abrangente no que se refere ao seu significado.

4. **Persistência:** ocorre quando a forma, após passar pelo processo de GR, continua com vestígios de seu significado original e particularidades de sua história podem ser refletidas sobre sua distribuição gramatical.

5. **Descategorização:** este princípio se caracteriza pela redução do estatuto categorial de itens gramaticalizados. Após o processo de GR, as formas perdem ou neutralizam marcas morfológicas e sintáticas características das categorias plenas, como nome e verbo, e assumem características próprias de categorias secundárias, como adjetivo, preposição etc.<sup>10</sup>

Heine *et al.* (1991) afirmam que a GR era vista como algo pertencente à linguística diacrônica, ou seja, como um meio de analisar a evolução linguística, de reconstituir a história de uma língua ou relacionar as estruturas linguísticas do momento com os padrões anteriores do uso linguístico. Nos estudos sincrônicos, a GR é vista como fenômeno primariamente sintático-discursivo-pragmático a ser estudado do ponto de vista dos padrões fluidos da linguagem (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Nas abordagens mais recentes, tem sido significativa a quantidade de estudos que aliam a diacronia e a sincronia, numa visão pancrônica. Nessa perspectiva, detectam-se processos de mudança de um determinado elemento linguístico na sua trajetória através do tempo, isto é, através de várias sincronias, e se observam, na atual, os sentidos e usos adquiridos sem perda dos antigos.

No processo de GR, devido à atuação de um princípio cognitivo específico, o surgimento de novas formas gramaticais motiva-se a partir do desenvolvimento de

---

<sup>10</sup> Gonçalves (2003), em sua tese de doutorado, aplicou os princípios de Hopper aos casos de “parecer” o que lhe permitiu concluir que esse verbo se encontra em processo de GR no português do Brasil: “embora não seja a forma por excelência de expressão da modalidade epistêmica/evidencialidade, passa a conviver com várias outras estratégias linguísticas que codificam o mesmo tipo de modalidade, sem, contudo, deixar de existir enquanto item lexical pleno; mantém, no uso modal, traços da forma fonte, porém num domínio mais abstrato; no nível sintático, apresenta mudanças no estatuto de transitividade, afetando a estrutura oracional e a categoria dos constituintes presentes; no estágio mais gramatical, restringe suas propriedades morfológicas ao paradigma de 3ª pessoa do presente do indicativo” (GONÇALVES, 2003, p. 222, 223).

velhas formas. Para que esse processo ocorra, Heine (1994) diz ser necessário analisar a manipulação cognitiva e pragmática, razão pela qual a transferência conceptual e os contextos que favorecem uma reinterpretação devem ser observados. Assim, com relação aos mecanismos que facultam o processo de GR, esses autores mencionam a metáfora e a metonímia, que são discutidas a seguir.

## **2 Os mecanismos da gramaticalização e as motivações da mudança**

O processo de GR envolve a *metáfora*, transferência conceptual que aproxima domínios cognitivos diferentes, e a *metonímia*, motivação pragmática que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto.

### **2.1 A metáfora**

A metáfora envolvida na GR envolve abstratização de significados, levando conceitos mais concretos a serem empregados para descrever, explicar e entender processos menos concretos ou mais abstratos.

Heine *et al.* (1991) apresentam, por meio de domínios cognitivos, a escala de abstração metafórica dada em (4).

(4) pessoa > objeto > espaço > tempo > processo > qualidade

A escala apresenta entidades prototípicas que incluem uma variedade de conceitos bem definidos perceptual e linguisticamente. Os conceitos apresentados representam os domínios da conceptualização que são importantes para a estruturação da experiência. A relação entre essas categorias cognitivas é metafórica, o que significa que qualquer uma delas pode ser usada para conceituar qualquer outra à sua direita. É o que se vê com o item *depois* que, de codificação original de espaço (*depois* de Ana), passa a expressar noção temporal (*depois* de amanhã), e chega a exercer função argumentativa (não era sempre que dava pra ir né... porque é longe... *depois* você voltar de lá à noite dirigindo... a estrada não é muito boa... não é bem sinalizada... né... aí não... era difícil a gente ir...)<sup>11</sup>, trajetória proposta por Martelotta (1996), com base na metáfora *espaço* > *discurso*, a qual também assumo neste trabalho, discutindo-a mais detalhadamente no capítulo 3.

Gonçalves *et al.* (2007, p. 43, 44) exemplificam a implementação dessa escala cognitiva com os diferentes usos da palavra “tipo”, como se observa em (5), (6) e (7).

(5)

Os pontos mais difíceis do programma, taes como os que se referem á Prehistoria, aos primeiros **typos** sociaes, á sciencia da historia, da qual se deduzem os dados cosmologicos, phisicos e psychologicos, foram tratados com toda a proficiencia e orientação didatica pelo Senhor Annibal Mascarenhas que, sem resfolhos, explanou estes variados assuntos de modo a facilitar sua compreensão a todas as intelligencias [A *Bomba*, 10.out.1894].

(6)

Corpo de Bombeiros. Recebem-se propostas, até o dia 3 de Outubro proximo vindouro, ás 11 horas da manhã, para a compra de 150 capacetes iguaes ao **typo** existente na estação central, sita á praça da Acclamação número 41, onde se informa acerca das condições do fornecimento [Jornal do Commercio, 1.out.1881].

---

<sup>11</sup> Este exemplo foi extraído de Gonçalves (2007).

(7)

Finalmente| você não tem | mais que usar | um sabão em pó| diferente para cada | **tipo** de roupa.  
 |||Basta usar o Ariel específico para o seu **tipo** de máquina. || A fórmula de Ariel Máquina frontal | tem o controle correto de espuma para deixar as roupas muito mais limpas também neste | **tipo** de máquina. Com Ariel, lavar roupa evoluiu tanto que você não precisa mais usar | um sabão diferente para cada **tipo** de roupa [Revista Cláudia, 06.jun.1999]

Em (5), a palavra *tipo* refere-se a um item com traço [+humano]; em (6) e (7), refere-se a itens com traços [-humano] e [-animado]. Dessa forma, num arranjo de abstração metafórica, o *continuum* categorial se apresenta, assim: *pessoa* > *objeto*, sem ainda estar em questão a mudança categorial do item, o que mostra que essa escala cognitiva pode atuar na mudança semântica, independentemente da GR. É possível identificar, também, um uso de *tipo* como o exemplificado em (2) e aqui repetido:

(2)

Caras que vivem de música, gravando e fazendo shows, parecem passar pela vida sem os dramas comuns, **tipo** vestibular. Mas nem diga isso a Dinho Ouro Preto, vocalista do Capital Inicial

(Caderno Vestibular, *O Estado de S. Paulo*, out. 2004)

Em (2), *tipo* funciona como conjunção (comparativa), o que indica que esse item muda de categoria, à medida que vai se abstratizando.

Heine *et al.* (1991) mostram que as categorias metafóricas distinguidas podem ser imediatamente refletidas na estrutura lexical; assim, ilustram a correlação entre essas categorias, as classes de palavras e os tipos de constituintes, exemplificada no quadro 2.

<b>Categoria</b>	<b>Classe de palavra</b>	<b>Tipo de constituinte</b>
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Adjetivo, verbo de estado, advérbio	Modificador

Quadro 2: Correspondência entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte (HEINE *et al.*, 1991, p. 53)

Para Sweetser (1988, 1990), o processo de GR se realiza por meio de projeções metafóricas entre os diferentes domínios conceituais: *de conteúdo* (sociofísico), *epistêmico* (raciocínio lógico) e *conversacional* (atos de fala). Assim, há uma relação entre esses domínios, sendo que os conceitos do domínio epistêmico originam-se do domínio do conteúdo, assim como os conceitos do domínio conversacional tendem a originar-se do domínio epistêmico, como ilustrada a escala a seguir.



A autora propõe um sistema metafórico que direciona o curso das projeções entre domínios conceituais, os quais determinam diferentes formas polissêmicas que são interpretadas como etapas em uma trajetória progressiva, em direção a construções mais gramaticais. Os itens linguísticos podem ser interpretados de diferentes maneiras, conforme o funcionamento pragmático de seus empregos, apresentando usos ambíguos entre os domínios do conteúdo, epistêmico e conversacional. Nesse sentido, uma palavra que tem um significado A pode, a partir de usos metafóricos, desenvolver uma nova acepção, significando, polissemicamente, A/B, em decorrência dos contextos de uso. Com o passar do tempo, em função da frequência de uso dessas formas, mudanças

semânticas podem ser experimentadas entre A e B, e o significado primeiro de A pode, por fim, dar lugar ao novo significado B.

Sweetser (1990) afirma que as mudanças metafóricas caracterizam-se como projeções parciais do domínio fonte para o domínio alvo. Assim, significados partem de um domínio cognitivo, considerado mais concreto (denominado lexical), - via transferência metafórica - em direção a um outro domínio, mais abstrato (denominado gramatical), o que acarreta adaptações da forma ao seu novo paradigma. Dessa forma, traços de significado do domínio fonte são substituídos por outros, do domínio alvo, podendo ser preservados alguns traços do domínio fonte, não se tratando, portanto, de perda semântica.

Na seção seguinte, tratarei da metonímia, outro mecanismo relacionado à GR.

## **2.2 A metonímia**

No que se refere à metonímia, tem-se que um elemento, por força do contexto linguístico e pragmático, assume um novo significado. Tal mudança não ocorre com a forma em si, mas com o todo do qual a expressão faz parte, promovendo uma reorganização do enunciado e uma reinterpretação dos elementos que o compõem. Essa mudança, então, é pressionada pelo contexto linguístico no qual o elemento está inserido. Assim, o valor novo que um dado item adquire emerge da pressão de informatividade de um determinado contexto.

Esse processo de transferência de significado, segundo Heine *et al.* (1991b, p.166), pode ser representado pela seguinte estrutura:

$$A \rightarrow A,B \rightarrow B$$

Esse esquema sugere que a transição de uma entidade conceitual A para uma B possui um estágio intermediário (A,B), em que dois conceitos coexistem, lado a lado, para uma mesma forma. A presença desse estágio intermediário é responsável, na estrutura da língua, por alguns tipos de ambiguidade e variação, estágio em que a metonímia atua. No resultado final da atuação metonímica é que a atuação metafórica é notada, já que um significado passa de A para B por abstratização de significado como se não houvesse a variação entre um e outro, característica do estágio de sobreposição de conceitos.

Traugott e König (1991) afirmam que há três tipos de contiguidades inerentes aos processos metonímicos:

- (i) Relação de contiguidade da experiência físico-social ou ainda sócio-cultural:
  - (a) partes do corpo são expandidas para o espaço do mundo físico;
  - (b) associação de condutas com certas pessoas ou classes de pessoas;
  - (c) associação de uma atividade com o fator que a habilita;
  - (d) associação de um estado mental com um objeto ou causa.
  
- (ii) Relação de contiguidade na pronúncia, ou seja, na realização sintagmática da fala:
  - (e) o caso da perífrase de negação descontínua do francês *ne...pas* > ... *pás*;
  - (f) os casos verificados na fala corrente: *trem metropolitano* > *metrô*; *batatas fritas* > *fritas*; *bebida alcoólica* > *álcool*.
  
- (iii) Sinédoque ou relação de inclusão:
  - (g) a parte pelo todo (Nunca tive um *teto* próprio (casa))
  - (h) o continente pelo conteúdo (Você já tomou dois *copos*, agora chega.)
  - (i) o autor pela obra (Ler *Guimarães Rosa* é um desafio.).

Com relação à metonímia, Gonçalves *et al.* (2007) comentam

“A metonímia, em gramaticalização, remete a um tipo de inferência pragmática, uma ‘associação conceptual’ fundamentada no mundo discursivo, ou uma transferência semântica licenciada por contiguidade. É uma espécie de permuta que decorre do uso de uma palavra em uma frase na qual uma ideia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto.” (GONÇALVES, 2007 *et al.*, p.47)

Há dois mecanismos relacionados aos processos da metáfora e da metonímia que são motivadores da GR: a analogia e a reanálise, respectivamente.

### 2.3 Motivações da mudança: analogia e reanálise

Segundo Meillet (1912), a *analogia* é um mecanismo de expansão da mudança na língua, uma vez que constitui um processo de regularização, não sendo, assim, causadora, propriamente dizendo, da mudança linguística. Esse mecanismo diz respeito à atração de formas que já existem na língua por outras também existentes (HOPPER e TRAUGOTT, 1993), processo por meio do qual irregularidades na gramática, particularmente no nível morfológico, podem ser regularizadas.<sup>12</sup> Como afirma Martelotta (1996), é o que ocorre quando a criança diz “eu sabo” ao invés de “eu sei”, ou o que gera regularidades como “menos”/“menas” e “seja”/“seje”, casos em que o falante, de modo unidirecional, estende um uso mais geral (“menas”, “seje”) para substituir usos menos gerais (“menos”, “seja”). Portanto, a analogia atua no eixo paradigmático, porque pressupõe um modelo de proporção a ser seguido, do tipo A::B,

<sup>12</sup> Meillet (1912) focalizou nessa regularização o nível morfológico.

C::D (lê-se “A está para B, assim como C está para D”), em que D é a forma que surge por analogia (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 50). Como apontam Hopper e Traugott (1993), a dificuldade com uma fórmula como esta reside no fato de que ela não dá conta de explicar por que um membro do par é tomado como o modelo, além do que ele não permite criar novas estruturas gramaticais, a exemplo do que ocorre com a *reanálise*.

A *reanálise* caracteriza-se por uma reorganização da estrutura do enunciado e por uma reinterpretação dos elementos que o compõem. Langacker (1977, *apud* HOPPER e TRAUGOTT, 1993), define a *reanálise* como uma mudança estrutural em uma dada expressão que não necessariamente provoca nela modificações em seu comportamento superficial. Esse mecanismo pode ser entendido como desencadeador de um desenvolvimento de estruturas novas a partir de estruturas velhas; portanto, a *reanálise* atua no eixo sintagmático.

Com relação à analogia e à *reanálise*, Gonçalves *et al.* (2007) destacam que esses dois mecanismos não definem a GR, apesar de serem atuantes na mudança linguística.

Hopper e Traugott (1993) apresentam um exemplo de analogia e de *reanálise* para ilustrar a GR do auxiliar *be going to* do inglês, que se reduz a *gonna*, como reproduzido no quadro 3.

			<b>Eixo sintagmático</b>
			<b>Mecanismo: Reanálise</b>
<b>ESTÁGIO I:</b> be	going	[to visit Bill]	
PROGRESSIVO	v.direção	[oração de finalidade]	
<b>ESTÁGIO II:</b> [be going to]	visit	Bill	
TEMPO (por reanálise)	v.de ação		
<b>ESTÁGIO III:</b> [be going to]	like	Bill	
TEMPO (por analogia)	v.		
<b>ESTÁGIO IV:</b> [gonna] like/visit Bill			
(por reanálise)			<b>Eixo paradigmático</b>
			<b>Mecanismo: Analogia</b>

Quadro 3: Esquema de desenvolvimento do auxiliar *be going to*  
(HOPPER & TRAUGOTT, 1993, 61)

No primeiro estágio, há um verbo direcional e uma oração que exprime um objetivo, uma finalidade. No segundo, há um verbo auxiliar de futuro, acompanhando um outro verbo que exprime atividade, como resultado da reanálise. No terceiro, a partir da analogia, ocorre uma ampliação dos tipos verbais e, no quarto estágio, surge o auxiliar complexo *gonna*, apresentando-se como um caso de reanálise.<sup>13</sup>

Dessa forma, por motivação icônica, há uma transferência de um conceito mais concreto (espacial), do domínio lexical, para um mais abstrato (temporal), do domínio gramatical, no que diz respeito à alteração categorial verificada em torno dos diferentes usos desse verbo.

<sup>13</sup> Análise muito semelhante a essa de Hopper e Traugott (1993) é empreendida por Fonseca (2010) para explicar a GR do verbo *ir*, em português, que, de verbo pleno passa a verbo auxiliar de futuridade. Segundo a autora, mais do que as propriedades semânticas do verbo em si, é o contexto de finalidade presente no estágio I que propicia a atuação da reanálise e da analogia.

O *princípio da iconicidade* assegura a propriedade de similaridade e/ou motivação entre um item e seu referente. Assim, a estruturação das categorias linguísticas é feita com base nos mesmos critérios que direcionam as categorias perceptuais humanas, o que pressupõe a existência de uma ligação icônica entre a realidade e a língua. Pierce (1977) distingue a *iconicidade imagética*, que se refere à semelhança sistemática que pode existir entre um item e seu referente (por exemplo uma fotografia), da *iconicidade diagramática*, que se refere a arranjos sistemáticos de signos que podem estabelecer as mesmas relações possíveis entre os ícones e seus referentes, apesar de não se assemelharem diretamente a eles.

Gonçalves *et al.* (2007) apresentam os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia, como pode ser observado no quadro 4.

<b>Metonímia</b>	<b>Metáfora</b>
Opera no eixo sintagmático	Opera no eixo paradigmático
Opera na inter-relação sintática dos constituintes	Opera na inter-relação de domínios conceptuais
Opera por reanálise	Opera por analogia
Envolve implicaturas conversacionais	Envolve implicaturas convencionais

Quadro 4: Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia  
(GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 49)

Como já observado, um elemento assume um novo significado por força do contexto linguístico e pragmático, dos quais tratarei na próxima seção.

## **2.4 O contexto e as motivações pragmáticas em gramaticalização**

Heine (2002) propõe uma variedade de contextos que motivam a GR, desde aquele em que sua fonte era usada, passando por um contexto em que o novo

significado é inferido, até os novos contextos em que o novo significado passa a ser convencionalizado pelos falantes da língua. Segundo o autor, há três tipos de contextos: o contexto *bridging*, o contexto *switch* e a convencionalização.

O contexto *bridging* está relacionado com a mudança semântica, podendo ser descrito em termos de inferências, implicaturas ou sugestões. O autor enumera as seguintes propriedades para esse tipo de contexto: i) dispara um mecanismo de inferência, que oferece interpretações mais plausíveis para a nova forma; ii) não exclui a possibilidade de recuperar o significado fonte; iii) associa uma forma linguística a um número de diferentes contextos *bridging*.

O contexto *switch* é o fundamental para o surgimento do significado alvo, já que é o tipo de contexto em que o significado alvo é isolado do significado mais lexical ou fonte. Esse contexto tem as propriedades de: i) não ser compatível com propriedades do item fonte; ii) não possibilitar, portanto, a interpretação em termos do significado fonte; iii) apresentar uma única interpretação para o novo significado; e iv) ser específico para a interpretação do significado novo.

O item submete-se ao contexto de convencionalização depois que passa a ser utilizado em contextos que sugerem o significado novo e em contextos em que a leitura do significado fonte já não é mais possível. Nesse momento, o significado independe de pistas contextuais e poderá: i) ser usado em novos contextos; ii) violar ou contradizer o significado fonte e; iii) coocorrer na mesma sentença em que o fonte.

Esses três contextos são associados a estágios de desenvolvimento de um item gramatical. Os estágios são:

**Estágio I:** há uma expressão com um significado fonte ocorrendo em uma variedade de contextos.

**Estágio II:** esse estágio se relaciona com o contexto *bridging*, momento em que um contexto específico gera uma inferência em favor de um novo significado.

**Estágio III:** esse momento é associado ao contexto *switch*, já que não é mais permitida a interpretação em termos do significado fonte.

**Estágio IV:** no estágio final, o significado novo se desvincula daquele contexto que o gerou, e agora, convencionalizado, poderá ser usado em novos contextos.

No que diz respeito ao papel do contexto em GR, Martelotta (1996) afirma que a pressão de informatividade é o mecanismo de mudança mais importante envolvendo o surgimento de operadores argumentativos. Trata-se de um processo em que, por convencionalização de implicaturas conversacionais e pressionado pelo contexto em que ocorre, o elemento linguístico passa a assumir um novo valor que pode ser inferido do primeiro. Nesse sentido, entram em jogo, no processo de GR, as motivações pragmáticas.

De acordo com a proposta de Grice (1975), a implicatura seria resultado da quebra de uma ou mais de uma das cinco *máximas* propostas pelo autor, sendo elas: *máxima da quantidade, da qualidade, da maneira, da relação e da relevância*. O falante, ao infringir uma dessas máximas, geraria uma implicatura, levando o ouvinte a fazer uma inferência nesse contexto, interpretando um sentido novo *B* a partir de um sentido velho *A*. As implicaturas são chamadas de conversacionais pelo autor, porque as inferências são feitas somente em determinadas instâncias de conversação, ou seja, em determinados contextos de uso e não em outros, o que sugere que o contexto seja responsável pela interpretação desse novo sentido, sempre atendendo a propósitos comunicativos. A partir do momento em que esses significados são entendidos pelos

falantes em outros contextos, eles se tornam convencionalizados e o primeiro sentido é perdido, o que justifica os estudiosos de GR chamarem esse processo de *convencionalização de implicaturas conversacionais*.

Hopper e Traugott (1993) indicam os principais fatores que instigam a GR: i) a economia (os falantes utilizam as mesmas formas para dizer coisas diferentes, com propósitos diferentes); ii) a clareza (os falantes tentam ser claros e informativos com seus ouvintes), e iii) a expressividade (o falante expressa atitudes na situação discursiva). Esses fatores podem ser chamados de motivações pragmáticas, pois estão relacionados e pautados nas intenções do falante e ouvinte. Os autores acreditam que as mudanças de sentido e as estratégias pragmáticas que as motivam são centrais nos primeiros estágios de GR e estão ligadas à expressividade.

Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (1993) referem-se à metonímia para explicar como um significado A passa a ser inferido como B, em determinados contextos, até se tornar convencionalizado. Para explicar essa inferência de sentido, os autores utilizam a proposta de Grice (1975), em termos de implicaturas conversacionais. Traugott e König (1991), no que diz respeito à convencionalização das implicaturas conversacionais, concluem que o princípio da relevância e o da informatividade, propostos por Grice (*idem*), pressionam os falantes a eleger a interpretação mais significativa para aquilo que é dito, ou melhor, “obrigam-nos” a fazer uma inferência nesse contexto, interpretando um sentido novo B a partir de um sentido velho A. Entretanto, tal interpretação pode não estar representada linguisticamente, sendo conversacional, ou seja, inferida pelo contexto. Essa interpretação pode se tornar convencionalizada a partir do momento em que é usada frequentemente pelos usuários

da língua e também pode dar lugar a uma forma polissêmica, na qual o favorecimento de uma ou outra leitura dependerá de pistas textuais.

Para ilustrar essas afirmações, apresento o uso de *já* (marcador de contraexpectativa) e *já* (comparativo), em (8), (9) e (10) (MARTELOTTA, 1996, p. 201, 202).

(8)

A Cláudia? a Cláudia está com dezesseis... vai fazer dezesseis anos agora, entendeu? **já** tem namoradinho, coisa e tal, **já** dá umas aulinha de... aqui em casa, é... português, matemática, tudo que ela gosta, não é?

(9)

É colocada... Também costuma-se fazer viveiro. Costuma-se fazer, às vezes, um canteiro viveiro para determinadas hortaliças: por exemplo, alface, certos tipos de couve, é... planta-se no viveiro e, depois de a mudinha alcançar um certo desenvolvimento, aí é colocada no lugar definitivo. Agora, outras não. Outras **já** são colocadas a granel no canteiro, proporcionalmente à área do canteiro.

(10)

E: E ela conheceu seu pai, quer dizer, havia o relacionamento do seu pai com os pais dela?

I: Não, não. Ela conheceu, eu me lembro, eles contavam aí. **Já** o meu pai veio da Síria com nove anos. Ela veio pequenininha. Eles se conheceram porque meu pai, parece, tinha uma família conhecida em Botafogo...

Em (8), *já*, além de expressar uma noção temporal apresenta uma característica típica dos marcadores de contraexpectativa: expressa informação nova e ocorre em orações que expressam situações contrastivas em relação às informações anteriores. Assim, as orações “já tem os namoradinhos” e “já dá umas aulinha” trazem informação nova e são constrativas em relação ao fato de a menina não ter ainda dezesseis anos.

Martelotta (1996) afirma que, em alguns contextos, pode-se inferir deste uso de *já* como marcador de contraexpectativa, um valor comparativo, como em (9). Nessa

ocorrência há certa ambiguidade: a oração marcada por *já* pode ser interpretada como “outras *já* (“anteriormente”/“desde o princípio”) são colocadas no canteiro”, sendo que *já* mantém sua marca temporal, funcionando como marcador de contraexpectativa, ou como “outras *já* (“por outro lado”) são colocadas no canteiro”, sendo que *já* apresenta um valor comparativo. O autor destaca que esse valor comparativo deve ser entendido como confrontativo ou contrastivo, uma vez que o elemento *já*, nesses casos, não tem valor de “igualmente”, mas de “por outro lado”.

Em (10), *já* assume valor comparativo, pois perde o valor temporal característico de seu uso como marcador de contraexpectativa e funciona como elemento de confronto entre as informações meu pai veio da Síria com nove anos e minha mãe veio pequenininha.

Dessa forma, além de contextos sintáticos diferentes serem responsáveis pela leitura de *já* como marcador de contraexpectativa em (8) e como comparativo em (10), as intenções comunicativas dos falantes fazem com que esses itens adquiram um novo significado na língua. Dessa maneira, Martelotta (1996) destaca que a passagem do conversacional para o convencional seria, segundo Traugott e König (1991), mais uma característica de GR.

Essa conclusão teve como ponto de partida o trabalho de Traugott (1982), que focaliza o processo de mudança, privilegiando os aspectos semânticos e pragmáticos da GR. A autora, a partir do modelo sistêmico-funcional de Halliday (1976,1978), explica que a mudança semântica que acompanha a GR se insere em um conjunto maior de mudanças linguísticas e é motivada pelos componentes semântico-funcionais da linguagem. Pelo modelo proposto, há um componente **proposicional**, que reúne os recursos da linguagem que remetem ao mundo extralinguístico (elementos referenciais

como dêiticos de lugar, tempo e pessoa); um elemento **textual**, que inclui os recursos pelos quais é possível construir e organizar um texto (conectivos, fóricos, topicalizadores, complementizadores e itens ligados aos desdobramentos do ato de fala), e um componente **expressivo**, que engloba os recursos da língua pelos quais o falante pode expressar atitudes e avaliações pessoais sobre o que está dizendo (modalizadores, conectores argumentativos, marcadores de pressuposição e índices de polifonia).

Traugott (1982) defende que as mudanças de significado ocorrem no interior desses domínios e seguem um curso bastante provável: partem daquilo que é mais referencial para o que é mais intencional, o que permite estabelecer a seguinte trajetória unidirecional: *proposicional* > (*textual*) > *expressivo*. A representação entre parênteses do nível textual indica que a passagem por esse nível é facultativa, ou seja, um item pode simplesmente passar do proposicional para o expressivo, sem, no entanto, passar pelo textual.

Traugott e König (1991) propõem uma revisão da proposta de Traugott (1982) e afirmam que a mudança semântica tende a seguir a trajetória: significados identificáveis na situação extralinguística > significados fundados na marcação textual > significados fundados na atitude do falante a respeito do que é dito, o que deixa evidente a tendência à subjetivização e à intersubjetivização. A tendência dessa trajetória está contida em processos globais de subjetivização, entendidos pela autora como processo pelo qual os falantes criam novos significados para expressões já existentes na língua, tendo como propósito codificar ou externalizar suas perspectivas e atitudes, baseadas não no mundo real, mas no mundo comunicativo do evento do ato de fala, e de intersubjetivização, processo pelo qual os significados codificam a atenção do falante com relação às atitudes do ouvinte (TRAUGOTT, 1999).

Heine *et al.* (1991) afirmam que o processo de GR dos operadores argumentativos se dá por uma transferência de um contexto situacional externo para um contexto discursivo interno, que constitui a manifestação da experiência intersubjetiva do conhecimento compartilhado por falante e ouvinte. Propõem a seguinte trajetória de GR para os operadores argumentativos: *espaço* > (*tempo*) > *texto*, que, em termos semânticos, implementa a passagem [+ concreto] > [- concreto]. Porém, segundo os autores, os parênteses indicam que, no texto, podem existir elementos de organização interna, que são provenientes da GR de dados espaciais, que podem, ou não, seguindo um processo de abstração, expressar intermediariamente noções temporais.

Retomando a trajetória hipotética proposta na Introdução deste trabalho para *depois*:

(11) advérbio (espacial/temporal) > locução prepositiva (espacial/temporal) > conjunção / locução conjuntiva / locução prepositiva (temporal) > conjunção (operador argumentativo = “além do mais”)

pode-se dizer que os diferentes usos desse elemento têm uma origem espacial/temporal e se explica por um processo de GR *espaço* > (*tempo*) > *texto*, em que o item tende a desempenhar funções pragmático-discursivas, adquirindo novas posições mais fixas dentro da sentença.

A partir das considerações feitas neste capítulo e levando em conta a multifuncionalidade de *depois*, que inclui, entre outras, funções pragmático-discursivas de organizar, no espaço textual, porções discursivas que extrapolam os limites oracionais, é relevante que a análise desse elemento tenha como suporte teórico a GR, concebida como vertente de uma teoria mais geral de mudança linguística, de base pragmático-discursiva.

## CAPÍTULO 2

### **DEPOIS COMO OBJETO DE ESTUDO:**

### **ORIGEM, TRABALHOS ANTERIORES E CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO A SER INVESTIGADO**

---

#### **1 A origem de *depois***

Esta seção destina-se à apresentação de *depois* – objeto de estudo deste trabalho – a partir da exposição sobre sua origem e evolução na história da língua portuguesa.

Tanto as preposições como as conjunções integram o grupo dos nexos gramaticais que funcionam como elo entre palavras e sentenças. Segundo Poggio (2002), diferentemente das conjunções, as preposições em seus usos prototípicos posicionam no ESPAÇO os referentes dos termos que relacionam. A autora afirma que, a partir do exame da preposição, destacam-se dois planos: o da dimensão e o da noção. Assim, levando em conta um paralelismo metafórico entre tempo e espaço, destaca-se, de uma dêixis espacial (*aqui/ali*), uma dêixis temporal (*aqui/agora; ali/então*). O elemento nocional parte também (porque a metáfora é orientadora de abstração) da orientação espacial, como, por exemplo, em *frons, frontis*: frente, frente, do inglês, que passa a compor a locução prepositiva “in front of”, que, até o século XVII, era uma expressão ainda não gramaticalizada; na sua GR, ela percorre todo um processo, a partir de um ponto que é metafórico (acompanhado por outros processos como a metonímia).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Com relação à metáfora e a metonímia, ver capítulo 1, seções 2.1 e 2.2.

De um modo geral, preposições, alguns afixos, flexões casuais e advérbios espaciais compõem um quadro dentro da gramática das línguas naturais na expressão de relações espaciais. Poggio (2002) comenta que, em um tempo mais remoto, as línguas indo-europeias realizavam plenamente a sua comunicação com os casos sufixais. Houve um enfraquecimento da eficácia das desinências, e elas passaram a ser subsidiadas com expressões de campo semântico de valor adverbial. Esses elementos de valor adverbial, compondo sintaticamente com verbos, ganharam novas feições ao definirem mais precisão para alguns casos sufixais de nomes e, por suas novas características, formaram um novo quadro gramatical com o nome de preposição.

Nessa trajetória histórica, algumas palavras continuam com funcionamento ora de preposição ora de advérbio, como é o caso da palavra *segundo*. Em latim, *secundus*, antigo particípio de *sequor*, passa primeiramente a numeral ordinal, significando “o próximo”, depois a advérbio, com o significado de “no seguinte” e, em outra fase, torna-se preposição de acusativo, *secundum*, significando “depois de”, como em “Depois de você, nada mais é importante para mim”.

De acordo com Câmara Jr. (1979), no latim, as partículas adverbiais, após se anteporem obrigatoriamente aos verbos como “preverbos”, aglutinaram-se aos verbos, ou se associaram intimamente ao complemento, cuja relação com o verbo era recorrente. Essa junção (da partícula adverbial ao complemento) originou a categoria e o mecanismo da preposição, estabelecendo um sistema de redundância em que as preposições e as desinências do caso acusativo ou ablativo eram empregadas para definir a relação estabelecida entre o complemento e o seu verbo. Ainda, segundo o autor, os complementos verbais (nomes) vinham no caso acusativo ou ablativo, acompanhados pela partícula adverbial que lhes antepunha, indicando sua subordinação

ao verbo, entretanto, as preposições já apareciam antepostas a esses nomes para melhor definir suas condições de dependência.

Essa estrutura redundante – característica já do latim clássico – modificou-se no português, e em outras línguas românicas, com a eliminação da desinência de caso. Dessa forma, com o desaparecimento do sistema casual, as preposições passaram a ter a função obrigatória de estabelecer relações entre os nomes, e entre os verbos e os seus complementos, uma vez que determinados conceitos só podiam ser expressos na língua por recurso à preposição. Como consequência, nesse momento, surge na língua uma estrutura sintática mais rígida: a posição dos termos relacionados passa a ser fixa. Isso contraria o emprego dos casos latinos, principalmente no latim clássico, em que o emprego de um nome em determinado caso bastava para se definir o que se pretendia expressar em um enunciado, independentemente da ordem em que aparecesse na frase (CÂMARA JR., 1979).

Na passagem do latim ao português, perderam-se algumas preposições, mas o português compensou essa perda, buscando novas formas: as locuções prepositivas. Esse parece ser o caso de *depois*, que deriva de um advérbio do Latim *post*, que indicava “posterioridade” (SAID ALI, 1964).

Said Ali (1971) afirma que a partícula *post* gerou as formas *pós* e *pois*, caracterizando-se cada uma por comportamentos gramaticais diferentes. A forma *pós* assumiu papel de preposição, mantendo o valor semântico original. Com o tempo surgiu a tendência de se usar esta preposição antecedida de “a”, “de”, “em”, surgindo, então, *após* e as formas em desuso *depós* e *empós*, sendo a forma *depós* mais usada para expressar sucessão no tempo.

De acordo com Castilho (2009), *pós* deriva de *post*, tendo aparentemente se cristalizado como prefixo, como em *pós-graduação*. *Após* já é uma regramaticalização de *post*, tendo derivado de *ad+ post* “atrás de”, “depois de”, “em momento ou ocasião posterior a”. Em latim, *ad* exercia o papel de preposição, com sentido de aproximação no tempo ou no espaço, como também reforçava formas adverbiais, atribuindo-lhes um valor de aproximação, direção ou adição (FARIA, 1991). *Depois* é uma nova regramaticalização da mesma base *post*, de etimologia controvertida. Aparentemente, as formas *de+post* > *depos*, *depois* e *de+ex+post* > arc. e pop. *despois* entraram em variação, recaindo sobre a primeira a preferência da língua culta.

*Post* é classificado, segundo Torrinha (1945), como advérbio (“depois”, “em seguida”, “atrás”, “por trás”, “de trás”) e preposição (“depois de”, “a partir de”, “atrás de”, “por trás de”). A etimologia apresentada por Houaiss (2001) indica a acepção espaçotemporal da partícula *depois*: “atrás”, “após”, “em seguida”. Said Ali (1964) informa que *post* precede a forma portuguesa *pois*, usada a princípio com valor adverbial e sentido temporal de “mais tarde”. A esse advérbio simples, entretanto, não tardou a utilização da forma reforçada *depois* ou *despois*. Nunes (1975) também classifica *depois* e *despois* como advérbios temporais, como exemplificado em (1).<sup>15</sup>

(1)  
sua vida não foi mais | que um sonho semelhante á roza que vem de desabrochar, | e que **depois**  
inclina-se sobre a haste, que a sustinha

[Documento datado da segunda metade do século XIX; publicado em Ouro Preto, Minas Gerais; tratando-se de Correspondência publicada em Jornal, redigida por um Leitor]

---

<sup>15</sup> Os exemplos de (1) a (7) são retirados de Castilho (2009, p.313-315).

A partir de pesquisas realizadas em dados do português dos séculos XIX e XX,<sup>16</sup> Castilho (2009) aponta que *post* se realizou como preposição, como em (2) e, por regramaticalização, como preposição complexa, como em (3).

(2)

e nos mudamos... de qualquer forma... tanto que assim que as últimas jane:las e as últimas portas foram pintadas já: **APÓS** a mudança...

[Documento datado da segunda metade do século XX; publicado em Recife, Pernambuco; tratando-se de Diálogo entre informante e documentador; do inquérito 04]

(3)

vencido o primeiro satisfação do que se QUER e:: preenchendo também éh::... as intenções da consorte... ((ri)) **depois de** muita discussão “não porque a cozinha deve ser maior do que aquilo e:: falta a área da::... áh::... éh: área de serviço...

[Documento datado da segunda metade do século XX; publicado em Recife, Pernambuco; tratando-se de Diálogo entre informante e documentador; do inquérito 04]

Coutinho (1976) afirma que foram poucas as conjunções latinas que chegaram ao português. Assim, os falantes foram buscar em outras classes de palavras, sobretudo nos advérbios e nas preposições, elementos que desempenhassem as funções argumentativas típicas das conjunções. Isso explica, segundo o autor, o surgimento de termos argumentativos como *depois que*.

Neves (2000) considera que algumas conjunções temporais são compostas, isto é, constituem o que tradicionalmente se denomina locuções conjuntivas, que têm, normalmente, o elemento “que” como final e que envolvem um advérbio, como *depois (depois que)*, como (4) ilustra.

---

<sup>16</sup> Os dados do séc. XIX procedem dos anúncios de jornais publicados por Guedes e Berlinck (Orgs. 2000) e da correspondência de leitores e de redatores publicada em jornais, editada por Barbosa e Lopes (Orgs. 2002). Os dados do séc. XX procedem das amostras de entrevistas do Projeto NURC publicadas por Castilho/ Preti (Orgs. 1986, 1987), Preti / Urbano (Orgs. 1988), Callou / Lopes (Orgs. 1994), Mota / Rollemberg (Orgs. 1994), Sá *et al.* (Orgs. 1996) e Hilgert (Org. 1997).

(4)

mas asseguro que nunca me fora ella pedi- | da, e só **depois que** se dera o julgamento de inter- |  
dicção pelo júizo de orphãos é que recebi a intima- | ção judicial

[Documento datado da segunda metade do século XIX; publicado em Recife, Pernambuco; tratando-se de Correspondência publicada em Jornal, redigida por um Leitor]

As ocorrências a seguir indicam os sentidos ESPAÇO e TEMPO que *depois*,  
*depois de* e *depois que* assumem.

(5)

e **depois da** sala de estar se você sobe um lance de escada você chega a dois quartos e um  
banheiro e **depois de** mais outro lance e você chega a um outro quarto [20 RJ/RJ D2 355]

[Documento datado da segunda metade do século XX; publicado no Rio de Janeiro, Capital; tratando-se de Diálogo entre dois informantes; do inquérito 355]

(6)

sua vida não foi mais | que um sonho semelhante á roza que vem de desabrochar, | e que **depois**  
inclina-se sobre a haste, que a sustinha [19 MG/OP CJ/L]

[Documento datado da segunda metade do século XIX; publicado em Ouro Preto, Minas Gerais; tratando-se de Correspondência publicada em Jornal, redigida por um Leitor]

(7)

mas asseguro que nunca me fora ella pedi- | da, e só **depois que** se dera o julgamento de inter- |  
dicção pelo júizo de orphãos é que recebi a intima- | ção judicial

[Documento datado da segunda metade do século XIX; publicado em Recife, Pernambuco; tratando-se de Correspondência publicada em Jornal, redigida por um Leitor]

Ainda de acordo com sua pesquisa, Castilho (2009) verificou que a categoria TEMPO é preferida por *de+post*, que ocorre igualmente pelas classes lexicais advérbio, preposição e conjunção, com uma frequência de uso um tanto semelhante. Já *ad+post* restringiu-se ao uso apenas preposicional.

Por outro lado, ao observar o funcionamento de *depois* como articulador textual, devido ao tipo de relação que estabelece, torna-se difícil considerá-lo funcionando como uma preposição ou como uma conjunção em termos mais prototípicos.

Um levantamento das ocorrências de *depois*, em dados do português falado, sinaliza o uso desse elemento como articulador textual, como mostram (8) e (9).<sup>17</sup>

- (8)
- L2 (sabe) então pa/ para...para os cargos realmente mui/... muito altos...
- L1 ahn ahn mais jovens
- L2 então já...já não não não é mais TANta necessidade
- L1 (não?)
- L2 éh da::a idade deixa de ser um fator tão importanteL1 ahn ahn
- L2 porque é mais difícil procu/ ah::quere::...um diretor de empre::sa::...um::um vice-presidente de empresa...entre pessoas mais jovens...áí
- L1 sempre são mais...
- [
- L2 então::
- L1 (vividios)
- [
- L2 são pessoas mais vividas porque aí a experiência é muitíssimo importante... tá?
- L1 ah sim
- L2 então aí nesse caso deixa de ser TAO importante o fator idade... mas isso é pouco ah::...na ponta de cima da pirâmide::...né? ( ) os os as as necessidades são bem menores...e **depois** acontece o seguinte...ah as no no mundo empresarial no no fim...vai virando como em todo lugar uma panelinha...então::uma firma xis...precisa de um determinado elemento ípsilon por exemplo então ela diz os::os elementos que eu gostaria...normalmente são dos concorrentes é de TAL TAL TAL empresa...que são os elementos bons...
- (NURC-SP D2 04 p.29)

- (9)
- não ( ) que eu não gosto...primeiro a viagem pela BR ( ) pela 324...eu acho aquela viagem principalmente esse trecho de Conquista até Governador Valadares insuportável
- Doc ( )
- L2 hem?
- Doc ( )
- L2 por causa da monotonia... é um trecho completamente deserto muito cheio de curva...a estrada não é:boa...então é:um trecho monótono...cê cansa muito esse trecho de viagem...e **depois** ir pra Belo Horizonte...que é uma cidade que eu pelo menos não gosto...(risos)
- (NURC-SA DID 01 p.2)

<sup>17</sup> Os exemplos (8) e (9) foram extraídos do corpus mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, que é composto de uma seleção de 15 inquéritos coletados pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC).

Também em dados de escrita do português contemporâneo, encontram-se usos de *depois* com esse mesmo funcionamento argumentativo, como se verifica nas ocorrências (10) e (11), extraídas de uma coletânea das “páginas amarelas” da revista *Veja* (online), de 2000 a 2003 (disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br/210503/entrevista.html>>, acesso em maio de 2011).

Nesse tipo de texto – entrevista de fala transposta para escrita – Marcuschi (2001) destaca que há uma retextualização, definida pelo autor como atividade de transformar um texto pertencente a um gênero em um exemplar de outro gênero. Isso ocorre, segundo Marcuschi, em inúmeras situações do cotidiano, quando se resgata a fala de alguém e a reproduz, como, por exemplo, na situação de produção de entrevistas encontradas em jornais ou revistas: há uma primeira parte oral que, a seguir, é transformada em texto escrito. Na retextualização, entra em jogo o que se costuma denominar “a escrita”, isto é interfere-se tanto na materialidade como na forma e no conteúdo do texto, na passagem de um texto a outro. Refaz-se o texto mudando sua formatação linguística, por meio de uma série de operações que vão desde a eliminação das marcas de hesitação até as reduplicações e repetições, a tentativa de pontuação próxima da norma ortográfica, a introdução de paragrafação, a reconstrução de cadeias truncadas, o encadeamento sintático, adequação estilística (MARCUSCHI, 2001). Assim, entrevistadas “páginas amarelas” da *Veja* não contêm as marcas de oralidade que, com certeza, estavam presentes no momento da entrevista oral.

As ocorrências dadas abaixo são exemplos de *depois* argumentativo.

(10)

Veja – Os americanos costumam pressionar muito quando querem alguma coisa? FHC – Eles fazem pressões, mas conosco nunca fizeram. Em primeiro lugar, durante quase todo o meu governo, Bill Clinton estava em Washington. **Depois**, a posição multilateral do Brasil é antiga e respeitada. O Brasil é reconhecido na diplomacia mundial como um país facilitador. O Brasil nunca quis ser protagonista mundial, e isso foi uma atitude correta. Não podemos ser protagonistas se não temos o cabedal para isso.

<<http://www.veja.abril.com.br/190303/entrevista.html>>

(11)

Veja – É verdade que o senhor guarda num cofre à prova de fogo as críticas que são publicadas a seu respeito?

Coelho – Verdade. Porque as pessoas falam barbaridades! E porque eu quero deixar registrado que a minha trajetória não foi um mar de rosas. Quando minha obra for analisada, não quero que pensem: um belo dia, ele escreveu um livro e vendeu no mundo inteiro. Não foi assim, não. **Depois**, essas críticas estão todas assinadas. Serão avaliadas também.

<http://www.veja.abril.com.br/220801/entrevista.html>

Em (10), *depois* introduz o argumento (*a posição multilateral do Brasil é antiga e respeitada*), que foi adicionado ao argumento anterior (*durante quase todo meu governo, Bill Clinton estava em Washington*), para orientar o ouvinte para a conclusão em favor da qual o falante está argumentando (*os americanos nunca pressionaram o Brasil*). Em (11), Coelho confessa guardar as críticas publicadas a seu respeito, pois, quando sua obra for analisada, terá como provar que sua trajetória, enquanto escritor, não foi fácil. Assim, *depois* introduz o argumento (*essas críticas estão todas assinadas*) que põe em evidência o registro da autoria das críticas que ele recebe, ou seja, tanto a sua obra quanto as críticas feitas a ela, por extensão, os autores dessas críticas, serão analisados. Esse argumento é colocado como decisivo para orientar o anteriormente enunciado, a razão de o falante guardar as críticas que são publicadas a seu respeito.

Do ponto de vista argumentativo, as ocorrências de *depois* indicam um funcionamento desse item como articulador, quando tem valor semelhante a “além disso”, “além do mais”; nesse sentido, ele liga partes do texto, dando-lhes uma orientação argumentativa assumindo a função de adicionar argumentos. Assim, *depois* é usado pelo falante para estabelecer relações entre o ouvinte e o texto, como, por exemplo, chamar atenção para um aspecto particular do texto.

Para um melhor entendimento da função argumentativa de *depois*, discuto, a seguir, a noção de *operadores argumentativos*.

## 2 Operadores argumentativos

Na fala ou na produção escrita de um texto, o discurso do falante está, de alguma forma, intencionado em estabelecer um contrato com o interlocutor na tentativa de fazer com que o outro compartilhe de sua opinião. Segundo Koch (1996), as relações do tipo discursivo (também denominadas pragmáticas, argumentativas, retóricas ou ideológicas) são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos por meio de encadeamentos sucessivos de enunciados. Esse encadeamento é feito, geralmente, por meio de *operadores argumentativos* cuja função é dar orientação argumentativa ao texto, ou seja, orientam o sentido do texto em uma certa direção, sendo, portanto, importantes marcas da enunciação. Guimarães (1987) observa que, nas construções constituídas pelos operadores, estes têm por finalidade não somente ligar orações, mas manter e/ou opor a orientação argumentativa, e assim, direcionar o argumento para uma dada conclusão.

O uso da linguagem é essencialmente argumentativo, o que significa que o falante busca dotar seus enunciados de determinada força argumentativa, sendo que, para isso, utiliza os operadores argumentativos que fazem parte da gramática da língua e têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados e direcionar o enunciatário para que percorra o caminho proposto pelo enunciador dentro de um enunciado (KOCH, 2004).

Nos termos de Vogt (1980), os operadores argumentativos correspondem a marcadores de subjetividade, com a função de orientar a sequência discursiva de um enunciado, levando o interlocutor à determinada conclusão.

Dentre os operadores, há uma série de elementos que, no âmbito da gramática normativa, pertencem a várias classes gramaticais: conjunção, preposição, advérbio, pronome; e outras palavras que, conforme alguns gramáticos, não se enquadram nas referidas classes.

Martelotta (1996, p. 194, 195) aponta as funções que os operadores argumentativos tendem a desempenhar: i) aludir a dados do texto já mencionados ou por mencionar (exemplo (12)); ii) ligar partes do texto, dando-lhes orientação lógica (exemplo (13)) e iii) operar estratégias argumentativas, chamando a atenção do ouvinte para elas (exemplo (14)).

(12)

... eu tenho que ir a Petrópolis... você vai comigo?... eu... tá bom... vamos... aí fomos as duas e tal... chegamos **lá**... resolvemos o que tinha que resolver... na volta... bom... foi tudo tranquilo... (**lá**: alusão a dados do texto já mencionados)

(13)

Ó... eu gosto de ir pro Rio da Prata... que lá é um lugar cal:mo... é cheio de árvores... tem cachoeira pra gente tomar banho... tem umas frutas lá... **mas** tem bastante sítio também... e eles... é (o que eu) é bom à beça **porque**... lá... lá é tudo assim calmo. (**mas e porque**: relação de adversidade e causa entre partes do texto)

(14)

... com treze anos, eu comecei a trabalhar na obra com meu pai. Comecei a ajudar o meu pai. Pintava uma parede, pintava isso, pintava aquilo. Eu sei até assentar tijolo, botar cerâmica, essas coisa assim, dentro duma casa, eu sei fazer. Trocar um cano d'água, ver um fio, fazer uma instalação, colocar uma bucha na parede. Isso tudo eu sei fazer dentro de uma casa. Tudo eu faço, certo? Cimentar um chão, isso aí eu quebro um galho. Mas, **então**, com meu pai não dava muito certo, porque meu pai era uma pessoa muito boa, muito bacana, mas filho com pai na profissão geralmente nunca dá certo. (**então**: organiza uma estratégia interativa)

Assim, o autor define operadores argumentativos da seguinte forma:

“Operadores argumentativos são elementos que, além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso. São, portanto, elementos mais fixos na cláusula e sua função básica é organizar internamente o uso da língua e não fazer referência a fatos do universo biossocial.” (MARTELOTTA, 1996, p. 194)

Dentre as funções que os operadores argumentativos tendem a desempenhar destacadas pelo autor, as duas primeiras referem-se a funções de *referência* (a dados já mencionados, ou por se mencionar no texto) e de *ligação* (entre partes do texto). Porém, a definição de operadores acima indica que esses elementos não fazem referência a fatos do universo biossocial, então, como considerar as funções i) e ii), exemplificadas em (12) e (13), respectivamente, referindo-se aos operadores argumentativos? Não são essas funções características das conjunções?

Tal questionamento se dá porque a grande maioria dos operadores são conjunções, embora nem toda conjunção funcione como operador argumentativo, podendo atuar como mero conector, ainda que todo elo coesivo deva ser considerado como elemento de fundamental importância na organização textual. Assim, os operadores resgatam elementos da gramática, pois eles não são apenas responsáveis pela coesão do texto, eles possuem uma carga retórica própria, colaborando para que surjam os efeitos de sentido propiciados pelo contexto, extrapolando os limites oracionais. Nesse sentido, ao organizar uma estratégia interativa, *então*, em (14), funciona como operador argumentativo, pois desempenha uma estratégia argumentativa.

Dessa forma, *depois*, no sentido de “além disso”, caracteriza-se como operador argumentativo uma vez que introduz um argumento decisivo, apresentado como acréscimo, como se fosse desnecessário, justamente para dar o golpe final no argumento contrário, como no exemplo (15), também extraído de Martelotta (1996).

(15)

E: Então você acha bom a mulher trabalhar fora?

I: Acho. Atualmente acho, não pra mim que já estou com uma vida formada, casada há vinte e sete anos já, não, não, não. E **depois** não preciso, graças Deus.

Em usos como em (15), *depois* é responsável em grande parte pela força expressiva que se quer dar ao enunciado. Sob o ponto de vista da orientação argumentativa, *depois* apresenta uma forte caracterização persuasiva na organização textual, introduzindo um argumento decisivo; é responsável pela orientação persuasiva, como estratégia argumentativa para convencer o ouvinte. É, nesse sentido que considerarei neste trabalho a atuação de *depois* como operador argumentativo.

Alguns estudos linguísticos já apontam esse funcionamento de *depois* como articulador textual. Dessa forma, apresento, a seguir, algumas considerações sobre tais estudos.

### **3 Trabalhos referentes a *depois***

Em sua tese de doutorado, Martelotta (1993) propõe que circunstanciadores temporais e alguns operadores argumentativos sejam considerados elementos de mesma natureza, à medida que os primeiros, ao se submeterem a um processo unidirecional de GR instanciado pela trajetória *espaço > (tempo) > texto*, perdem valor semântico e passam a assumir funções pragmático-discursivas semelhantes às de operadores argumentativos. O objetivo do trabalho do autor é demonstrar que a posição dos circunstanciadores propriamente ditos não segue as mesmas leis ou tendências da

colocação dos operadores argumentativos. A colocação dos circunstanciadores temporais está subordinada à sua função dentro do discurso de que fazem parte.

Segundo Martelotta (1993), a GR – que transforma os circunstanciadores em operadores argumentativos – faz com que o elemento perca os traços semântico-gramaticais que o organizam dentro da estrutura do discurso em que ocorrem, para assumir funções discursivas mais direcionadas. Com a perda desses traços semântico-gramaticais, que regulam sua colocação na sentença, esses elementos tendem a ir perdendo sua mobilidade original, para assumir posições mais fixas.

Para comprovar suas afirmações e assumindo os pressupostos da GR,<sup>18</sup> o autor apresenta análises de alguns operadores argumentativos que podem, em determinados usos, expressar também circunstância temporal: *aí*,<sup>19</sup> *logo*, *depois*, *então*, *já* e *ainda*.

Martelotta (1993) inicia suas considerações sobre *depois* recuperando a origem desse item. Como já destacado neste capítulo, Said Ali (1971) afirma que a partícula *post* gerou as formas:

(i) *pós*, que assumiu o papel de preposição, mantendo o valor semântico original; com o tempo surgiu a tendência de se usar essa preposição antecedida de “a”, “de”, “em”, surgindo, então, *após* e as formas em desuso *depós* e *empós*, sendo a forma *depós* mais usada para expressar sucessão no tempo.

---

<sup>18</sup> Para o autor, é possível que os usos desses circunstanciadores se submetam a um processo de degramaticalização, que ocorre quando um elemento que está na gramática passa a ter comportamentos imprevisíveis, escapando às restrições gramaticais e retornando ao discurso. Martelotta (1993) acredita que a melhor maneira de abordar o uso de operadores argumentativos é por meio do processo de gramaticalização/degamaticalização, de acordo com o que está desenvolvido em Heine *et al.* (1991), Traugott e Heine (1991) e Sweetser (1990). Nos trabalhos de Traugott (1995, 2003), entretanto, a autora defende a GR como processo que instancia a emergência de operadores e marcadores discursivos, sem a necessidade de se recorrer a outros processos explicativos da mudança de formas que dão origem a classe/função de elementos que funcionam discursivamente, como, por exemplo, processos de discursivização, como inicialmente defendido por Martelotta *et al.* (1996).

<sup>19</sup> Segundo Martelotta (1993), o operador argumentativo *aí* é o único, entre os operadores estudados por ele, que apresenta, no português atual, o processo completo da GR espaço > (tempo) > texto e o processo da degramaticalização.

(ii) *pois*, que também manteve o valor semântico original, funcionou inicialmente como advérbio, com o valor de “mais tarde”, “em seguida” e depois como conjunção.

De acordo com Martelotta (1993), seguindo a tendência da GR, o elemento *pois*, de advérbio sequenciador, torna-se conjunção, assumindo função argumentativa. Assim, passa a funcionar como sequenciador de argumentos, tornando-se um introdutor de informações novas. O autor propõe que essa trajetória deve-se ao fato de que *pois*, como sequenciador de argumentos, traz informação nova por um mecanismo de pressão de informatividade, de acordo com Traugott e König (1991). Por esse mesmo mecanismo de mudança, o elemento *pois* pode sequenciar argumentos que, dependendo do contexto, acabam permitindo inferências de relações explicativas (16), causais (17), conclusivas (18), contrastivas (19) e discursivas (20)<sup>20</sup> entre os enunciados que articula, como exemplificado a seguir.

(16)

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra". Mandato que não era dado pelos escravos, **pois** eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão e por entender que os grilhões dela mantinham o país inteiro preso ao atraso econômico, social e político.

(FER-O,F,XX)

(17)

Caro Lino. Fui a essa hora e lá estava o homem. A conferência durou 2 h. e meia com mais um gastozinho de tempo, de espera de bonde, disto daquilo, cheguei à cidade às 9 e tanto sem tempo mais de ir ver minha adorada Pureza. De dia estive no colégio e mesmo que assim não fôsse dar-se-ia o mesmo **pois que** gastei quase todo o dia a andar atrás do Introuvable. E está aí explicado como pode um noivo passar todo um dia na cidade onde mora sua noiva sem poder trocar uma palavra. A minha viagem de ontem valeu ouro.

(CML-C,f,XX)

---

<sup>20</sup> Exemplos extraídos da pesquisa diacrônica de Cândido (2009) sobre a GR de *pois*.

(18)

E assim continuarei se Deus for servido, porque, provavelmente, não terei mais ocasião de escrever maluqueiras como as que te mandei. Já vê, **pois**, que não poderias encontrar em minha prosa nenhum *afrodisíaco* que te arrancasse do cérebro ou de qualquer outro órgão, os artigos que destinas à *Atualidade* do João Lima.

(GRC, f,XX)

(19)

Rio, 16,10,1925.É positivamente um encanto! Reúne tôda a beleza de Sta. Teresa e Tijuca sem as desvantagens dêsses dois paraísos. Meu mêdo era que a Purezinha não se ajeitasse por cá, amiga do borralho como é. Veio nervosíssima, magra, arrenegando e jurando que não aceitaria nunca a nova terra. **Pois** em tão poucos dias já está mudada, está outra e vai acariocar-se ràpidamente. Olhe Seu Heitor, só vive quem mora cá.

(CML-C, f, XX)

(20)

Também meu... Bom, não sei se devo ir tão longe...

Bonifácio - V. Exa. me concede um aparte?

Henfil - **Pois não...**

Bonifácio - Radicalize!

(H-CM-C,f,XX)

*Depois*, segundo Said Ali (1971), originou-se de *pois* com valor de advérbio (significando “mais tarde”, “em seguida”), que foi reforçado pela partícula *de*, mantendo-se na língua apenas o *pois* com valor de operador argumentativo, nos termos de Martelotta (1993). Said Ali afirma que o elemento *depois*, no português arcaico, conviveu com a forma *depos* (*de+ pós*) de valor semelhante, a qual desapareceu com o tempo.

No português atual, Martelotta (1993) afirma que *depois* pode apresentar os valores **espacial**, **temporal**, **sequencial** e **aditivo**, de acordo com os dados analisados por ele, provenientes de amostras de fala do português contemporâneo.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> O córpus utilizado para a pesquisa de Martelotta (1993) são entrevistas concedidas por crianças e adultos para o projeto *Censo de Variação Linguística, Competências Básicas do Português* e entrevistas do Projeto NURC.

Com relação ao uso **espacial**, o autor não encontrou *depois* em construções do tipo “a casa fica *depois* da farmácia”, mas sim um uso mais abstrato de localização espacial: a ordenação, como ilustrado em (21).

(21)

I: Ah, uma professora que eu gosto... a professora que eu gosto é a... que eu gosto mesmo é a dona Regina. **Depois** a dona Inês.

(MARTELOTTA, 1993, p. 133)

Segundo o autor, a ordenação da preferência pelas professoras baseia-se no que a informante sente por cada uma delas. É nesse sentido que o autor considera esse tipo de ordenação uma abstração decorrente da ideia espacial de que uma coisa está na frente da outra, na ocorrência em questão, é melhor que a outra.

*Depois* também pode apresentar, em determinados contextos, uma sucessão no tempo, como em (22), ou ainda pode vir acompanhado de uma outra indicação temporal que especifica seu sentido como de elemento indicador de tempo, como em (23).

(22)

E: Já houve alguma vez assim que algum cliente não tenha pagado?

I: Já, muitas vezes. Calote, meu irmão, é toda hora.

E: Mas como acontece? A pessoa diz que não tem dinheiro ou...

I: É, não tem dinheiro. "Está ruim, **depois** eu pago".

(MARTELOTTA, 1993, p. 134)

(23)

I: ... esse morreu lá em Campos do Jordão, que esse morava lá. Ele tinha problema... diabético e com... deu complicação de rins, mas com isso ele viveu muito diabético, esse negócio, mas depois, *muitos anos* **depois** é que veio atacar os rins, foi que ele teve problema.

(MARTELOTTA, 1993, p. 134)

Martelotta (1993) afirma que *depois* **temporal** representa casos mais comuns nas entrevistas do que os de indicação **espacial**. Aponta também que, partindo da proposta de Heine *et al.* (1991), a de que existe o fenômeno da GR *espaço > (tempo) > texto*, via *função ideacional > função interpessoal > função textual*, pode-se entender *depois* como elemento espacial que adquire a capacidade de expressar noções temporais em determinados contextos e, em seguida, passa a assumir funções textuais referentes à organização das informações.

A partir dessas análises, entendo que *depois* pode ser parafraseado em (22) por “em outro tempo”, “mais tarde”, não sendo possível definir “a extensão de tempo (*depois*)”. O mesmo ocorre em (23), porém, nesse caso, a localização temporal torna-se mais nítida pela combinação de *depois* com “muitos anos”. Observo que, no trabalho do autor, não há referência, pelo menos não uma referência específica, a outros sentidos temporais em que *depois* pode ser usado, como se observa em (24) e (25).<sup>22</sup>

(24)

Inf.: bom... a última:: acontecimento... na minha vida foi minha separação que é um ano e::... três meses... né? aconteceu... **depois** de quase vinte e três anos né? de casada... então [isso] 1[Doc.: sei] foi uma coisa que tá marcan(d)o muito na minha vida... e::...qué(r) dizê(r) a gente CA::sa né?... pensa que... 2[vai sê(r) uma coisa]

(Iboruna, AC-110-NE)

(25)

eu hoje eu tô assim hoje eu faço o que eu quero... se eu falá(r) que eu num vô(u) abrí(r) a escola... vô(u) abrí(r) **depois** do almoço eu abro **depois** do almoço... é lógico se eu num co/ se eu num tivé(r) aluno...

(Iboruna, AC-109-DE)

<sup>22</sup> As ocorrências de *depois* em (24), (25) e (26) foram encontradas no Banco de dados IBORUNA, constituído de dois diferentes tipos de amostra: uma do censo linguístico (AC) da região de São José do Rio Preto, com o controle de variáveis sociais, e outra de interação dialógica (AI), gravada secretamente em interações, livre de controle de qualquer variável.

Em (24), *depois* indica uma localização, em termos de anos, no tempo: “quase vinte e três anos *depois* do casamento” aconteceu a “separação”. Isso se dá pela presença de um marco determinado em anos, mas que também pode aparecer em dias, horas, semanas, meses. Já em (25), *depois* indica a ordem cronológica em que se dão os acontecimentos, no caso, em primeiro lugar “eu almoço” e em segundo lugar “eu abro a escola”. A supressão desse item inviabiliza e altera a interpretação do nexos sequencial temporal entre os eventos. Assim, defendo que *depois* assume valor **sequencial** se sua supressão não inviabilizar nem alterar a interpretação do nexos sequencial temporal que se estabelece entre os eventos, como em (26) abaixo, situação em que ele é usado para indicar que uma ação acontece imediatamente após o término da anterior e, por isso, permite a paráfrase “em seguida”, como mostrado em (26’).

(26)

Inf.: (inint.) um paletó... começá(r) a profissão... começava a chuleá(r)... aprendê(r) a chuleá(r)... dá(r) os pontos chuleados [Doc.: ah:: tá] porque toda a ro(u)pa era chuleada a mão num era à máquina... aprendê(r) a caseá(r)... aprendê(r) a pregá(r) botão... compreende... **depois** começava a a:: fazê(r) umas peças... de CALça... **depois** começava a aprendê(r) a fazê(r) calça... **depois** começava a aprendê(r) fazê(r) manga de paletó... fazê(r) parte de peças de paletó... **depois** ia aprendendo a fazê(r) paletó... levava cinco seis às vezes até dez ano pra aprendê(r) a fazê(r) um paletó [Doc.: no::ssa] mas quando saía saía um arTISta conhecedor [da profissão]

(Iboruna, AC-151-RP)

(26’)

começava a aprendê(r) a chuleá(r)... dá(r) os pontos chuleados ... aprendê(r) a caseá(r)... aprendê(r) a pregá(r) botão... **em seguida** começava a a:: fazê(r) umas peças... de CALça... **em seguida** começava a aprendê(r) a fazê(r) calça... **em seguida** começava a aprendê(r) fazê(r) manga de paletó... fazê(r) parte de peças de paletó... **em seguida** ia aprendendo a fazê(r) paletó... levava cinco seis às vezes até dez ano pra aprendê(r) a fazê(r) um paletó

Martelotta (1993) chama de *depois sequencial* um tipo de *depois* temporal, que, em função do contexto em que ocorre, assume um comportamento de elemento

gramatical, uma vez que serve para organizar as informações do texto, como ilustrado em (27).

(27)

I: ... quando eu senti que a Dodge andou, eu virei para o lado assim e a Dodge passou e foi se acabar no barranco, que tinha lá em baixo e eu deitado no chão. Eu sei que foi um susto... Não houve nada, que era um barranco muito próximo, então só deu aquele impacto e tudo bem. Depois saímos dali, chegamos no quartel todo mundo frio. O sargento passou um pouquinho mal, mas **depois** ficou bom.

(MARTELOTTA, 1993, p. 135)

Trata-se de uma narrativa de fatos sequenciais que é organizada pelo elemento *depois*. Entendo que tal uso corresponde ao mesmo do exemplificado em (22), uma vez que, também aqui, é possível parafrasear *depois* por “em outro tempo”.

Martelotta afirma que esse uso **sequencial** de *depois* é o resultado da trajetória *circunstanciador* > *operador argumentativo*, pois, ao contrário do seu uso **espacial/temporal**, *depois sequencial* assume uma posição mais fixa e uma função típica de conectivo: aparece no início de orações, indicando a sequência em que elas ocorrem no texto.

O autor considera esse uso **sequencial** decorrente do uso temporal por meio de um processo de GR por mecanismo de pressão de informatividade, conforme Traugott e König (1991): pela força do uso, em determinados contextos, sobressai o valor **sequencial**. Martelotta também afirma que, pelo mesmo processo, derivam a locução conjuntiva *depois que* e a locução prepositiva *depois de*, usos em que o elemento *depois* assume definitivamente um valor relacional.

O último uso de *depois* apontado por Martelotta (1993) tem acepção próxima a “além do mais”, como mostra (28).

(28)

E: Então você acha bom a mulher trabalhar fora?

I: Acho. Atualmente acho, não pra mim que já estou com uma vida formada, casada há vinte e sete anos já, não, não, não. E **depois** não preciso, graças a Deus...

(MARTELOTTA, 1993, p. 138)

O autor afirma que, em (28), *depois* assume definitivamente valor argumentativo, perdendo o sentido **espacial/temporal** original. Ele aparece acrescentando informações/argumentos em favor de uma dada conclusão enunciada. A hipótese do autor é a de que esse uso é derivado de *depois* sequencial por uma trajetória de GR, ou seja, o elemento, que originalmente acrescenta eventos novos, sequenciando-os, por processo analógico, passa a acrescentar argumentos novos em função de determinados contextos em que esse valor é pressionado a aparecer.

Outro estudo sobre *depois* é a dissertação de mestrado de Gonçalves (2007). Em sua pesquisa, a autora aponta um uso diferente de *depois* dos apontados por Martelotta (1993): *depois* com função contrastiva. Segundo as análises de Gonçalves, esse item apresenta, em alguns casos, certa oposição com outros elementos do texto, introduzindo um contraste no discurso. Essa oposição, normalmente, se verifica em contextos de coocorrência do conector adversativo *mas* seguido de *depois*, em formas como *mas depois*, *mas depois que*, ou em contextos de ocorrência apenas de *depois*.<sup>23</sup>

Gonçalves (2007) entende que o conector *mas* serve apenas para ressaltar a idéia de contraste nos fragmentos; assim, afirma que esse uso de *depois* é gramaticalizado, pois, como a noção temporal está enfraquecida, ele passa a organizar o discurso em

---

<sup>23</sup> A autora não apresentou exemplo de *depois* com valor contrastivo sem a presença do conector *mas*, como afirma ser possível ocorrer.

termos de oposição entre os períodos do texto, funcionando como um conectivo. Os exemplos apresentados pela autora são reproduzidos em (29), (30) e (31).<sup>24</sup>

(29)

F - Inicialmente dá, sabe? Logo assim [no] - no começo, a gente fica meio temeroso, *mas depois* a gente vai se acostumando, aí perde aquele receio todo. A gente faz troço que não deve, por exemplo: fumar.

(PEUL)

(30)

E - Vocês trabalhavam com roupas próprias ou não?

F - Não, não. Até, quando eu entrei, antes de eu- eu entrei em setenta e três (hes) em setenta e dois. Então, quando nós entramos, eu entrei. ("eu fui") Concursado, entrou um grupo. Então, quando nós entramos, o pessoal, todo mundo usava roupa- tinha própria. Era um macacão, um negócio assim, sabe como é? *Mas depois* que nós entramos, aí começou a virar bagunça, sabe? (riso f) [Entrou muito jovem,] revolucionando tudo, aí foi caindo aquela- negócio todinho, aquelas exigências caíram todas quase.

(PEUL)

(31)

... Da forma que a gente brinca, que <e->- essa classe brinca [é]- é irreal o troço. A gente está se iludindo, pensando que está fazendo alguma coisa de bom, [está] - está extravasando realmente, *mas, depois*, quando cai na realidade, vai ver que foi tudo fantasia. E o carnaval é fantasia mesmo, não é? (riso)

(PEUL)

É possível observar os contrastes existentes: “medo” *versus* “falta de temor”

(29); “organização” *versus* “desorganização” (30); “fantasia” *versus* “realidade” (31).

Em (32), a oposição existente é “antes se reuniam” *versus* “nunca mais se reuniram”.

<sup>24</sup> Gonçalves (2007) utilizou em sua pesquisa os seguintes *corpora*: 1) do projeto NURC-RJ (disponível em: <<http://www.lettras.ufjr.br/nurc-rj>>) a Amostra Complementar Comparativa das décadas de 70-90, levando-se em conta somente a década de 90. O tipo de inquérito é o DID (diálogo entre informante e documentador); 2) do Projeto Análise Contrastiva de Variedades do Português (VARPORT) ([www.lettras.ufjr.br/varport](http://www.lettras.ufjr.br/varport)), apenas o material do Português do Brasil Oral da década de 90, nos registros culto e também o popular; o VARPORT apresenta o mesmo tipo de inquérito do NURC; 3) do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) (disponível em: <<http://www.lettras.ufjr.br/peul>>), apenas a Amostra Censo.

(32)

LOC - nós nos reunimos mais ou menos o mesmo grupo... uma vez em agosto numa feira de exposições que teve em Três corações... aí nós nos reunimos... *mas depois* disso nunca mais ninguém conseguiu reunir... ah... foi legal... foi maior bagunça... a... aí reunimos todo mundo na feira....

(VARPORT)

A autora destaca que também é possível a locução conjuntiva *depois que* ser usada com valor contrastivo, como em (33).

(33)

LOC - já pratiquei natação, quando eu era mais garoto... jogava xadrez... jogava botão... pingue-pongue... *mas depois que* eu comecei a trabalhar nunca mais pratiquei nada mesmo... nenhum tipo de jogo...nem baralho...

(VARPORT)

Também em (33), a oposição subjaz à presença ou não do conector *e*, assim, temos “antes de trabalhar praticava esportes” *versus* “começou a trabalhar, nunca mais praticou esportes”.

Não considero *depois* em ocorrências como as apontadas por Gonçalves (2007) com valor contrastivo, pois a presença da conjunção “mas” é um forte indício linguístico da ideia adversativa, não podendo, assim, ser retirado do enunciado sem prejuízos semânticos. Ainda, o nexos opositivo decorre da ativação do conhecimento de mundo e de princípios pragmáticos, o que parece corresponder a uma implicatura conversacional, ou seja, a uma inferência baseada num princípio de informatividade. Na ausência de dados empíricos que comprovem o valor contrastivo de *depois* fora de contextos de coocorrência com *mas*, tem-se como uma interpretação possível para tais casos de coocorrência, a de que enquanto *mas* mantém sua função sintático-semântica de conjunção coordenada adversativa, *depois* cuida apenas de reforçar a sequenciação

de eventos, típica de estruturas de coordenação, não cabendo atribuir-lhe função argumentativa de contração/contraste. Interpretação semelhante é sugerida por Silva (2010) em contextos de coocorrência de *mas* com os advérbios juntivos *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto*, que apenas lhe servem de reforço, num primeiro momento, para, em momento posterior, permitir que tais juntivos, ocorrendo sozinhos, funcionem com valor adversativo, instanciado por um processo metonímico.

Ao tratar do uso **sequencial** de *depois*, Gonçalves (2007) observa que outros elementos são utilizados próximos a esse item para enfatizar a noção sequencial. É o que pode ser observado em (34) e (35).

(34)

*Aí depois* de manuscrito, ele passou a ser todo feito no mimeógrafo. O colégio me franqueava o mimeógrafo pra rodar os estênceis, né? Aí todo mundo ... eu vendia esse jornalzinho, eu e mais dois ou três colegas, a gente vendia pra custear o jornalzinho, não é? Fazia anúncio da cantina, fazia esses negócios assim, né? Aí foi uma vida diferente.

(NURC-RJ)

(35)

LOC - Saía de noite, voltava tarde, de madrugada, não estudava, e ... minha mãe começou a cobrar: tá vendo, último ano, você tinha que tá estudando, agora não tá estudando, não sei o que! *E, depois*, [ aí ] eu comecei a ficar com medo: Pô, já pensou se eu, realmente não posso

(NURC-RJ)

O termo *aí*, em (34), tipo de dado encontrado em boa parte dos fragmentos sequenciais nos dados da autora, segundo Martelotta (1993), também passou pelo processo de GR assim como *depois*, ou seja, tinha características espaciais e, em decorrência do uso, passou a organizar o discurso como um conectivo. Em (35), a sequência vem marcada pelo emprego do conectivo *e*, pelo marcador *aí*, numa espécie de reforço para a sequenciação dos eventos. Também nesses casos, vale a observação

feita anteriormente: *depois* é empregado apenas como reforço da sequenciação de eventos coordenados, gramaticalmente marcados pelos conectores *e* e *ai*, contextos que podem contribuir para a fixação do valor de sequenciação que *depois* passa a assumir.

Com base nas descrições já disponíveis para *depois*, desde sua origem latina, o esquema a seguir resume os valores categoriais e a função desempenhada por este item.

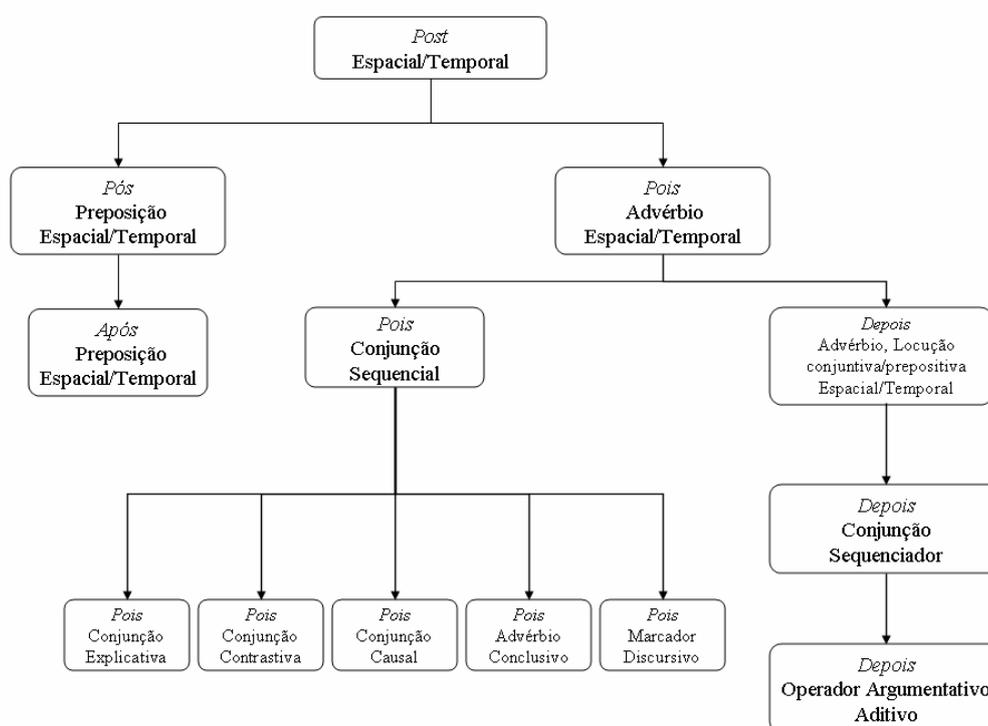


Fig. 1: Origem e processo de gramaticalização de *depois*

O esquema mostra que, assim como aconteceu com o *pois* circunstanciador, o elemento *depois*, de circunstanciador, passa a operador argumentativo, assumindo, inicialmente, função de sequenciação, para, em seguida, assumir definitivamente função argumentativa.

Dessa forma, o processo descrito até aqui, com base em Martelotta (1993) e Gonçalves (2007), indica a seguinte trajetória de *depois*:

(36) advérbio (espacial/temporal) > locução prepositiva (espacial/temporal) > conjunção / locução conjuntiva / locução prepositiva (temporal) > conjunção (operador argumentativo = “além do mais”)

Tomando essa trajetória como objeto de estudo, proponho-me a realizar uma incursão histórica sobre o comportamento desse item, o que tornará possível tanto verificar se essa trajetória pode ser comprovada diacronicamente como contribuir com o quadro explanatório da GR, à medida que permitirá checar o alcance do princípio da unidirecionalidade em GR, proposto como hipótese (HOPPER e TRAUGOTT, 1993) que permite reconstruir historicamente a constituição das formas gramaticais da língua.

Vale observar, de antemão, que essa escala mais geral, dada em (36), pode ainda ser mais detalhada de um ponto focal a outro. Dessa forma, para uma melhor compreensão da trajetória de *depois*, sob a perspectiva da GR, apresento duas diferentes escalas de ordenação postuladas para as funções da linguagem associadas às mudanças semântico-pragmáticas, que motivam verificar sua aplicabilidade ao estudo de caso em questão.

#### **4 As funções da linguagem e a gramaticalização de *depois***

Um dos objetivos dos estudos funcionalistas é investigar a interface entre as funções sociais e o sistema interno das línguas, uma vez que a compreensão das

implicações de funções sociais na gramática é central à discussão que relaciona linguagem e sociedade. Assim, para Halliday (1973), a relação entre as funções da linguagem e a organização dos sistemas linguísticos é um traço geral da linguagem humana, pois tais sistemas são abertos à vida social, o que explica a necessidade de se estudarem os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais.

A variação funcional é algo fundamental para a organização da linguagem, não é apenas uma distinção de usos da linguagem. Nesse sentido, as abordagens funcionais da linguagem têm enfatizado seu caráter multifuncional e, sob essa perspectiva funcionalista, Halliday (1976, 1978) propõe três funções da linguagem:

- (i) **função ideacional**, que é acionada para a expressão da experiência do falante em relação ao mundo real por meio de conceitos;
- (ii) **função textual**, empregada para a organização e construção do texto;
- (iii) **função interpessoal**, que sinaliza a interação entre a expressão, o desenvolvimento da personalidade do falante e a expectativa do ouvinte.

De acordo com o autor, a linguagem é usada basicamente para i) falar sobre a experiência de mundo (inclusive os mundos mentais, descrevendo situações e entidades envolvidas); ii) organizar a mensagem, ajustando-a a outras mensagens e ao contexto mais amplo, e iii) interagir com outras pessoas (para influenciá-las ou para expressar pontos de vista).

Martelotta (1996) afirma que, pelo menos quando entra em questão o componente de orientação para o ouvinte – e, segundo ele, é difícil esse componente não estar em questão, uma vez que o texto é construído para o ouvinte – o processo de GR se desenvolve por meio dessas funções da linguagem de acordo com a escala:

(37) função ideacional > função interpessoal > função textual

O autor destaca que, a partir da proposta de Heine *et al.* (1991), de que existe o fenômeno da GR *espaço > (tempo) > texto*, via função *ideacional > função interpessoal > função textual*, pode-se entender *depois* como um elemento espacial que adquire a capacidade de expressar noções temporais em determinados contextos e, em seguida, passa a assumir funções textuais referentes à organização das informações.

Por meio da função interpessoal, o falante estabelece relações com o ouvinte e organiza seu discurso em função dessa relação. Essa função conduz, em sua trajetória, à função textual. É provável, então, a existência de uma trajetória da função interpessoal para a função textual com relação ao uso de *depois*.

Traugott (1982), considerando as funções de Halliday, propõe tendências que explicariam a direção das mudanças semântico-pragmáticas implicadas na GR, que se implementariam via o acionamento do componente proposicional (elementos sujeitos à verificação referencial), do componente textual (elementos que permitem elaborar um discurso coeso) e do componente expressivo (elementos que exprimem atitudes subjetivas). Assim, as mudanças de significado que acompanham a GR tendem, segundo a autora, a respeitar a hierarquia dada em (38).

(38) proposicional > textual > expressivo

Sendo assim, levando-se em consideração que, enquanto advérbio, *depois* está mais ligado ao plano do conteúdo e, enquanto operador argumentativo, tem sua função

interpessoal aumentada, é também possível a aplicação dessa trajetória para explicar o processo de mudança (se ele se verificar) a que esse elemento se submete.

Tendo como base essa discussão, é possível que um processo de GR seja o responsável pela mudança de *depois* de advérbio a operador argumentativo, se for levado em consideração que, após esse processo, esse item se torna mais gramatical, na medida em que passa a funcionar em uma sintaxe textual, monitorando as partes em que o texto se segmenta e relacionando-as.

Sob a perspectiva da GR, apuradas as diferentes funções que *depois* pode expressar na língua, originárias de seu valor adverbial, constata-se seu caráter multifuncional,<sup>25</sup> resultante de um processo de mudança linguística em que atua o princípio cognitivo básico de novas funções para formas já existentes na língua (HEINE *et al.*, 1991).

A partir do modelo sistêmico-funcional de Halliday (1976, 1978), Traugott (1989) explica que a principal mudança semântico-pragmática em estágios iniciais de GR é unidirecional: significados com conteúdo proposicional (elementos referenciais como dêiticos de lugar, tempo e pessoa) podem ganhar significados textuais (referentes à coesão: conectivos, fóricos, topicalizadores, por exemplo), expressivos (modalizadores, conectores argumentativos, marcadores de pressuposição, dentre outros), ou ambos, aplicando-se o esquema:

(39) proposicional > ((textual) > (expressivo))<sup>26</sup>

<sup>25</sup> O termo “multifuncional” é usado aqui com o sentido de “várias funções”.

<sup>26</sup> A representação entre parênteses do nível textual indica que a passagem por esse nível é facultativa, ou seja, um item pode simplesmente passar do proposicional para o expressivo, sem, no entanto, passar pelo textual. Ainda, o nível expressivo é representado entre parênteses porque a passagem de um item do nível proposicional ao textual não significa que ele chegue ao nível expressivo.

Assim, ocorre, de acordo com Traugott (1989), uma pragmatização do significado, ou seja, no percurso de mudança semântico-pragmática, os significados tendem a se referir menos à descrição de situações concretas e mais a situações discursivas; menos a situações objetivas e mais a situações subjetivas.

Traugott e König (1991) propõem uma revisão dessa proposta correlacionando-a a três tendências gerais possíveis de mudança semântico-pragmática, tanto lexical como gramatical, sendo elas:

I. Descrição de situação externa > situação interna: significados baseados na situação externa seriam a fonte para o desenvolvimento de significados baseados na situação interna ao discurso (perceptual/cognitivo/ avaliativo);

II. Situação externa/interna > situação textual: o surgimento de significados baseados na situação textual (coesivo) se dá a partir de significados baseados na situação externa ou interna;

III. (Situação textual) > estado de crença subjetiva do falante: com o surgimento de itens que expressam a surpresa, expectativa, sentimento do falante com relação a duas proposições, há uma pragmatização do significado, visto que a relação estabelecida nesse nível envolve as crenças, atitudes do falante com relação ao ouvinte e à situação discursiva.

Assim, o processo envolvido nas tendências I e II é a metáfora; na tendência III, é a metonímia.<sup>27</sup> Ainda, quando um significado se pragmatiza, não quer dizer que

---

<sup>27</sup> “A *Metáfora* está largamente correlacionada com mudanças de significados localizados na situação descrita externa para significados referentes a situações avaliativas, perceptivas e cognitivas, e para significados fundados na marcação textual. A *Metonímia*, por sua vez, está amplamente correlacionada com as mudanças de significados centrados na crença ou atitude subjetiva dos falantes, em direção à situação, incluindo a linguística.” (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p. 211)  
“Metaphor is largely correlated with shifts from meaning situated in the external described situation to meanings situated in the internal evaluative, perceptual, cognitive situation, and in the textual situation.”

necessariamente ele passará por todas as tendências semântico-pragmáticas, podendo, por exemplo, ser desenvolvido a partir de um significado baseado na situação externa, não passando pela textual.

O *cline* abaixo exemplifica, a partir do desenvolvimento de *while*, do inglês, (TRAUGOTT, 1989), a correlação entre as funções da linguagem e as três tendências apontadas.

<b>Proposicional</b>	>	<b>Textual</b>	>	<b>Expressiva</b>
<i>Hwilum</i>	>	<i>wile</i>	>	<i>while</i>
(“tempo”)		(“durante”)		(“enquanto”)

O valor proposicional de *while* era adverbial (“no tempo em que”), indicando simultaneidade. Nesse sentido, representava uma situação temporal vista como existindo no mundo, ou seja, possuía um significado concreto. Essa especificação de simultaneidade foi perdida e *while* – agora com sentido de “durante”, “enquanto” –, a partir de inferências baseadas na temporalidade, passou a indicar uma relação temporal coesiva não apenas entre dois eventos no mundo, mas entre duas orações, com função textual (e proposicional). Outras inferências foram desenvolvidas a partir de relações contextuais inesperadas que envolvem algum tipo de incompatibilidade semântica, acarretando o valor de concessividade ou adversidade no uso de *while*, agora com sentido de “enquanto”, “embora”. Dessa forma, a mudança de *while* temporal para concessivo envolve inicialmente aumento da significação pragmática referente à atitude

---

Metonymy is largely correlated with shifts to meanings situated in the subjective belief-state or attitude toward the situation, including the linguistic one.” (TRAUGOTT e KÖNING, 1991, p. 211).

do falante em relação ao que está sendo dito, ou seja, enquanto concessivo, esse item expressa uma avaliação de contraste entre proposições.

A correlação entre as funções da linguagem e as três tendências apontadas está exemplificada a seguir, a partir da GR de *depois*:

<b>Proposicional</b>	>	<b>Textual</b>	>	<b>Expressiva</b>
<i>Depois</i> (tempo)	>	<i>Depois</i> (conector)	>	<i>Depois</i>
Situação temporal vista como existindo no mundo (significado concreto)		Relação temporal coesiva não entre dois eventos no mundo, mas entre duas orações que expressam eventos (função textual)		(operador argumentativo) Sentido corroborativo: expressão de uma atitude interna de avaliação de argumento considerado decisivo para uma dada conclusão. (a expressão prefaciada por <i>depois</i> adiciona argumento em favor de uma conclusão enunciada anteriormente)

A extensão de significado de *depois*, de elemento indicador de noção espacial em latim,<sup>28</sup> para temporal, caracteriza a passagem metafórica de situação “externa” para “interna” (Tendência I). O valor proposicional de *depois*, denominado **Temporal**, codifica a ideia de posterioridade temporal, podendo seu significado ser identificado nas situações extralinguísticas. Essa especificação temporal, que pode ser verificada referencialmente, estendeu-se ao texto: inferências baseadas na temporalidade passam a atuar na marcação textual, sendo que, nesse sentido, *depois* é denominado **Sequencial**. Assim, o desenvolvimento desse item para conector oracional caracteriza a passagem metafórica para uma situação textual (Tendência II).

<sup>28</sup> A noção Espacial, ao lado da Temporal, encontra-se também na função proposicional, mas anteriormente à Temporal, já que ambas podem ser verificadas referencialmente.

Novas inferências foram desenvolvidas a partir de relações contextuais, indicando um uso mais subjetivo e abstrato de *depois* – o da avaliação, ou o da argumentação, da corroboração, da defesa de uma conclusão, ou seja, há uma projeção metafórica dos significados fundados na marcação textual para os fundados na atitude do falante a respeito do que é dito (Tendência III). Esse uso, que é denominado **Aditivo**,<sup>29</sup> carrega um componente adicional expressivo revelando a construção de um mundo que tem referência no conjunto de crenças do falante e não na situação descrita. Dessa forma, a mudança de *depois* **locativo** para **aditivo** envolve inicialmente aumento da significação pragmática referente à atitude do falante em relação ao que diz.

No caso de *depois*, o desenvolvimento desse item como **operador argumentativo**, derivado de significado espacial, deve-se à pressão da informatividade como uma implicatura conversacional que se torna convencionalizada: o sentido **aditivo** implicado em contextos específicos que o instanciam, tornando disponíveis, tanto a leitura de sequenciação, quanto a de adição de argumentos rumo a uma dada conclusão. São esses contextos que permitem a passagem de um uso ao outro.

Tomando como base as discussões apresentadas neste capítulo, deparo-me com as seguintes questões:

(i) é possível resgatar diacronicamente a trajetória de mudança percorrida por *depois*, de acordo com a trajetória apreendida sincronicamente?<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Rótulo atribuído por Martelotta (1993) que mantenho nas minhas análises e descrições.

<sup>30</sup> A trajetória apreendida sincronicamente está representada em (36) e repetida aqui:

(36) advérbio (espacial/temporal) > locução prepositiva (espacial/temporal) > conjunção / locução conjuntiva / locução prepositiva (temporal) > conjunção (operador argumentativo = “além do mais”)

(ii) a partir de padrões de transferência de funções semântico-pragmáticas de *depois*, como distribuir as três funções da linguagem, propostas por Halliday (1976, 1978), em uma escala de mudança via GR? Como fica a diferente ordenação das funções da linguagem em uma possível correlação entre as escalas apresentadas em (37) e (38)?<sup>31</sup>

No capítulo seguinte discutirei essas questões.

---

<sup>31</sup> (37) função ideacional > função interpessoal > função textual  
(38) proposicional > textual > expressivo

## CAPÍTULO 3

### OS USOS DE *DEPOIS* SOB A PERSPECTIVA DIACRÔNICA

---

#### 1 Evolução histórica do uso de *depois*

Neste capítulo, com o objetivo de verificar o caminho de mudança percorrido por *depois* até adquirir o valor de operador argumentativo, analiso, em textos dos séculos XIII ao XX, as ocorrências desse item com o intuito de depreender as etapas de sua mudança. Os dados são discutidos a partir da análise das frequências *token* e *type*,<sup>32</sup> que permitirão a descrição do(s) funcionamento(s) sintático(s), semântico(s) e pragmático(s) de *depois* nas diferentes sincronias.

Ao longo da história do português, encontrei sete usos diferentes de *depois*: LOCATIVO, TEMPORAL ABSOLUTO, TEMPORAL APROXIMATIVO, TEMPORAL RELATIVO, ORGANIZADOR, SEQUENCIADOR e ADITIVO, como seguem exemplificados de (1) a (7).<sup>33</sup> Esses rótulos, exceto o *aditivo* e o *locativo*, são atribuídos por mim e serão explicados no decorrer deste capítulo. Observe-se, inicialmente, que nem todas essas funções são identificadas na sincronia atual do português brasileiro, como se pode verificar pelas descrições apresentadas nos capítulos anteriores.

---

<sup>32</sup> Como já considerado na “Introdução” deste trabalho, frequência *token* ou textual diz respeito à quantidade de ocorrência de um item/construção, independentemente de sua função; frequência *type* refere-se à frequência de ocorrência de um padrão particular, podendo ser avaliada por meio da consideração das diferentes funções assumidas pelo item ou construção (BYBEE *et al.*, 1994, HEINE *et al.*, 1991, BYBEE, 2003).

<sup>33</sup> No decorrer deste capítulo, explicarei mais detalhadamente esses diferentes usos de *depois*, inclusive discutindo exemplos.

(1)

Encontra-se a proporção que se vai descendo para a foz do Batovy, **depois** do maior salto: muitas baías, matas e campos que aparecem alternadamente, e trabalhos dos índios que vivem nas margens do rio

(19RV, 21)

(**Locativo:** *depois* localiza uma entidade em um espaço posterior)

(2)

Mas pros amigos da minha geração, essas palavras serão mais fáceis de compreender que pra vocês, gente de pós-guerra. Minha “ação” se confinou ao terreno da arte porque, conformado numa geração e num fim-de-século diletantes, sou um sujeito visceralmente apolítico, incapaz de atitudes políticas, covarde diante de qualquer ação política. Absurdamente incapaz do menor improviso em público, mesmo **depois** de dez anos de cursos e de preleções.

(20CMA, 23)

(**Temporal Absoluto:** *depois* localiza precisamente a extensão de tempo posterior de um evento)

(3)

Almoço acabou, fomos indo a pé pro Ministério, de repente meu desespero foi tamanho que ajuntei todas as minhas forças e me joguei no abismo, tem uma moça mineira positivamente excepcional, um valor, mas que carece de desenvolver, e por causa da miséria está jogada em Varginha... E não pedi! Parei, me faltou respiração, não sei, sei que parei, não pedi. Não foi possível pedir! Pouco tempo **depois** era nomeado diretor do Departamento. Oneida tinha o tempo constitucional de moradia aqui, chamei ela, está aqui.

(20CMA, 17)

(**Temporal Aproximativo:** *depois* localiza de forma menos precisa o tempo posterior de um evento)

(4)

O velho Castilho, o Arcade postumo, como então lhe chamaram, viu a geração nova insurgir-se contra a sua chefatura anacrônica. Houve em tudo isto muita irreverência e muito excesso; mas é certo que Castilho, artista primoroso mas totalmente destituído de idéia, não podia presidir, como pretendia, a uma geração ardente, que surgia, e antes de tudo aspirava a uma nova direção, a *orientar-se* como **depois** se disse, nas correntes do espírito da época.

(19CAQ, 4)

(**Temporal Relativo:** *depois* apenas aponta o tempo posterior de um evento)

(5)

Aqui vai a crônica pro *Diário de Notícias*. Você fará o favor de entregá-las ao Barreto Leite, **depois** de acrescentar, no fim, mais os “Livros Recebidos” que estiverem aí.

(20CMA, 33)

(**Temporal Organizador:** *depois* organiza os elementos do texto de modo que se estabeleça o elo de sucessão entre dois ou mais eventos, sendo que o estado de coisas introduzido por esse item é interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal)

(6)

Joanita, quando você voltar vou te ensinar comer melado de Campos. E' bom! Guita, quando você voltar vou te ensinar comer melado de Campos. E' gochtoso, memo! Pra dizer isso é preciso demorar bastante no "goch..." e **depois** pronunciar bem depressinha o "toso, memo".

(20MB, 5)

(**Sequenciador:** *depois* assume a função de sequenciar dois ou mais eventos, indicando que o evento por ele introduzido ocorre quando o anterior se conclui)

(7)

*Alcântara, Infelizmente / infelizmente não posso / aceitar o seu a sua / "Invitation au Voyage" / para ir nadar na Riviera / fumar dormir fazer versos / colhêr florinhas nos bosques / onde não tem sabiás / e dançar nos hotéis-palaces. / Bateu a crise no açúcar / mais braba que no café / Província mandou dizer / que não paga mais / Pois é. / Adoeceu seu Castilhos / e se mudou faz um mês / De sorte que Manuelzinho / ficou de tanga outra vez / Vai raramente ao cinema / voltou a comer no Reis / anda de bonde e em matéria / de charutos já não fuma / nem mau charuto holandês / Não posso / ir mais pra Pasárgada / Houve revolução lá / proclamaram a república / **Depois** a mulher que eu quero / não está lá / mesmo / Pra quê? / Melhor é ficar pr'aquí / Na véspera de Finados / estava tão aporrinhado / que escrevi de aporrinhado / êste "Poema de Finados".*

(20MB, 17)

(**Aditivo:** *depois* indica sucessão temporal entre proposições, em que se enunciam argumentos em favor de determinadas conclusões; a expressão introduzida por esse item adiciona argumento em favor de uma conclusão enunciada anteriormente)

Na figura 2 abaixo, encontra-se a frequência de uso (*token*) dos sentidos de *depois*, em números absolutos, ao longo das sincronias investigadas. Nesse momento, destaco os usos mais frequentes: TEMPORAL ORGANIZADOR, TEMPORAL RELATIVO e SEQUENCIADOR, como pode ser observado na coluna "total".

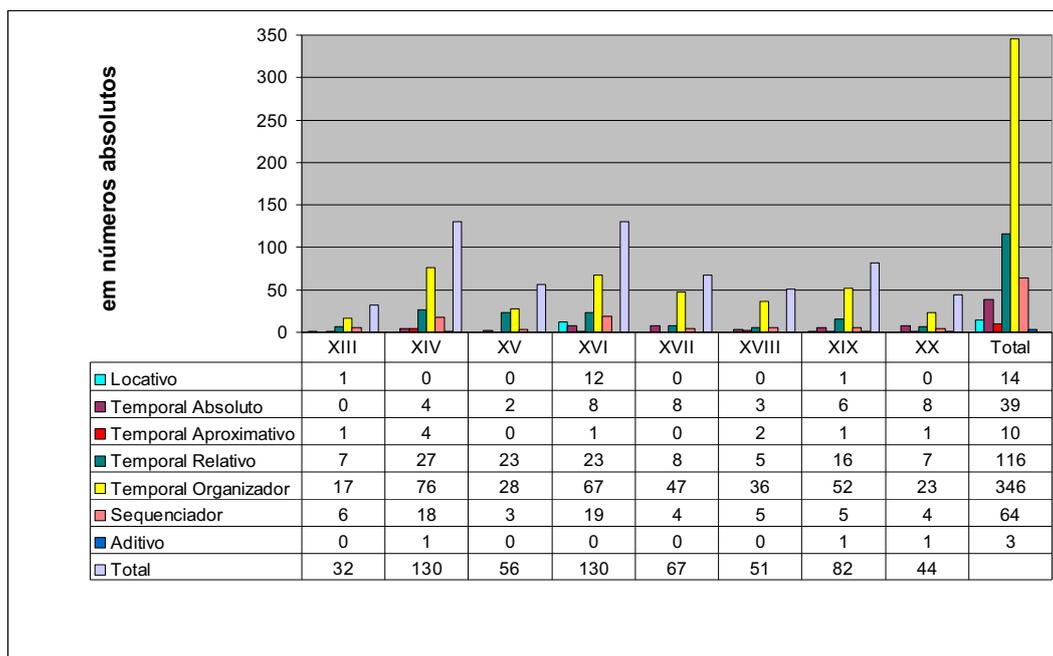


Fig. 2: Frequência de uso dos sentidos de *depois* nas diferentes sincronias.

O que se observa é que *depois* ocorre em todos os séculos como TEMPORAL ORGANIZADOR (em amarelo), TEMPORAL RELATIVO (em verde) e SEQUENCIADOR (em rosa) com maior frequência. Ainda, esses são os únicos usos encontrados nos textos de todos os séculos, o que indica que *depois* atua caracteristicamente na marcação textual, seja organizando, seja sequenciando eventos, e na marcação de relação temporal de posterioridade vaga.

Com exceção do uso mais gramaticalizado de *depois*, o ADITIVO, que ocorre escassamente nos séculos XIV, XIX e XX, e do TEMPORAL ABSOLUTO, que aparece a partir do século XIV, todas as demais funções verificadas no português atual já estavam presentes no português desde o século XIII. Com base nesses resultados iniciais, surge o questionamento se as funções encontradas nas diferentes sincronias permitirão recompor a trajetória de mudança diacrônica desse item ou se uma

estabilidade sintático-semântica se verifica desde a fase arcaica do português (séculos XIII e XIV).

Apresento, então, a exposição e a análise dos dados, que seguem a ordem cronológica dos séculos.

### 1.1 Século XIII

De acordo com Ferreira (1987), o étimo latino de *depois*, provavelmente a locução *de poste*, apresentava valores de tipo espacial e temporal. Magne (1944) registra que *depois*, já em português arcaico, possuía ora sentido locativo, ora sentido temporal, como em (8), (9) e (10).<sup>34</sup>

(8)  
Eu vou **depois** uu cavaleiro. (locativo)

(9)  
**Depois** mim nom veerrá nehoo Artur. (locativo)

(10)  
... e **depois**, a cabo de tempo, morreo Dom Diego Lopes e ficou a terra a seu filho, Dõ Enheguez Guerra.<sup>35</sup> (temporal)

Neves (1992) afirma que “lugar” e “tempo” de tal maneira se implicam que um advérbio “de lugar” pode indicar tempo e um advérbio “de tempo” pode indicar lugar,

<sup>34</sup> As ocorrências (8) e (9) são extraídas de Magne (1944, p. 104 e 162); e (10) de Nunes (1959, p. 19).

<sup>35</sup> Nesse caso, a expressão “a cabo de tempo” evidencia o valor temporal de *depois*.

como em (11), evidenciando, portanto, que esses dois valores se confundem, ainda no português atual.

(11)  
e o trecho **depois** de Conquista... Ave-Maria! Já não aguento mais!

(NEVES, 1992, p.250)

Nos dados do século XIII, foram encontradas quatro formas variantes de *depois*: *de pos*, *de pois*, *depós* e *depos*, totalizando 32 *tokens*. Na frequência *type*, há cinco acepções de *depois*, de natureza adverbial e conjuntiva, conforme mostrado no quadro 5.

Quadro 5: Frequência de *depois* no século XIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
32	05
	i. advérbio = locativo (01) <sup>36</sup>
	ii. advérbio = temporal relativo (07)
	iii. advérbio = temporal aproximativo (01)
	iv. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (17)
	v. conjunção = sequenciador (06)

Como mostra o quadro, já no português medieval, constata-se a multifuncionalidade de *depois*, formas que possivelmente surgiram a partir dos valores de sucessão espacial e temporal. Como foram poucas as ocorrências de cada variante desse item (*de pos*: 04 casos; *de pois*: 03 casos; *depós*: 06 casos; *depos*: 01 caso), não é possível apontar um uso característico para cada uma delas.

Em (12), observa-se a única ocorrência de *depois* com valor espacial.

<sup>36</sup> Parêntese indica a frequência em número de ocorrências para cada *type*.

(12)

Entom se saíu do paço e levou a cabeça e sobiu em seu palafrem. Mais nunca vistes tam grã doo nem [tam] grandes vozes como iam fazendo **depós** ela (= *atrás dela*), quando virom que levava a cabeça; e, se a ousaram a matar, nom na leixaram em nehua guisa, que nom [fezessem] dela cem peças. Mais aaquêle tempo era costume na Grã-Bretanha que neguu nom meteria mão em donzela mandadeira se nom quisesse perder honra por tôdolos dias de sa vida ou se nom fôsse cavaleiro endiabrado.

(13DSG, 20)

Nessa ocorrência, *depois* é considerado LOCATIVO, ou seja, um localizador do tipo espacial. A localização no espaço instaurada por esse item pressupõe a existência de diferentes espaços organizáveis, segundo uma perspectiva que lhes confira uma relação sequencial ou de sucessividade, definindo um ponto inicial e um ponto final entre os quais se estabelece um determinado trajeto. Os espaços organizados por *depois* se situam entre esses dois pontos. No caso de (12), “ela” – a donzela – especifica o ponto de referência para localizar “as grandes vozes” – as pessoas – em determinado espaço: *depois dela, atrás dela*.

Retomando a escala de ordenação de categorias cognitivas de Heine *et al.* (1991), *pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade*, cujos elementos constituem domínios de conceptualização importantes para organizar a experiência em termos cognitivos e cuja relação entre eles é metafórica, esse uso de *depois*, em (12), alude à categoria – **espaço** – constituindo veículo metafórico para a expressão da categoria posterior, **tempo**.

Assim, outra acepção de *depois* encontrada nos textos do século XIII é a TEMPORAL. Para a descrição dos valores temporais desse elemento, destaco as ocorrências (13), (14) e (15).

(13)

Do minio, sem falha, porque era seu filho, houve uu pouco maior piedade ca da madre, mais pero nom lhe houve tam grã piedade como padre devia haver a filho, ca bem o amostrou, ca ali u leixou jazer sua sobrina no monte, u a **depois** comeram bêtas-feras, filhou o menio ante si e levou-o ataa o caminho e pendurou-o a ua árvor pólos pees, assi que as bêtas nom o podessem atanger, e pensou que alguém veeria pólo caminho, que o acharia e que o levaria, e nom dava rem por morrer nem por viver, fora que o nom visse mais.

(DSG, 7)

(14)

E quando veeo a hora de noa, que diziam todos que haveria Galvam aquela honra, aque-vos vem Erec uu pouco **depós** aquela hora, soo, assi tiste e lasso e coitado como vos já disse. Galvam, que o nom conheceu, pólas armas que havia cambadas, demandou-lhe justa.

(13DSG, 28)

(15)

No paaço havia grã lume, assi que preto poderia homem veer tam bem como se fosse de dia. E, **depois** *que* a donzela deu as vozes, nom tardou muito que o paaço se encheu todo de cavaleiros e de sergentes, mas nom havia i tal que armas trouxesse

(DSG, 14)

*Depois* temporal é um adverbial de localização e pressupõe uma divisão do eixo do tempo em duas partes, a partir de um ponto de referência. *Depois* localiza estados de coisas (ou eventos) num tempo posterior, que poderá estar no passado, no presente ou no futuro. Esse item seleciona semanticamente um “complemento” que exprime um intervalo de tempo que serve de ponto de referência para a localização temporal do estado de coisas codificado na frase.

Ilari (1997) enfatiza que, ao construir e interpretar os adjuntos que localizam eventos, os falantes recorrem aos mesmos mecanismos pelos quais identificam pessoas e objetos. Para tanto, é necessária uma ancoragem no real, que pode ser dada pela situação de fala ou pela escolha de algum ponto de referência acessível tanto ao locutor como ao interlocutor. Dessa forma, os adjuntos de tempo – como *depois* – assumem um

papel autenticamente explicativo para a compreensão de certas determinações temporais da sentença em relação ao contexto.

Em seu uso TEMPORAL, *depois* pode remeter a um marco “não determinado” em dias, horas, semanas, meses, anos, ou seja, em termos quantificáveis. Nesse sentido, ele pode ser parafraseado por “em outro tempo”, “posteriormente”, “mais tarde”, sendo considerado aqui, por isso, como TEMPORAL RELATIVO, como é o caso de (13). Nessa ocorrência, *depois* (“u a **depois** comeram bēstas-feras”) marca uma relação temporal de posterioridade em relação a “leixou jazer sua sobrina no monte”.

Como a relação de sequência temporal expressa por *depois* não é necessariamente de contiguidade, a localização no tempo por ele instaurada não pode ser definida. Todavia, essa localização temporal pode ganhar uma definição mais nítida a partir da combinação de *depois* com certas expressões, como “muito”, “logo”, “pouco”. Isso pode ser observado em (14): *depois* é precedido de “pouco” (aque-vos vem Erec uu pouco **depós** aquela hora); essa combinação “pouco depois” motiva uma interpretação de contiguidade entre os intervalos de tempos referidos, ou, pelo menos, possibilita uma interpretação de proximidade temporal entre esses intervalos. Nesse sentido, ele é considerado como TEMPORAL APROXIMATIVO.

Partindo da proposta de Heine *et al.*(1991) da existência de uma trajetória do tipo *espaço > (tempo) > texto*, explicativa de certos fenômenos de GR, pode-se entender *depois* como um elemento espacial que adquire a capacidade de expressar noções temporais em determinados contextos e, em seguida, passa a assumir funções textuais referentes à organização das informações em outros contextos.

Como já salientado, *depois* promove a localização de um evento num intervalo de tempo posterior a outro evento, o qual toma como ponto de referência. A organização

desses dois intervalos de tempo na linearidade discursiva ora reflete a ordem temporal de ocorrência dos eventos representados, como em (15), acima, ora os subverte, como em (16), abaixo. Nesses sentidos, ele é considerado TEMPORAL ORGANIZADOR. Nos dados do século XIII, as construções mais frequentes na representação da organização temporal são:

- (i) DEPOIS de/que X, Y
- (ii) Y DEPOIS de/que X<sup>37</sup>

Na ocorrência (15), *depois* indica a ordem temporal em que se dão os acontecimentos: primeiro a donzela gritou e *depois* o paço se encheu de cavaleiros (“**depois** que a donzela deu as vozes, nom tardou muito que o paaço se encheu todo de cavaleiros”), podendo ser aplicada a construção DEPOIS que X, Y.

O nexó de sequência temporal é também bastante saliente em ocorrências como (16), em que se aplica a construção Y DEPOIS de/que X:

(16)  
E como quer que el errasse contra ti mui mais ca nom deveria, perdoa-lhe, se ti prouguer, e outorga-me que a minha alma seja com a sua **depós** a minha morte e depós a sua, em qual logar quer que ela seja, ca esta é a cousa que eu mais desejo, da minha alma seer com a sua **depôs** a minha morte, ou em trabalho, ou em folgança, assi como fomos em vida, se é cousa que seja outorgada a pecador.

(13,DSG, 2)

Em construções como (16), a ocorrência do localizador *depois* é essencial para a expressão da relação de posterioridade temporal. Não havendo uma organização relativa à efetiva ordenação dos eventos no mundo, torna-se indispensável a presença de *depois*.

---

<sup>37</sup> X refere-se ao ponto de referência e Y ao evento localizado.

Por fim, nos textos do século XIII, encontrei *depois* sendo empregado para expressar uma sequência de acontecimentos sucessivos, podendo ser parafraseado por “em seguida”, como mostra (17).

(17)

– Senhor cavaleiro, pois que assi queredes que me combata vosco, empero me nom era mester, ora vos rogo por cortisia que me leixedes filhar meu escudo, que jaz ante vós, e haveredes entom maior honra de me cometerdes. E el lho outorgou. E Galvam filhou logo o escudo, e **depois** deitou-[o] ao colo [e] disse em seu coraçom que, se tevesse lança, que se teeria em já quanto mais pagado, e êsto o desconfortava muito.

(13TPM, 4)

Nessa ocorrência, *depois* é considerado como SEQUENCIADOR, remetendo a momentos referidos no próprio texto e funcionando como conectivo, pois se fixa no início da oração e assume a função de sequenciar os eventos, indicando que a ação seguinte (expressa pela oração por ele introduzida) ocorre quando a anterior se conclui. Assim, *depois* está ancorado em um momento já especificado no próprio texto, indicando uma sucessão temporal, em que um evento se realiza após o outro, recuperável no contexto precedente, retomando anaforicamente o evento anterior.

A análise das ocorrências de *depois* SEQUENCIADOR permite a identificação de orações gramaticalmente independentes, sendo que a oração introduzida por *depois* acrescenta, adiciona um acontecimento à anterior e assim sucessivamente.

A relação sequencial entre as orações é garantida por *depois*, ou seja, pela foricidade de *depois*, que, encabeçando a oração, promove um movimento de retorno ao que já foi dito e um movimento de avanço, fazendo com que as orações constituam o texto.

Na análise dos dados, foi encontrada uma ocorrência, a dada em (18), que apresenta uma leitura ambígua no contexto em que se encontra, já que *depois* pode ser interpretado como TEMPORAL ORGANIZADOR e como LOCATIVO, sentido mais antigo desse elemento.

(18)

– Nom sei, disse el, assi me Deus ajude. Nunca soube quem foi meu padre nem minha madre, nem conheci, a meu ciente, homem de minha linhagem; e por êsto vim a esta terra e entrei em esta demanda u andam os cavaleiros da Mesa Redonda, ca uu homem boõ me disse, aquel dia em que foi novel cavaleiro, que nom saberia [a] verdade de meu linhagem a meos de entrar na demanda do Santo Graal, mais ali oiria ende a verdade, se a mantevesse longamente. E por êsto entrei o **depós** os outros.

(13DSG, 5)

A leitura ambígua do exemplo acima se deve à possibilidade de *depós* (*depois*) poder ser parafraseado por “atrás dos outros” – nesse sentido classificado como LOCATIVO, pois localiza no espaço físico “eu” em posição posterior aos “outros” – e por “depois de os outros entrarem” – classificado como TEMPORAL ORGANIZADOR, pois localiza a entrada de “eu” como posterior à entrada dos “outros” na Demanda do Santo Graal. Assim, conforme (18), o fato de “entrar depois”, no sentido espacial, implica a noção de posterioridade. Nessa implicação, *depois* pode veicular um sentido temporal, baseado na sucessão dos acontecimentos. Nessa condição híbrida, *depois* indica a fluidez categorial entre o advérbio de lugar e a conjunção temporal, isto é, a face não discreta da mudança.

Essas considerações não querem dizer que entendo ser no século XIII que contextos como (18) foram embriões do *depois* temporal, pois, como comentei, no início desta seção, apesar de esse item ter origem espacial, no português arcaico, ele já era usado com valor temporal. O que pretendo, a partir de (18), é mostrar um “possível” contexto motivador da mudança *espacial* > *temporal* no uso de *depois*.

Nos dados do século XIII, *depois* apresenta o seguinte funcionamento sintático: advérbio, locução prepositiva/conjuntiva e conjunção. Destaco algumas considerações referentes a esse funcionamento sintático de *depois*, já abordadas no capítulo 2 deste trabalho. Segundo Said Ali (1971), *depois* originou-se de *pois* com valor de advérbio (significando “em seguida”, “mais tarde”), que foi reforçado pela partícula *de*, também funcionando como advérbio e, conforme Poggio (2002), como locução prepositiva. Coutinho (1976) afirma que, como foram poucas conjunções latinas que chegaram ao português, os falantes buscaram nos advérbios e nas preposições elementos que desempenhassem funções argumentativas, o que explica o surgimento de termos argumentativos como *depois que*.

Os autores já apontam três categorias de *depois* desde a passagem do latim ao português: advérbio, locução prepositiva e locução conjuntiva. Assim, seguindo a tendência da GR, o elemento *depois*, de advérbio e/ou locução prepositiva/conjuntiva de tempo, torna-se conjunção assumindo a função de sequenciamento textual, retomando anaforicamente orações indicando a sucessão temporal de eventos. Nesse caso, o critério sintático *posição na sentença* auxilia na interpretação de *depois* como conjunção, já que, em todas as ocorrências como SEQUENCIADOR, esse item ocorre em início de orações, posição prototípica dessa categoria gramatical.

## 1.2 Século XIV

Nos dados do século XIV, além da forma *depois* (96 casos), foram encontradas duas outras variantes: *despois* (32 casos) e *depoys* (02 casos), totalizando 130 *tokens*. Mesmo havendo uma frequência significativa da variante *despois*, não encontrei um

comportamento específico para ela. Isso evidencia que as duas formas coocorreram apenas como variantes ortográficas. Como salienta Castilho (2009), *depois* e *despois* entraram em variação, recaindo sobre a primeira a preferência da norma culta. Ainda, os dados indicam que a preposição *pós* antecedida de “de”, compondo as formas *depós* e *depos*, podem ter entrado em desuso a partir desse século, uma vez que não as encontrei no córpus.

Importante a registrar é que foram encontradas nos textos desse século as formas *desi* e *desy*, que, segundo Silva (2007), significam “além disso”, “por outro lado”, “depois”, “por causa disso”, “em consequência disso”. Embora não tenham a mesma fonte etimológica de *depois*, essas formas apontam a possibilidade de *depois* também poder ser empregado com o sentido de “além disso”, que corresponde ao seu uso mais gramaticalizado, uma vez que as formas *desi* e *desy* não foram encontradas com esse valor. Esse é um dado significativo que permitiria interpretar que *depois* com esse valor argumentativo surge, nesse século, cumprindo função argumentativa antes exercida por *desi/desy*.

Na frequência *type*, há seis acepções de *depois*, conforme mostra-se no quadro 6, dado a seguir.

Quadro 6: Frequência de *depois* no século XIV

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
130	06
	i. advérbio = temporal absoluto (04)
	ii. advérbio = temporal relativo (27)
	iii. advérbio = temporal aproximativo (04)
	iv. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (76)
	v. conjunção = sequenciador (18)
	vi. operador argumentativo = aditivo (01)

Nos textos do século XIV, diferentemente dos dados do século XIII, encontrei *depois* empregado com valor TEMPORAL, remetendo a um marco “determinado” em dias, horas, semanas, meses, anos, ou seja, com a duração temporal claramente delimitada. Esse é o sentido mais concreto para o uso temporal, considerado aqui como TEMPORAL ABSOLUTO, uma vez que localiza de forma mais precisa o acontecimento no tempo.

As quatro ocorrências de *depois* com valor TEMPORAL ABSOLUTO encontram-se no mesmo contexto, que segue dado na ocorrência (19).

(19)

COMO NOE ENVIU A POOMBA FORA DA ARCA.

**Depois** dos cento e cinquenta dias, começaram as auguas de miunguar, e esteve a arca sobre los montes de Armenia. E **depois** que passaram os quarenta dias, abriu Noe a fresta da arca, e deitou fora o corvo, e foi, e non tornou; e depois deitou a poomba, e non achou hu pousasse seu pee, tornou-se a Noe, e **depois** de sete dias enviou Noe outra vez a poomba, e ela tornou a hora de Vespera, e tragia huu ramo verde d’Oliveira; e **depois** d’outros sete dias enviou Noe a poomba, e ela non tornou mais a ele.

(14BMP, 10)

*Depois*, em (19), assume um papel de dimensionar temporalmente quando as “águas minguaram” – *depois* de 150 dias; quando “Noé abriu uma fresta da arca” – *depois* de 40 dias; quando “Noé enviou a pomba pela segunda vez” – *depois* de 7 dias; quando “a pomba foi enviada pela terceira vez e não voltou mais” – *depois* de 7 dias.

Como já observado, quando *depois* aceita as paráfrases “mais tarde”, “posteriormente”, ele é classificado como TEMPORAL RELATIVO, como em (20).

(20)

E Mugit veese a Cordova e entrou ena igreja e matou dentro todos aquelles que hi jaziam, sem ne hua piedade, e assi mouros come cristaãos. E chamarõ **depois** aquella igreja, dos / cativos.

(14CGE, 35)

Na ocorrência em (20), há referência a uma matança dentro de uma igreja, a qual *depois* (mais tarde) foi chamada de “igreja dos cativos”. Assim, *depois* marca a ligação entre dois eventos separados, delimitados por uma distância entre os intervalos de tempo que os contém e que representam as situações no texto.

Assim como nos dados do século XIII, há poucas ocorrências de *depois* como TEMPORAL APROXIMATIVO nos textos do século XIV. A construção “a grandes tempos depois”, presente na ocorrência em (21), dada a seguir, possibilita uma interpretação de pouca proximidade temporal entre esses intervalos.

(21)

mas depois a grandes tempos os poboos, que deles decenderom, forom tornados a sua terra de promissom; e assij sse emtendem todos os prometimentos, que nostro Senhor fez a Abraam; e a Ysaac e a Jacob, e outrossy os prometimentos, que eles faziam a seus filhos, que tornariam a sua terra, ca se non emtendia senom pola sua geeraçom, que deles decenderia a grandes tempos **depois**, como adeante ouviredes.

(14BMP, 59)

Como verificado nos textos do século XIII, o maior número de ocorrências de *depois* é com o valor TEMPORAL ORGANIZADOR, com predomínio da estruturação da oração no formato *DEPOIS que X, Y*, como em (22), havendo poucas ocorrências de estruturação no formato *DEPOIS de X, Y*, como em (23).

(22)

*Como Tarife tomou Augua d'Alfajara e outros lugares. Despois que Tariffe per seu boo siso e grande saber ouve tomado Tolledo, achou hy o mayor esbulho que nunca home vyo.*

(14CGE, 35)

(23)

## DA TORRE DE BABILONIA.

**Depois** da morte de Noé juntarom-se os cabedeos do poboo eno campo de Senaar, e temendo-se outra vez do deluvio, começaram, per conselho de Nemroth, que queria reinar, a fazer hua torre que chegasse ataa os ceos,

(14BMP, 12)

Os exemplos mostram que *depois que* e *depois de*, no sentido TEMPORAL ORGANIZADOR, assumem valor relacional, ou seja, organizam os elementos do texto de modo que se estabeleça o elo de sucessão entre seus eventos. O evento descrito pela expressão introduzida por esses itens é interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal. Assim, o evento “achou hy (Tarife) o mayor esbulho que nunca home vyo” é posterior ao evento “Tarife tomar Toledo”, assim como o evento “juntarem-se os cabedeos do poboo eno campo de Senaar” é posterior ao evento “morte de Noé”.

As ocorrências (24) e (25) representam o uso SEQUENCIADOR de *depois*.

(24)

E esto teue por be Nostro Senhor Ihesu Cristo por que el meesmo posse ante a emeda do home que a ssua quando disse que aquel que esteuesse ante o altar pêra fazer sa offerenda e lhys ueesse e mete do torto que fezera a outro, que leixasse o que queria oferecer ante o altar e lhy fosse ffazer primeyro emeda e **depoys** tornasse a ffazer as offereda.

(14PP, 13)

(25)

Pois A cabo de dous anos elRey Faraó do Egito viu huu sonho. Semelhava-lhe que estava sobre huu ryo, e daquel ryo saíam sete vacas gordas, e **depois** sayam outras sete vacas magras, e as vacas magras comiam as gordas.

(14BMP, 44)

Em (24), a sucessão dos acontecimentos é reforçada pela palavra “primeiro”: “fazer emeda” e em seguida (*depois*) “tornar a fazer as oferendas”. Nesse caso, há sequência explícita de fatos: **primeiro** A **depois** (em seguida) B.

Outros elementos são utilizados próximos ao *depois* para garantir ou enfatizar a noção sequencial. É o que acontece com o conectivo *e*, em (25), tipo de dado encontrado em boa parte dos fragmentos sequenciais, contiguidade que marca um processo metonímico de transferência conceitual na fixação do valor sequencial que *depois* assume, mesmo na ausência de um sequenciador mais prototípico, como a conjunção *e*.

Apenas na ocorrência exemplificada em (26), há a possibilidade de *depois* ser parafraseável por “além disso”:

(26)

Depois que Jacob louvou seu filho Josep, beenzou-o em esta guisa: O Deus de teu padre seera teu ajudador, e o Todo Poderoso beenzará a ty com as benções do Ceeo de cima, e com as benções do aviso de cyma, e com as beenções das têtas e do ventre: esto dizia Jacob desejando pera Josep o orvalho do Ceeo, e a avondança da terra, e a avondança de leite, e parimento de gaados. As beenções de teu padre confortadas som pelas beenções dos seus padres, ataa que venha o desejo dos outeiros perduravijs; e pode-se entender assy: que beento seja Josep, ataa que o poboo d’Isrrael entre ena terra da promissom pelos montes; e **depois**: e todas estas beenções sejam feitas em Josep, e ena cabeça do Nazareu, que quer dezer, Santo antre seus irmãaos.

(14BMP, 57)

Trata-se de uma possibilidade de *depois* ser parafraseável por “além disso”, pois, em (26), Jacó enumera uma série de bênçãos destinadas a seu filho José, dizendo que ele deve ser bendito “até que o povo de Israel entre na terra da promessa” (“ataa que o poboo d’Isrrael entre ena terra da promissom pelos montes”). Em seguida, ocorre *depois*, que direciona a leitura da ocorrência para: “José deve ser bendito *antes* da

entrada do povo de Israel na terra da promessa e *depois* (da entrada)”, sendo esse item considerado TEMPORAL ORGANIZADOR.

Apesar de reconhecer, em (26), *depois* como TEMPORAL ORGANIZADOR, também considero nessa ocorrência já o esboço do valor ADITIVO<sup>38</sup> desse item, uma vez que introduz um argumento “e **depois**: e todas estas bênçãos sejam feitas em Josep, e e na cabeça do Nazareu, que quer dezer, Santo antre seus irmãos”, apresentado como acréscimo, que passa a ser decisivo no sentido de orientar para a conclusão de que José receba todas as bênçãos elencadas. Do ponto de vista argumentativo, essa ocorrência de *depois* indica um funcionamento desse item como operador argumentativo, quando tem valor semelhante a “além disso”; nesse sentido, ele liga partes o texto, dando-lhes uma orientação argumentativa, assumindo a função de adicionar argumentos, sendo, portanto, considerado ADITIVO. Assim, *depois* é usado pelo falante para estabelecer relações entre o ouvinte e o texto, como, por exemplo, chamar atenção para um aspecto particular do texto.

*Depois* ADITIVO representa o uso de funcionamento mais textual, uma vez que deixa totalmente a função adverbial prototípica e assume características mais textuais, pertencendo, assim, à categoria dos operadores argumentativos.

Seguindo a tendência da GR, o elemento *depois*, de conjunção, torna-se operador argumentativo, assumindo a função de encadear dois ou mais argumentos orientados no mesmo sentido, sendo sua presença imprescindível como estratégia argumentativa para tentar convencer o ouvinte, uma vez que coloca em evidência um argumento que deve prevalecer sobre outros. Pode-se dizer que *depois* assume nova função gramatical, que visa a organizar argumentativamente pontos específicos do discurso. Trata-se, portanto,

---

<sup>38</sup> Como já observado neste capítulo, ADITIVO é um rótulo sugerido por Martelotta (1993).

de um processo de regularização do [-gramatical] > [+gramatical], em que o elemento perde conteúdo semântico, ao assumir função pragmático-discursiva. Como especialização gramatical implica regularização de colocação, com o avanço do processo de GR, o elemento tem sensivelmente diminuído o seu feixe de possibilidades de colocação, passando a assumir posições mais fixas, que caracterizam cada uma de suas novas funções gramaticais.

Nesse caso, o critério sintático *posição na sentença* auxilia na interpretação de *depois* como operador argumentativo, já que em todas as ocorrências como ADITIVO, esse item ocorre em início de orações, posição prototípica dessa categoria gramatical.

### 1.3 Século XV

A variante “popular” *despois* ocorre 22 vezes nos textos do século XV, e registre-se que 18 dessas ocorrências se encontram no mesmo documento – “Crônica dos Feitos de Guine” (CFG) –, o que indica que a escolha pela variante *despois* parece se dever ao estilo do autor que a emprega em detrimento da forma culta – apesar de, no século anterior, já haver forte preferência pela variante *depois* – e não a um determinado uso desse item. A forma *depois* foi encontrada na maioria dos casos (34 *tokens*), o que ratifica a afirmação anterior.

Como já observado nos dados do século XIV, a forma *desy* ocorre também nos textos do século XV, duas delas no mesmo documento – “Crônica da Tomada de Ceuta” (CTC). Nessas duas ocorrências, há uma nota de rodapé informando o significado

pretendido para esse item: “depois”, empregado com valor temporal (ORGANIZADOR), como em (27), e “além disso”, como em (28).

(27)

E por quanto senhora nos teemos mujto grande uoontade de sse este feito poer em fim. e sentimos que elRey se nam quer despoer a ello assy despachadamente como nos queriamos. pidimosuos por merçee que primeyramente uos praza comssetirdes em ello, porque sentimos çertamente que o primçipall jmpedimento que elRey ha de teer, assy he a duuida que em estara nom sabemdo se uos aprazera dello ou nom, por quamto cyudara que por amor que nos uos teemdes segumdo a comdiçom das outras molheres, nom uos prazera que cometamos cousa de que nossas uidas fiquem em perijgo. e **desy** que lhe peçaaes da uossa parte, que seia sua merçee de nos encaminhar como esto seia aposto em aquelle fim.

(15CTC, 17)

(28)

E fallando sobre ello huua vez disse assi. Se me Deos por sua merçe traz assesego a este rreino per firmeza de pazes com Castella. eu quero ordenar huuas festas rreaes que durem todo hum anno. pera as quaaes mandarey conuidar todollos fidalgos e gentijs homees que tiuerem jdade e desposiçam pera tal feito que ouuer em todollos os rregnos da christandade. e ordenarey que nas ditas festas aja notauées justas e grandes torneos e muy abastosos conuities seruidos de todallas viandas que se per todo meu rregno e fora delle possam auer. E **desy** danças e outros jogos seram tantos e taaes que assi delles como de todallas outras cousas as gentes que o virem tenham que sobre a grandeza dellas nom se possam fazer outras mayores.

(15CTC, 1)

Nessa ocorrência (28), o contexto indica que o Rei tinha vontade de realizar grandes festas em Lisboa para tornar seus filhos membros da cavalaria. Assim, ele diz que nas festas reais deve haver grandes e notáveis torneios e que muitos convites devem ser feitos. Em seguida, acrescenta comentário, introduzido por *desy*, que nessas festas haverá muitas danças e muitos jogos. Esse segundo argumento é suplementar e, relacionado ao anteriormente formulado, assume um valor aditivo.

Na frequência *type*, há quatro acepções de *depois*, conforme o quadro 7 mostra.

Quadro 7: Frequência de *depois* no século XV

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
56	04
	i. advérbio = temporal absoluto (02)
	ii. advérbio = temporal relativo (23)
	iii. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (28)
	iv. conjunção = sequenciador (03)

Como circunstanciador temporal, *depois* é empregado nos textos do século XV com o valor TEMPORAL ABSOLUTO, como em (29), com valor TEMPORAL RELATIVO, como em (30), e como TEMPORAL ORGANIZADOR, como em (31) e (32). Evidencia esses dois últimos sentidos o próprio contexto narrativo.

(29)

E, finalmente, **despois** de doze annos, fêz o Iffante armar ua barca, da qual deu a capitania a huu Gil Eannes, seu scudeiro, que ao despois fez cavalleiro, e agasalhou 80 mui bem, o qual, seguindo a viagem dos outros, tocado daquelle meesmo temor, nom chegou mais que a as ilhas de Canária, donde trouxe certos cativos, com que se tornou pera o regno.

(15CFG, 13)

(30)

Dona Lionor, a que deste feito muito pesava, reçamdo-se que, per aazo de taaes ajuntamentos e fallas, podia seer que a leixaria el Rei, dizem que mandava saber per emculcas quaaes eram os que em isto mais fallavom contra ella, razoamdo mal de tal casamento; e avia com el Rei que os mandasse premder, e fazer em elles justiça. E foi assi de feito, que em Lixboa foi preso **despois** Fernam Vaasquez, aquel alfayate que ouvistes, e outros; e forom deçepados e tomados os beens, e delles fugirom, e assi em alguuns logares do reino. E a muitos que amdavom fogidos por esta razom, perdohou el Rei **despois**, e nom ouverom pena.

(15CDF, 14)

(31)

Que de tres cousas que lhe tiinha outrogado de comprir, esta era a terceira: que com sanha demandou a morte de seu filho. E **despois** que lhe foi outrogado o que requireo, tomou por ele mui grande nojo.

(15LO, 12)

(32)

Empero, **despois** da partida de Antam Gonçalvez, visto como sua caravella compria seer repairada, feze-a poer em terra, onde a fez alimpar e correger do que lhe compria, aguardando sua maree, como se fôsse ante o porto de Lixboa, de cujo atrevimento muitos forom maravillhados.

(15CFG, 19)

Como já afirmado anteriormente, as locuções conjuntiva *depois que*, em (31), e prepositiva *depois de*, em (32), apresentam uma característica muito peculiar dos advérbios temporais, que é a cronologia dos fatos, ou seja, organizam o texto indicando a ordem cronológica dos acontecimentos, justificando o princípio icônico da ordenação linear: os eventos são apresentados no discurso, obedecendo-se à ordem dos acontecimentos na realidade.<sup>39</sup>

No sentido TEMPORAL ORGANIZADOR, as 28 ocorrências dessas formas aparecem em início de oração, sendo 16 construções do tipo *DEPOIS de/que X, Y*. Isso comprova que essas formas assumem valor relacional, uma vez que se encontram em posição mais fixa com função típica de conectivo, nesse caso, iniciam orações organizando os acontecimentos narrados.

Assim como o sentido TEMPORAL ORGANIZADOR, o uso SEQUENCIADOR de *depois* revela funções textuais referentes à organização das informações. Diferentemente do primeiro, as ocorrências de *depois* SEQUENCIADOR não aparecem nas formas *DEPOIS de/que*; são sempre construções *A DEPOIS B*, parafraseável por *A EM SEGUIDA B*, indicando que um evento continua a partir de outro que se concluiu. Essas afirmações podem ser comprovadas em (33), em que a sucessão dos acontecimentos é reforçada por “primeiramente”: “departiremos do onesto e do proveitoso” e, em seguida (*depois*), “departiremos da comparação entre eles”.

(33)

E primeiramente departiremos do onesto, e isto em duas guisas, e assi semelhavelmente do proveitoso, e **despois** da comparaçom delles. (15LO, 5)

---

<sup>39</sup> Segundo Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 29), *iconicidade* é definida como “a correlação natural entre forma e função entre o código linguístico (expressão) e o seu designatum (conteúdo)”. Um dos três subprincípios da iconicidade é o da ordenação linear: os elementos apresentam-se ordenados conforme a sua importância cognitiva, ou seja, o falante seleciona o que deverá ocupar o lugar de tópico, ordenando as partes dos enunciados de acordo com sua importância; ou apresentando os enunciados na ordem de acontecimento no mundo, como em “Vim, vi e venci”.

Como verificado nos séculos XIII e XIV, neste século *depois* ocorre preferencialmente para organizar as informações (nesse caso, predominam as funções TEMPORAL ORGANIZADOR E TEMPORAL RELATIVO), ou seja, para indicar a ordem em que os fatos ocorrem.

Os valores categoriais de *depois*, a partir desse século, continuam os mesmos e, ao que tudo indica, já “fixados” no sistema da língua portuguesa, tais como se reconhecem nas sincronias mais atuais.

#### 1.4 Século XVI

No século XVI, *depois* apresenta a frequência dada no quadro 8.

Quadro 8: Frequência de *depois* no século XVI

<b>Frequência token</b>	<b>Frequência type</b>
130	06
	i. advérbio = locativo (12)
	ii. advérbio = temporal absoluto (08)
	iii. advérbio = temporal relativo (23)
	iv. advérbio = temporal aproximativo (01)
	v. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (67)
	vi. conjunção = sequenciador (19)

Como variante de *depois*, a forma popular *despois* ocorre 20 vezes, sendo que todas elas se encontram no documento “Um manuscrito náutico seiscentista reencontrado” (MNS). Também foram encontradas todas as 18 ocorrências da variante *depoes* em um mesmo documento, “Crônica del-Rei D. António” (CDA). O fato de essas variantes (*despois* e *depoes*) não ocorrerem em todos os textos pode ser entendido

como um indício de maior aceitação da forma *depois*, presente em todos os textos, já a caminho de ser instituída como a normativa, como já observado nos dados dos séculos XIV e XV.

Em (34), *depois* ocorre com sentido LOCATIVO.

(34)

Começando do Cabo de Natal as primeiras quatro legoas são parte bancos de area e penedos parte Ylhetas rasas e coroas de area, **depois** seguesse hua multidão grande de ylhetas e ylheos não muy altos mas muy fragosos e cortados a pique

(16MNS, 2)

O contexto de (34) indica que será apresentada a descrição de um trajeto (da Ponta do Norte à Bahia de Tanguimaro). Na ocorrência, especifica-se a descrição a partir do Cabo de Natal, onde há bancos de areia, penedos, ilhas, coroas de areia, (*depois*) muitas ilhas (...). A configuração desse trajeto resulta da ordenação dos espaços considerados. Essa organização decorre, geralmente,<sup>40</sup> da consideração de um movimento de um ponto inicial, “da ponta do norte”, em direção a um ponto final, “Bahia de Tanguimaro”. Os mesmos espaços podem ser organizáveis segundo perspectivas diferentes, invertendo-se o percurso entre os dois pontos que servem de base à localização realizada.

Normalmente, as categorias cognitivas *visão* (linha do olhar do observador) e *corpo* podem motivar a realização dessa função de *depois* na organização dos espaços. Nesse caso, a localização toma como ponto inicial o próprio observador (corpo) e como ponto final um espaço dentro do seu campo de visão, sendo que a organização da

---

<sup>40</sup> *Geralmente*, porque há possibilidade de *depois* marcar ordenação de entidades dispostas em séries de ordem fixa, ou seja, a distribuição das entidades entre um ponto inicial e final encontra-se definida de forma inalterável. As notas musicais são exemplo desse tipo de ordenação: “o fá é **depois** do mi”.

referência espacial é dêitica. Dessa forma, a localização no espaço de duas entidades recorrendo ao item *depois*, servindo uma de ponto de referência para a localização da outra, depende do espaço de locação do locutor em relação a essas entidades.

Foram encontradas ocorrências de *depois* em todas as acepções de TEMPO, como exemplificado a seguir.

(35)

como dõ pº de baldes foj mal comtemte de não ser bem ospedado na vjla da praya p lhe emujar em lugar de Refresco duros pjlouros e o fez aleuamtar majis depresa de q foj sua chegada, p querer apalpar o q tjnha nos ptugezes, como pera saber os portos, e calhetas daquela parte, determjnou vjnguar se no mesmo luguar, pasados breues djas, tornou cõ hu galeam forte e hua grande nao bem artjlhados e com mta gemte surgjo na emtrada do pto da vjla q sarjam as duas oras **depoes** do meyo dja pomdo o gualean pera a pomta da serra esta o facho, e a nao no meyo da emtrada do pto, comesarão a bater a vjla com a groça artelharja,

(16CDA, 13)

Em (35), *depoes* é empregado como TEMPORAL ABSOLUTO. Em (36), abaixo, *depois* ocorre como TEMPORAL RELATIVO, pois não fica explícito, especificado no texto, quando Francisco Fernandes se tornou bispo.

(36)

Antes q elRei partisse de Mõte mòr, quomo bõ, & catholico Christão mandou a Roma Françisquo fernãdez que fora seu mestre, home que per suas letras, & prudeçia foi **depois** Bispo de Féz,

(16CDM, 16)

Já em (37), está explícito o tempo em que Diogo Jácome chegou a São Vicente – “no princípio de 1550” – o que significa, de acordo com o contexto, “pouco (tempo) *depois* da chegada de Leonardo Nunes” ao mesmo lugar, ou seja, há grande proximidade temporal entre esses dois acontecimentos. Sendo assim, *depois* assume o valor de TEMPORAL APROXIMATIVO.

(37)

IV. Tempo: A carta traz na impressão das *Avulsas* o ano de 1552. Mas Diogo Jácome chegou a São Vicente pouco **depois** de Leonardo Nunes no princípio de 1550. Escrevia «hum anno e meio ou mais» depois; e como se vê [texto 2], esta carta inclui-se na tradução espanhola entre as «de 1551 y 20 de Junio». E tudo o que nela se diz confere com as outras cartas do mesmo ano e mês, e com elas, no mesmo navio, deve ter ido para Portugal.

(16CPJ, 13)

Como já verificado nos dados dos séculos anteriores, o maior número de ocorrências de *depois* é com a acepção de TEMPORAL ORGANIZADOR. Também semelhante aos séculos anteriores, no século XVI, há preferência pelas construções *DEPOIS de/que X, Y* e pela posição inicial de *depois* na oração, como exemplificado em (38) e (39).

(38)

Aduirto que **depois que** nesta Barra de Quilimane se fizer fortaleza nossa podem hir os nauios que forem deste Reino e os que forem da India com os mesmos Pilotos Portuguezes, e tanto que chegarem darem bonbardada pera que lhe venha piloto moiro da terra e meter o nauio dentro

(16MNS, 33)

(39)

Hos quaes casamentos ambos houuerã depois effecto, porq elRei casou cõ ha Princesa dona Isabel, & **depois de** viuar della casou com ha mesma Infante Donna Maria sua irmã, quomo se aho diante dira.

(16CDM, 20)

O uso de *depois* como SEQUENCIADOR está registrado em (40).

(40)

Por onde falla mais craro q Sarapiã, q ho põe em duuida, e mais efa crara a contradiçã, porq diz, Em ho qual não ha dãno aparente, e **depois** diz q he cotado entre os venenos e q mata.

(16CSD, 15)

Em (40), são dadas duas informações a respeito de um medicamento: diz-se que ele não provoca dano aparente e, em seguida (*depois*), diz-se que ele é considerado como os venenos e que mata. Nesse caso, embora *depois* articule intervalos de tempo ordenados sequencialmente, o seu valor não parece exclusivamente de marcação de sucessividade temporal. Esse item introduz uma oposição em relação ao conteúdo da oração anterior, o que fica reforçado pela ocorrência da palavra “contradição” no contexto analisado. Apesar de tais observações, não considerei o *depois* em ocorrências como a em questão como tendo valor “contrastivo”, pois a presença da conjunção “mas” é um forte indício linguístico da ideia adversativa. Entendo que *mas* mantém sua função sintático-semântica de conjunção coordenada adversativa, enquanto *depois* cuida apenas de reforçar a sequenciação de eventos, típica de estruturas de coordenação, não cabendo atribuir-lhe função argumentativa de contrajunção/contraste.

## 1.5 Século XVII

Nos dados do século XVII, foram encontradas três formas variantes de *depois* (25 casos): *depois* (01 caso), *depoes* (07 casos) e *despois* (34 casos), totalizando 67 *tokens* para 4 *types*, como segue mostrado no quadro 9.

Quadro 9: Frequência de **depois** no século XVII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
67	04
	i. advérbio = temporal absoluto (08)
	ii. advérbio = temporal relativo (08)
	iii. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (47)
	iv. conjunção = sequenciador (04)

Apesar de a forma *depois* ocorrer com menor frequência do que *despois*, esta aparece em dois dos seis textos analisados, enquanto aquela, em cinco deles. Esses dados corroboram os dos séculos anteriores: coocorrência de formas variantes, recaindo a preferência sobre a forma culta *depois*.

Em (41), *depois* é empregado com valor TEMPORAL ABSOLUTO.

(41)

Os primeiros que começarão a sentir o nosso ferro, foram quarenta Olandezes, que saindo pello Carmo, com guia da terra, cinco dias **depois** da desgraça, pera roubarem as alampadas, & Calices, que os Padres da Companhia tinham recolhido em hua quinta sua, hua legoa da Cidade, deram os Indios dos Padres nelles,

(17JVC, 12)

Em (42), *depois* é empregado como TEMPORAL RELATIVO.

(42)

Emprefas, ou Tenções, jaõ as que os mefmos Rey Principes, ou particulares tomão, conformando as figuras, & letras com o defenho, & penjamento que cada hum tem, para emprender coufas altas: & daqui a diante entrão as regras, que **depois** lhe acrescentarão, que por fer hum difcurjo muy comprido, não tem lugar em noite tão breue.

(17CA, 22)

A localização temporal dos eventos torna-se mais precisa quando ocorrem as locuções prepositivas e conjuntivas *depois de* e *depois que*. Nesse sentido de TEMPORAL ORGANIZADOR, essas formas organizam os elementos do texto estabelecendo um elo de sucessão entre os eventos. Ainda, o estado de coisas descrito pela expressão introduzida por esses itens é interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal. Assim, em (43), “Pilatos examinar as acusações” é anterior a “(Pilatos) lavar as mãos e dizer não há nada contra o homem”.

(43)

Vede o claramente em Christo. **Depoes** que Pilatos examinou as accusações, que contra elle se dauão, lauou as mãos, & diçe: *Ego nullam causam inuenio in homine isto*: Eu nenhuma cauça acho neste homem.

(17SS, 19)

*Depois* é empregado como SEQUENCIADOR em (44).

(44)

Mas elle já neste tepo estava na Igreja de S. Pedro em Vaticano visitando com quietação & alegria as reliquias dos Santos Apostolos. Disse logo Missa. & **despois** recolheose na mesma Capella, vendoa mais desviada do concurso da gente, pera esperar hum criado que do caminho despachara ao Prior do Convento da Minerva com cartas do Geral da Ordem frey Vicente Iustiniano e suas, pera se lhe despejar a hospedarias pera seu aposeto.

(17FLS, 13)

## 1.6 Século XVIII

Neste século, foi encontrada apenas uma variante de *depois*, a forma *despois*, que não foi empregada em todos os textos, apenas em dois deles, e com uma frequência menor, em 16 das 51 ocorrências.

O quadro 10 mostra as acepções em que *depois* foi empregado no século XVIII.

Quadro 10: Frequência de *depois* no século XVIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
51	05
	i. advérbio = temporal absoluto (03)
	ii. advérbio = temporal relativo (05)
	iii. advérbio = temporal aproximativo (02)
	iv. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (36)
	v. conjunção = sequenciador (05)

As ocorrências (45), (46) e (47) exemplificam, respectivamente, os valores

TEMPORAL ABSOLUTO, TEMPORAL RELATIVO E TEMPORAL APROXIMATIVO.

(45)

Os ſymptomas deſta febre, bem moſtram que hã muito mayor podridam nos humores, do que na intermittente ſimples, e quando acometem peſoas de temperamento plethorico, e ſanguineo, na flor da idade, e coſtumadas a exercicios violentos, ſempre participam da inflamaçam: cada anno **depois** do mez de Junho ate o Outono reynam eſtas febres intermittentes, prevalecendo nellas humas vezes a podridam, ſe os grandes calores principiarem ſe cedo

(18UA, 11)

(46)

Ora avendo os Biſpos de Roma deſte modo alcançado o que buſcavaõ, que couſa faziaõ elles **deſpois** nos tempos ſeguintes?

(18NA, 3)

(47)

Em iſto, que elles tem poſto os Livros Apocryphos no numero dos Livros Canonicos da Eſcritura ſagrada. Eſtes Livros, que ſe chamaõ Apocryphos, (quer dizer, livros de incertos Autores) foraõ eſcritos não em lingua Hebraica, mas em lingua Grega; de que ſe ſegue, que foraõ eſcritos muyto **deſpois** dos tempos dos Prophetas.

(18NA, 17)

Os exemplos (48) e (49) ilustram a locução prepositiva *depois de* e a locução conjuntiva *depois que* na acepção TEMPORAL ORGANIZADOR.

(48)

**Depois da** ſua morte, ſe achãram entre ſeus papeis varios Diſcurſos ſobre: *Antiguidades, Historia*, e ainda *Theologia: As Deſcriçoes dos Curvos, Conſtrucçoes de Equaçoes, ſinos, Fluxoes, Secçoes Angulares, Mechanicas, &c.*

(18TM, 18)

(49)

**Depois que** os DireCtores tiverem perſuadido aos Indios eſtas ſolidas, e intereſſantes maximas, de forte, que elles percebaõ evidentemente o quanto lhes ſerã útil o trabalho, e prejudicial a occiſidade; cuidarãõ logo em examinar com a poſſivel exaCtidad, ſe as terras, que poſſuem os ditos Indios (que na fôrma das Reaes Ordens de Sua Mageſtade devem ſer as adjacentes às ſuas reſpeCtivas Povoaçoes) ſãõ competentes para o ſuſtento das ſuas caſas, e familias;

(18D, 7)

Foi encontrada, neste século, uma construção diferente com *depois* em sentido TEMPORAL ORGANIZADOR. Ocorre uma interrupção na primeira oração (X), que

tem continuidade após a locução prepositiva *depois de* seguida de *Y*, podendo ser aplicada a seguinte construção para essas ocorrências: (*Y...*) *DEPOIS de X (...Y)*.<sup>41</sup> Essa construção pode ser observada em (50), pois a oração “o papado sempre trabalha pelos seus interesses” (*Y*) é interrompida por *X* “(depois de) sua ferida provocada pela Reforma”, que indica um evento anterior a *Y*.

(50)  
e o Papado, **depois** de sua ferida que achou pela Reformação, fempre trabalha por suas artes, por guardar seu impio poder, para ficar bem maduro a seu ultimo e grande Castigo, que Deus conforme sua santa Palavra executará sobre elle à seu tempo. *Perg.* Porque noffa Igreja depois da Reformação se chama a Igreja Proteftante?  
(18NA, 5)

Nos exemplos (51) e (52) *depois* assume função de SEQUENCIADOR.

(51)  
Tal summo Pontifece nos convinha, JanCta, innocente, fem macula, apartado dos pecadores, e feito mais sublime que os ceos: que, como os summos Pontifeces, não tinha neceffidade de offerecer cadadia sacrificios primeiramente por seus pecados, e **depois** polos pecados do povo: porque isto fez elle hua vez offerecendo se afi mefmo.  
(18OS, 5)

(52)  
He commum entre os Tintureiros o tingir primeiro o pano de azul, e **depois** ajuntando a efta a tinta amarella chamada *Luteola*, o voltam verde fem outra coufa alguma.  
(18TM, 14)

O que caracteriza mais especificamente a ocorrência (52) é que, diferentemente da outra, a sucessão dos eventos é reforçada pela presença de “primeiro”, na oração que precede a introduzida por *depois*, para indicar a ordem dos acontecimentos.

## 1.7 Século XIX

---

<sup>41</sup> As reticências indicam que há continuidade da oração.

Neste século, não foi encontrada nenhuma variante de *depois*, atuando esse item com as acepções mostradas no quadro 11.

Quadro 11: Frequência de *depois* no século XIX

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
82	07
	i. advérbio = locativo (01)
	ii. advérbio = temporal absoluto (06)
	iii. advérbio = temporal relativo (16)
	iv. advérbio = temporal aproximativo (01)
	v. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (52)
	vi. conjunção = sequenciador (05)
	vii. operador argumentativo = aditivo (01)

Como LOCATIVO, *depois* foi encontrado no contexto expresso em (53).

(53)

Encontra se á proporção que se vae descendo para a foz do Batovy, **depois** do maior salto: muitas bahias, mattas e campos que apparecem alternadamente, e trabalhos dos indios que vivem nas margens do rio

(19RV, 21)

No documento “Relatório da viagem exploradora de Matto-Grosso ao Pará pelo rio Xingu”, é frequente o uso de *depois* como exemplificado em (54) e (55).

(54)

Sahimos a 14 ás 7 da manhã e chegamos ao aldeamento dos indios Bacairis, á margem esquerda do rio Novo ao 1|2 dia, **depois** de passarmos os ribeirões do Pantanalsinho e do Retiro, todos tributarios do Arinos desaguando primeiramente no rio Novo.

(19RV, 5)

(55)

Continuamos a caminho ao 1|2 dia chegando ao ribeirão das Pedras ás 3 horas da tarde **depois** de passarmos duas cabeceiras, denominada a Segunda, cabeceira do Baptista e um estreito ribeirão que corre entre os chapadões.

(19RV, 6)

Em casos como esses, configura-se uma situação de ambiguidade. Em uma interpretação, *depois* atua como advérbio de localização posterior, admitindo paráfrase como “em posição posterior a”. Assim, conforme (54), “a aldeia dos índios Bacairis” localiza-se em posição posterior aos (*depois*) “ribeirões do Pantanalsinho e do Retiro”. Por outro lado, *depois* integra uma construção *Y DEPOIS de X*, atuando como uma locução conjuntiva, localizando no tempo os eventos “chegar à aldeia dos índios Bacairis” como posterior a “passarmos pelos ribeirões do Pantanalsinho e do Retiro”. Conforme (55), “ribeirão das Pedras” localiza-se em posição posterior a (*depois*) “duas cabeceiras” e a “um estreito ribeirão”; mas também, *depois* pode localizar no tempo “chegar ao ribeirão das Pedras” como posterior a “passarmos duas cabeceiras e um estreito ribeirão”, integrando a construção *Y DEPOIS de X*. Nessa relação de localização temporal, *depois* organiza o texto indicando a ordem cronológica dos acontecimentos, ocupando posição inicial na oração, como as conjunções. Dessa forma, *depois* revela a fluidez categorial entre o advérbio de lugar e a conjunção temporal, como já observado no século XIV.

*Depois* foi considerado TEMPORAL ORGANIZADOR em ocorrências como (54) e (55).

Ainda no sentido TEMPORAL, foi encontrado *depois* atuando como TEMPORAL ABSOLUTO, TEMPORAL RELATIVO e TEMPORAL APROXIMATIVO, como se observa em (56), (57) e (58), respectivamente.

(56)  
Chove quasi todos os dias, no verão, sempre **depois** do meio dia, e no inverno a qualquer hora.  
(19CGM, 25)

(57)

O velho Castilho, o Arcade posthumo, como então lhe chamaram, viu a geração nova insurgir-se contra a sua chefatura anachronica. Houve em tudo isto muita irreverência e muito excesso; mas é certo que Castilho, artista primoroso mas totalmente destituído de idéa, não podia presidir, como pretendia, a uma geração ardente, que surgia, e antes de tudo aspirava a uma nova direcção, a *orientar-se* como **depois** se disse, nas correntes do espírito da época.

(19CAQ, 4)

(58)

Começamos a nossa volta no dia seguinte ás 6 horas da manhã chegando ao pouco ás 11, encontrando a tropa já com susto de nossa ausencia e dispondo-se a sahir a nossa procura. Pouco **depois** reunimo-nos ahi aos Srs. Carlos e desenhista Guilherme que nos contarão os soffrimentos que tambem tiverão na excursão.

(19RV, 13)

No exemplo (59), *depois* é empregado com função de SEQUENCIADOR.

(59)

Pararão os indios por algum tempo e **depois** voltarão a toda pressa rio acima.

(19RV, 24)

Em (60), *depois* acrescenta um argumento, “falta de tempo”, para justificar o fato de o locutor “não possuir poder para realizar a reforma na parte respectiva à escrituração e à contabilidade”. Assim, atua como ADITIVO.

(60)

Subsiste porêm a necessidade de huma rigorosa reforma na parte respectiva á escripturação e contabilidade da receita e despeza de generos, isto he , da entrada e sahida dos mesmos generos no Almoxarifado, e da passagem das materias primas deste para as differentes Officinas , e volta dellas, depois de manufacturadas , ao mesmo Almoxarifado. Não pude occupar-me desta tão urgente reforma no principio da minha Administração, usando da autorisação que me conferia o Artigo 39 da Lei N.º 243 de 30 de Novembro de 1841, por falta dos indispensaveis conhecimentos praticos, que só com a experiencia se adquirem; **depois** faltou-me o tempo: informados da necessidade não deixareis de prover a ella de remedio opportuno.

(19RNG, 10)

A estrutura semântico-pragmática de (60) é constituída por uma primeira asserção que traduz uma constatação ou uma atitude tomada pelo sujeito e por uma asserção que funciona como argumento ou justificativa. O item *depois*, localizado antes da segunda asserção, articula argumentos de uma mesma escala argumentativa, de forma que ambos tenham a mesma força, embora ele focalize a atenção em um argumento, o que ele introduz. Assim, *depois* coloca em evidência e aponta fortemente para um argumento que deve prevalecer sobre os outros argumentos para conquistar e persuadir o ouvinte.

## 1.8 Século XX

No que diz respeito aos dados do século XX, não encontrei variante de *depois*. Tendo em vista que isso também foi verificado no século anterior, é provável, então que, desde o século XIX, a forma *depois* já se firmou como normativa. Ainda, no século XX, a frequência *token* é de 44 ocorrências e há seis *types*, apenas não ocorrendo o sentido LOCATIVO, o que pode ser verificado no quadro 12.

Quadro 12: Frequência de *depois* no século XX

<b>Frequência <i>token</i></b>	<b>Frequência <i>type</i></b>
44	06
	i. advérbio = temporal absoluto (08) ii. advérbio = temporal relativo (07) iii. advérbio = temporal aproximativo (01) iv. locução conjuntiva/prepositiva = temporal organizador (23) v. conjunção = sequenciador (04) vi. operador argumentativo = aditivo (01)

No sentido TEMPO, encontrei *depois* atuando como TEMPORAL ABSOLUTO, TEMPORAL RELATIVO, TEMPORAL APROXIMATIVO e TEMPORAL ORGANIZADOR, como se observa em (61), (62), (63) e (64), respectivamente.

(61)

« O Sertanejo »

**Depois** de quasi tres mezes de ausencia, reapareceu em Barretos, este illustre collega. Cordealmente saudamol-o.

(20AJP, 29)

(62)

De-noite inauguração do Curso de Etnografia, que durará seis meses Abrimos inscrição e em 3 dias tivemos 54 alunos, pelo que fui obrigado a fechá-las! Na mesma semana inauguramos o Arquivo da Palavra, com gravações oficiais. **Depois** virão gravações das vozes dos artistas e de vozes populares pra estudos de fonética.

(20CMA, 13)

(63)

Almoço acabou, fomos indo a pé pro Ministério, de repente meu desespero foi tamanho que ajuntei todas as minhas forças e me joguei no abismo, tem uma moça mineira positivamente excepcional, um valor, mas que carece se desenvolver, e por causa da miséria está jogada em Varginha... E não pedi! Parei, me faltou respiração, não sei, sei que parei, não pedi. Não foi possível pedir! Pouco tempo **depois** era nomeado diretor do Departamento. Oneida tinha o tempo constitucional de moradia aqui, chamei ela, está aqui.

(20CMA, 17)

(64)

Por decreto n.2200 de 26 de Junho 1858 foi Itapura mandada crear como estabelecimento naval, sendo ministro da Marinha o Conselheiro José Antonio Saraiva que incumbio d’essa Commissão ao 1º tenente da armada Antonio Mariano de Azevedo. Este official, organizada a monção em Piracicaba, zarpou com familia e numerosa tripolação d’aquelle porto no mez de Setembro de 1858 e **depois de** inumeras peripecias chegou ao Salto de Itapura a 29 de Maio de 1859!

(20AJP,14)

Em (65), *depois* assume o valor de SEQUENCIADOR.

(65)

Joanita, quando você voltar vou te ensinar comer melado de Campos. E’ bom! Guita, quando você voltar vou te ensinar comer melado de Campos. E’ gochtoso, memo! Pra dizer isso é preciso demorar bastante no “goch...” e **depois** pronunciar bem depressinha o “toso, memo”.

(20MB, 5)

O uso de *depois* como ADITIVO caracteriza-se pela perda da noção espacial/temporal assumindo uma função textual. Esse sentido pode ser observado em (66).

(66)

*Alcântara, Infelizmente / infelizmente não posso / aceitar o seu a sua / “Invitation au Voyage” / para ir nadar na Riviera / fumar dormir fazer versos / colhêr florinhas nos bosques / onde não tem sabiás / e dançar nos hotéis-palaces. / Bateu a crise no açúcar / mais braba que no café / Província mandou dizer / que não paga mais / Pois é. / Adoeceu seu Castilhos / e se mudou faz um mês / De sorte que Manuelzinho / ficou de tanga outra vez / Vai raramente ao cinema / voltou a comer no Reis / anda de bonde e em matéria / de charutos já não fuma / nem mau charuto holandês / Não posso / ir mais pra Pasárgada / Houve revolução lá / proclamaram a república / **Depois** a mulher que eu quero / não está lá / mesmo / Pra quê? / Melhor é ficar pr’aqui / Na véspera de Finados / estava tão aporrinhado / que escrevi de aporrinhado / êste “Poema de Finados”.*

(20MB, 17)

Em (66), *depois* introduz um argumento, “a mulher que eu quero não está lá mesmo”, para justificar o fato de “não poder ir mais pra Pasárgada”. Esse argumento passa a ser decisivo no sentido de orientar para uma determinada conclusão; destina-se a acentuar a força argumentativa do enunciado. É nesse sentido que dá ao enunciado uma direção argumentativa, auxilia e encaminha o ouvinte a uma dada direção.

Diferentemente dos séculos anteriores em que encontrei *depois* com valor ADITIVO, em (66), a estrutura semântico-pragmática é constituída por uma primeira asserção que traduz uma constatação ou uma atitude tomada pelo sujeito e por três asserções que funcionam como argumento ou justificativa. O item *depois*, localizado antes da última asserção, articula esses argumentos entre si.

## 1.9 Considerações sobre a posição de *depois*

Com relação à posição na oração, Martelotta (1993) afirma que, com exceção de uns poucos itens lexicais específicos, que demonstram tendência a assumir posições mais fixas, os circunstanciadores temporais possuem uma mobilidade muito grande dentro da sentença, e a sua colocação efetiva depende de uma tendência resultante da interação de suas características semântico-gramaticais com fatores de natureza pragmático-discursiva.

O autor afirma ainda que, com o processo de GR, *depois* tende a ter o seu feixe de possibilidades de colocação bastante reduzido e sua colocação passa a ter um caráter específico, pois passa a depender das características gramaticais de novas funções, que nascem de contextos específicos. Assim, para as conclusões apresentadas nesta seção, considere as seguintes posições de *depois*:

POSIÇÃO INICIAL: *depois* precedido por pausa e por conjunção (ou locução conjuntiva); *depois* iniciando adjunto adverbial ou oração adverbial, como em (67), (68), (69) e (70), respectivamente.

(67)

Se não, se ainda não fez isso, o que não acreditamos, é tempo de por mãos á obra: precisamos do abastecimento d'água. Todos sabem de que importancia é esse melhoramento. Preciso não é que o encareçamos aqui. Vimos, como desapareceram, por encanto, as epidemias, que reinaram ha annos atraz, em quasi todo o nosso estado. Isto succedeu, **depois** que foram se abastecendo d'água as cidades. Assim, forçoso é concluir: a nossa municipalidade não ha de querer levar a agua só para o seu moinho. Cuidará, estamos certos, de attender essa necessidade, de ordem publica, sem demora e com o maior empenho.

(20AJM, 44)

(68)

E veu Josep, e entrou hu eles estavam, e eles oferecerom-lhe aqueles presentes, que lhe tragiam, e adoraram-no em terra. E perguntou-lhe por seu padre, e disserom-lhe que era vivo, e ele quando viu Benjamym, beenzeu-o, e moveuxelhe o coraçom e as tripas, e non sse pôde teer, e entrou em sua camara, e chorou, e **depois** avou sua face, e saiu fora, e leixou de chorar, e disse: poede o pam enas mesas, e seve Josep apartado come homem d'outra terra

(14BMP, 48)

(69)

Estou aproveitando o domingo **depois** duma noite encantada de amor pra lhe escrever. É verdade que a fatalidade da situação me impediu que **depois** do brinquedo ficássemos os dois até agora rindo um pro outro. Mas sorrirmo-nos o tempo suficiente pra que a fadiga não viesse salfar a felicidade e por isso a felicidade está aqui vivinha, sanguínea e de ouro e prata.

(20CMA, 14)

(70)

Porem he mui certo, que o mericimento do noffo Illuſtre Philoſopho eſtava bem conhecido no Trono Britannico; pois que no Anno 1705 a Rainha ANNA o armou Cavalhero: e no meſmo Trono foi o ſeu mericimento muito mais bem conhecido **depois** que a preſente Real Familia veyo occupalo.

(18TM, 17)

POSIÇÃO MEDIAL: *depois* interrompe a adjacência Verbo-Complemento Verbal, como em (71); ou a adjacência Sujeito-Verbo, como em (72); ou *depois* precedido por pronome relativo, como em (73).

(71)

Francisco Pereira Coutinho veio á Bahia em fins de 1535 ou começo de 1536, e isto sei, porque no dia 20 de Dezembro de 1536, passou e assignou carta de sesmaria de 400 varas de terras de largo, e 500 de fundo a Diogo Alvares Corrêa (Caramurú) na Graça, onde já elle tinha fundado a sua povoação, chamada **depois** Villa Velha, ou do Pereira, e Francisco Pereira Coutinho uma fortaleza

(19CGM, 28)

(72)

Dous grandes malles reçoheo o reino por esta guerra que el Rei Dom Fernamdo com el Rei Dom Hemrrique começou, de que os poboos **depois** tiveram grande sentido: o primeiro, gastamento em grande quantidade d'ouro e prata que antiigamente pellos Reis fora emtesourado, do qual por aazo della foi a Aragom levada mui gram soma d'ouro, como já teemdes ouvido; o segundo isso meesmo foi gasto de muita multidom de prata, por a mudança das moedas que el Rei fez, por satisfazer aas grandes despesas dos soldos, e pagas das cousas necessarias aa guerra; per cujo aazo montarom as cousas depois em tamanhos e tam desarrazoados preços, que comveo a el Rei e foi forçado de poer sobre todas almotaçaria, e mudar o vallor que aa primeira posera em taaes moedas.

(15CDF, 7)

(73)

Das minhas investigações nos documentos historicos, e nos monumentos lapidários que encontrei na Bahia acredito, que Diogo Alvares Corrêa Caramurù, tendo escolhido o sitio que **depois** se chamou da Graça, deu principio a primitiva povoação do Brazil, entre os annos de 1512 a 1515.

(19CGM, 17)

POSIÇÃO FINAL: *depois* seguido possivelmente de pausa, como em (74).

(74)

confiou o Governo este commando ao Coronel do Corpo de Artilharia da Marinha João José da Costa Pimentel, que bem desempenhou esta importante commissão, como logo se verá: e muito antes, no 1.º de Outubro de 1841, se havião expedido ordens preventivas ao Commandante em Chefe do Exercito do Rio Grande do Sul para impedir qualquer movimento sobre as fronteiras de S. Paulo que os rebeldes daquella Provincia pudessem intentar, as quaes forão repetidas **depois**.

(19RNG, 23)

Na tabela abaixo, encontra-se a distribuição dos usos de *depois* relacionados à posição ocupada por esse item na oração.

Função	Posição		
	Posição Inicial	Posição Medial	Posição Final
Locativo	8	5	1
Temporal Absoluto	31	7	1
Temporal Aproximativo	6	2	2
Temporal Relativo	55	50	11
Temporal Organizador	346	0	0
Sequenciador	64	0	0
Aditivo	3	0	0
Total	513	64	15

Quadro 13: Funções vs. posições de *depois* nas diferentes sincronias

A análise de *depois*, quanto à posição na oração, evidencia a preferência desse item pela posição inicial. Os dados mostram que, conforme o item *depois* passa dos usos prototípicos, como de espaço e de tempo, para organizar e sequenciar os elementos do texto,

e para introduzir argumento, há uma mudança nessa distribuição de ocorrência nas três posições: os usos TEMPORAL ORGANIZADOR, SEQUENCIADOR e ADITIVO só ocorrem na posição inicial, indicando que *depois* se desloca gradativamente para o início das orações, fixando-se nessa posição.

Os outros usos de *depois* aparecem nas três posições, mas ainda preferencialmente em posição inicial. Destaca-se, nas ocorrências de *depois* como TEMPORAL RELATIVO, a distribuição equilibrada de ocorrência desse item entre a inicial e a medial, principalmente interrompendo a adjacência Verbo-Complemento Verbal. A explicação para isso pode estar no sentido de *depois* como TEMPORAL RELATIVO: “em outro tempo”, sentido mais generalizante que os demais usos temporais, tendo, assim, maior mobilidade de posicionamento dentro da oração, mas indicando o “ponto de viragem” para as funções mais gramaticais, que tomam a posição inicial como fator de restrição.

Segue no próximo capítulo a discussão sobre a GR de *depois*, em que confronto o reconhecimento das funções por ele exercidas nas diferentes sincronias e a hipótese que motivou a investigação diacrônica apresentada neste capítulo.

## **CAPÍTULO 4**

### **PENSANDO NO *DEPOIS*: GRAMATICALIZAÇÃO E FUNÇÕES DA LINGUAGEM**

---

---

#### **1 Considerações preliminares sobre a gramaticalização de *depois***

De acordo com as diferentes funções de *depois* apresentadas no capítulo anterior e apuradas nas sincronias dos séculos XIII ao XX, é possível uma primeira constatação: seus diferentes usos, constituídos a partir de base adverbial, revelam o caráter

multifuncional que ele desenvolveu, uma vez que, a partir do uso adverbial espacial original foi capaz de se adaptar a novas funções.

Retomo, neste ponto, a hipótese da trajetória proposta para *depois*.

(01)  
advérbio (espacial/temporal) > locução prepositiva (espacial/temporal) > conjunção / locução conjuntiva / locução prepositiva (temporal) > conjunção (operador argumentativo = “além do mais”)

Com base nessa trajetória, seria razoável propor que o uso como advérbio indicador de noção espacial, em latim, passa, com o tempo, a expressar a noção temporal, codificada como advérbio, locução prepositiva e conjuntiva e, em seguida, passa a indicar a sucessão temporal, em que um evento se realiza (indicando posterioridade de um evento em relação a outro), funcionando como conjunção. Seguindo os dispositivos teórico-metodológicos da GR, o elemento *depois*, de conjunção, torna-se operador argumentativo, assumindo a função de adicionar argumentos. Em outras palavras, a trajetória de mudança categorial de *depois*, proposta em (01), conduz à interpretação de que esse advérbio dêitico latino, que indica posterioridade, de valor espacial e temporal, passou a ser empregado como operador argumentativo. No confronto dessa hipótese com os resultados apurados na investigação diacrônica do desenvolvimento das funções de *depois* não é possível, no entanto, validar essa hipótese integralmente, de modo a se confirmar a configuração de um percurso unidirecional de mudança.

A descrição das funções de *depois* evidencia uma clara proximidade semântico-funcional entre o localizador espacial e o localizador temporal: ambos são operadores de

uma localização em um eixo de sucessividades, um no espaço e outro no tempo, e localizam situações e/ou entidades, marcando a mesma relação de ordem.

Segundo Batoréo (1997), no português europeu, a construção da referência espacial das unidades de um texto reproduz sua organização temporal no momento da produção do texto. Assim, definir que X ocorre *antes* de Z (que, por conseguinte, está *depois* de X) significa que, do ponto de vista temporal, X surgiu primeiro do que Z e essa ordem temporal foi projetada e metaforizada para a linearidade do texto.

Retomando a noção de metáfora categorial (HEINE *et al.*, 1991), *depois*, usado para designar um ponto no espaço (LOCATIVO), passa a funcionar como veículo para a expressão de conceitos temporais i) em termos precisos de localização temporal (TEMPORAL ABSOLUTO); ii) marcando uma relação temporal de posterioridade de definição menos precisa (TEMPORAL APROXIMATIVO); iii) marcando uma relação temporal de posterioridade (TEMPORAL RELATIVO), e iv) organizando a ordem dos acontecimentos (TEMPORAL ORGANIZADOR). Como um item de sequenciamento textual (SEQUENCIADOR), retoma anaforicamente orações indicando a sucessão temporal dos acontecimentos no mundo real, encadeando eventos. Em determinados contextos, *depois* tem seu uso estendido para sinalizar sucessão temporal entre proposições, em que se enunciam argumentos em favor de determinadas conclusões. Ou seja: ocorre um primeiro “ato de fala”, que poderia ser realizado de forma independente, e acrescenta-se outro, que visa a introduzir um argumento que, somado aos outros, confirma o posicionamento do locutor em relação a determinado assunto (ADITIVO).

Nesse deslizamento de funções, o valor básico de posterioridade de *depois* LOCATIVO mantém-se na função reconhecida como mais gramaticalizada, uma vez que a natureza dêitica do advérbio é que parece determinar seu uso como operador

argumentativo, já que a posterioridade temporal passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso, permitindo o acréscimo de um argumento para comprovar um ponto de vista enunciado anteriormente pelo locutor. Tal análise instância o *princípio da persistência*, característico de formas gramaticalizadas.<sup>42</sup> Essa alteração de sentido aponta para o uso mais abstrato e (inter)subjetivo de *depois*, uma vez que entram em jogo, na situação de interação, o desvelamento da relação que envolve proposições enunciadas, o papel do falante (a persuasão) e a interpretação do ouvinte (a aceitação do que está posto).

A organização dos diferentes usos de *depois*, de modo a recompor sua trajetória de mudança diacrônica, poderia ser representada na seguinte escala crescente de gramaticalidade:

(02)

LOCATIVO > TEMPORAL (ABSOLUTO > APROXIMATIVO > RELATIVO > ORGANIZADOR) > SEQUENCIADOR > ADITIVO

A ordem proposta nessa escala justifica-se pela abstratização dos sentidos verificados para *depois*. Como já deve ter ficado claro até esse ponto, o *cline* parte do uso mais concreto (LOCATIVO), para o mais abstrato (ADITIVO), passando pelos usos TEMPORAIS e SEQUENCIAIS. No caso das acepções temporais, a ordenação do *cline* também parte do mais concreto para o mais abstrato: apontar precisamente o espaço de tempo posterior (TEMPORAL ABSOLUTO) > apontar de forma menos precisa o espaço de tempo posterior (TEMPORAL APROXIMATIVO) > apenas apontar um

---

<sup>42</sup> O *princípio da persistência* é um dos cinco princípios propostos por Hopper (1991) que estão relacionados ao processo de GR, uma vez que são potencialmente diagnósticos da emergência de formas e construções gramaticais e também dos diferentes graus da GR, sinalizando de onde ela reconhecidamente possa ter procedido, ainda que em estágios iniciais. Assim, segundo o *princípio da persistência*, quando uma forma se gramaticaliza, alguns traços do significado original permanecem na nova forma gramatical, o que pode ocasionar restrições sintáticas sobre o uso da forma gramaticalizada.

espaço de tempo posterior (TEMPORAL RELATIVO) > organizar os acontecimentos relatados (TEMPORAL ORGANIZADOR).

Como mostrei no início do capítulo anterior, os usos de *depois* encontrados no português atual já estavam presentes no português desde o século XIII, apenas o mais gramaticalizado dos usos, o ADITIVO, e o TEMPORAL ABSOLUTO aparecem a partir do século XIV. Dessa forma, os dados históricos não me permitem afirmar categoricamente a trajetória de mudança diacrônica desse item, como pressupus ser possível. Quero dizer que, apesar de se saber, graças a pesquisas na sincronia atual, que o processo de GR de *depois* como operador argumentativo se dá por uma transferência do contexto situacional externo para o contexto discursivo interno, que constitui a manifestação da experiência intersubjetiva do conhecimento compartilhado por falante e ouvinte (HEINE *et al*, 1991), a escala de gramaticalidade de *depois* proposta em (02) é apenas um arranjo conceitual das funções, que obedece à abstratização, mas não à ordem de emergência das diferentes funções, seguindo-se a ordem das sincronias investigadas.

Levando em conta os resultados alcançados na investigação diacrônica, é possível, no entanto, sustentar apenas que a trajetória de mudança de *depois* tem como fonte de todos os usos o valor LOCATIVO, razão da validação apenas parcial da hipótese formulada. Passo a tratar desse assunto na próxima seção.

## **2 A POLIgramaticalização de *depois***

A investigação levada a cabo neste trabalho permitiu o levantamento das funções de *depois* em amostras de língua de diferentes sincronias. Minha expectativa era a de que, a partir dos resultados, fosse possível organizar os diferentes usos de *depois* em uma escala de GR, de modo a recompor sua trajetória de mudança diacrônica num percurso unidirecional que conciliasse mudança semântico-pragmática e rebaixamento categorial. Baseei minha expectativa em postulações gerais de que trajetórias unidirecionais de mudança semântica e sintática podem ser atestadas diacronicamente (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Do ponto de vista da mudança linguística, o processo de GR é unidirecional e se manifesta em escala crescente de abstratização de sentido do [+ concreto] para o [-concreto] (HEINE *et al.*, 1991). Ainda, essa trajetória *concreto* > *abstrato* na mudança semântica seria atestável no curso do tempo, na medida em que os sentidos mais concretos, lexicais, seriam mais antigos que os mais abstratos e gramaticalizados. Nessa perspectiva, os diversos sentidos de *depois* seriam considerados pontos focais de um *continuum* de desenvolvimento que teriam se iniciado nos usos mais lexicais e concretos e, posteriormente, teriam se tornando mais abstratos.

A investigação diacrônica indica que, no caso de *depois*, a direção *concreto* > *abstrato* na mudança linguística não é cronologicamente verificável, na medida em que tanto a noção mais concreta (localização espacial) quanto a mais abstrata (operador argumentativo) ocorrem desde os séculos XIII (no caso do uso espacial) e XIV (no caso do uso como operador argumentativo). Assim, esses dados, que encontram sua contrapartida em ocorrências da sincronia atual, evidenciam que basicamente as mesmas estratégias comunicativas e as mesmas inferências relacionadas ao uso de *depois* estão disponíveis no sistema da língua desde o século XIII. Isso indica que as

pressões comunicativas e funcionais, motivadoras dos usos de *depois*, são contínuas e regulares.<sup>43</sup>

Sob tais evidências, este estudo do processo de GR de *depois* indica que, nas diacronias analisadas, esse item pode ter se gramaticalizado em mais de uma direção, apresentando não só valores lexicais, como também diversos usos gramaticais. Assim, a interpretação mais razoável a se defender aqui é a de que as mudanças que afetam esse item instauram um processo de **poligramaticalização**,<sup>44</sup> termo empregado por Craig (1991) para identificar os vários caminhos de mudança que uma forma simples desenvolve rumo a funções gramaticais em diferentes construções.<sup>45</sup> No caso em estudo, a mudança pode ser representada de acordo com o esquema apresentado em (03).

(03) escala de poligramaticalização de *depois*



<sup>43</sup> O mesmo já foi verificado por Ferreira (2000) ao investigar o desenvolvimento das construções e dos sentidos do verbo *poder* no português em três amostras de língua em uso em diferentes sincronias: no português contemporâneo, no português do século XVI e no latim arcaico. Na análise, a autora verificou que as noções contextualizadas por esse verbo no português contemporâneo já eram atualizadas no verbo *posse*, que deu origem a *potere*, e, posteriormente, a *poder*, desde a fase arcaica da língua. No caso de *poder*, a direcionalidade *concreto* > *abstrato* na mudança linguística não é cronologicamente verificável, na medida em que tanto a noção mais concreta (a capacidade) quanto a mais abstrata (a epistêmica) coexistem há muitos séculos.

<sup>44</sup> Embora a poligramaticalização também possa ser atestada diacronicamente, nossa investigação não nos permitiu tal empreitada, uma vez que numa mesma sincronia diferentes funções coexistem. Para uma atestação diacrônica, talvez uma solução fosse ampliar as amostras de texto, de modo a torná-los mais representativos dentro de cada sincronia, considerando, por exemplo, não só a variedade de gêneros e estilos, mas também o distanciamento temporal entre um conjunto de textos e outro.

<sup>45</sup> Conforme me apontou Casseb-Galvão, em comunicação pessoal, por ocasião da defesa desta tese, uma outra interpretação possível para a mudança envolvendo *depois* é a de que se trata de caso de gramaticalização e não de poligramaticalização, como defendo neste trabalho. O argumento básico de Casseb-Galvão é que a persistência do traço de posterioridade da forma original em todos os usos de *depois* e a gradativa abstratização de sentido desse item seriam critérios suficientes para manter a trajetória unidirecional sugerida com base em análises sincrônicas.

A análise diacrônica das ocorrências de *depois* aponta para a estabilidade dos mecanismos de inferências que propiciam as extensões de sentido. Logo, o fato de que tanto sentidos mais concretos quanto mais subjetivos eram atualizados em sincronias anteriores sugere que as relações entre os sentidos mais concretos e os mais abstratos estão relacionadas ao caráter metafórico de estruturação do pensamento humano e a questões de ordem cognitiva e comunicativa que fazem com que continuamente o homem atualize suas capacidades cognitivas e aplique-as a situações análogas às que já vivenciou.

Martelotta (1996, p. 49, 50) afirma que “as línguas possuem um sistema semântico cognitivo de base experiencial, que opera e determina as regularidades que caracterizam a derivação dos sentidos através da transferência do mundo real para os domínios do mundo abstrato”. Dessa forma, *depois*, usado para designar um ponto no espaço – significado mais concreto – passa a expressar conceitos temporais – significado menos concreto. O falante passa, então, a usar *depois* não só para indicar o tempo específico de um evento; ele o emprega para ordenar as informações do texto – significado abstrato. Por fim, *depois* transcende o mundo do espaço e do tempo e passa a desempenhar função argumentativa – significado mais abstrato.

Apesar de não ser possível resgatar diacronicamente a trajetória de mudança percorrida por *depois*, de acordo com o grau de gramaticalidade de funções apreendido sincronicamente, são verificáveis os padrões de transferência de funções semântico-pragmáticas desse item. Assim, como distribuir as três funções da linguagem em uma escala de mudança via GR, a partir desses padrões, é assunto da seção seguinte.

### 3 O percurso da mudança de *depois* e as funções da linguagem

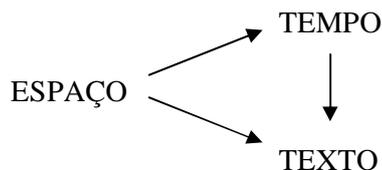
Como já discutido no capítulo 2 deste trabalho, para Traugott (1989), significados com conteúdo proposicional podem ganhar significados textuais, expressivos ou ambos, na ordem *proposicional* > *textual* > *expressivo*. Para a autora (TRAUGOTT, 1995), é na função “expressiva” da linguagem, instância em que se reflete a intensificação da subjetividade do falante, que se manifesta o aspecto mais pragmático das mudanças via GR. Essa função deriva da “proposicional”, podendo ser mediada pela “textual”, sendo que o fortalecimento pragmático caracterizador desse estágio vem da convencionalização de uma implicatura conversacional. Sendo assim, o componente “proposicional” é situado no “estágio inicial” do processo de GR e o desenvolvimento da função “expressiva” é posterior ao da função “textual”.<sup>46</sup> Levar em consideração que os usos pertencentes aos domínios “proposicional” e “textual” ainda não configurariam etapas da GR leva a um questionamento referente às funções de natureza textual no âmbito da GR: elas devem ser consideradas evidência de uma mudança no funcionamento de itens lexicais?

---

<sup>46</sup> Vale, nesse ponto, lembrar que, na releitura que Traugott (1982) faz das funções da linguagem, o componente proposicional equivale ao ideacional de Halliday e Hassan (1976), e inclui os recursos linguísticos sujeitos à verificação referencial (dêiticos de espaço, tempo e pessoa). O componente textual refere-se aos recursos disponíveis ao falante que lhe permitem a criação de um discurso coeso (conectivos, anáforas e catáforas, topicalizadores e complementizadores). O componente expressivo (interpessoal, nos termos de Halliday e Hasan) inclui recursos de que o falante se vale para expressão de atitudes/avaliações pessoais sobre o que está sendo dito, sobre o próprio texto ou sobre os participantes da situação de interação (modalizadores, operadores argumentativos, marcadores de pressuposição e índices de polifonia).

Heine *et al.* (1991) destacam que uma das principais metáforas envolvidas na GR é ESPAÇO/TEMPO > TEXTO/DISCURSO, representada no diagrama em (04).

(04) diagrama de mudança *espaço/tempo > texto/discurso* (HEINE *et al.*, 1991)



Segundo esse diagrama, no texto, há elementos de organização interna que são provenientes da GR de dados espaciais, que podem, ou não, de acordo com um processo de abstratização, expressar intermediariamente noções temporais. Essa distinção de conceitos concretos do mundo real para o mundo do texto corresponde, de acordo com os autores, às noções “ideacional” e “textual” de Halliday.

Diferentemente de Traugott e König, Heine *et al.* (1991) estabelecem que o padrão de transferência na GR segue a direção “ideacional<sup>47</sup> > interpessoal<sup>48</sup> > textual”. Com relação à função interpessoal, deve-se distinguir o componente de “orientação para o falante” do componente de “orientação para o ouvinte”. O primeiro é constituído de tudo o que está na mente do falante, como, por exemplo, suas atitudes, seus julgamentos e suas crenças. Manifesta-se por meio de advérbios de opinião, ou, na terminologia de Jackendoff (1972), por meio de advérbios *speaker-oriented*, como *provavelmente*, *infelizmente* etc. O segundo diz respeito ao estabelecimento das relações comunicativas. Manifesta-se basicamente por ordens, pedidos, ou, de um modo geral, expressões que

<sup>47</sup> Correspondente à função “proposicional” de Traugott e König.

<sup>48</sup> Correspondente à função “expressiva” de Traugott e König.

direcionam imposições ao ouvinte. Também pode apresentar estruturas cuja principal função é a de estabelecer relação coesiva entre sentenças, ou, de um modo geral, entre partes do texto, quando esta relação coesiva é uma consequência da intenção do falante em operar comunicativamente com as expectativas do ouvinte.

Heine *et al.* (1991) comentam o desenvolvimento de *who*, de pronome interrogativo (*Who came?* / Quem chegou?) a marcador de oração subordinada, como pronome relativo (*I don't know who came* / “Não sei quem chegou”), para justificar a direção “interpessoal > textual”. Segundo os autores, o falante usa esses pronomes, originariamente interrogativos, na função subordinativa, como se já estivesse se antecipando a possíveis perguntas de seus ouvintes. A motivação do percurso *interpessoal > textual* partiria de uma estratégia do falante para estabelecer uma pretendida relação entre o ouvinte e o texto – ou entre o falante e o texto –, destacando determinada parte. Gradualmente, com o decorrer do tempo, essa relação passa a ser reinterpretada como relação entre partes do texto, evidenciando a função textual.

Gorski *et al.* (2004) fazem três considerações importantes referentes aos dois percursos apresentados correlacionadas às funções da linguagem:

- (i) problemas comunicativos, resolvidos por inferências em uma negociação entre falante e ouvinte, podem ocorrer em qualquer ponto de um percurso de mudança.
- (ii) a função interpessoal envolve falante e ouvinte (F/O), sendo o componente orientado para o ouvinte mais interacional, marcado pela intersubjetividade, e o orientado para o falante, mais expressivo, marcado pela subjetividade.

(iii) parece inviável a separação dos componentes “orientado para o falante” e “orientado para o ouvinte” da função interpessoal, intercalando entre eles a função textual, bem como a definição da função interpessoal como anterior à textual.

A partir de tais considerações e tendo em vista a GR, Gorski *et al.* (2004) sugerem outra distribuição para as funções da linguagem, que segue dada em (05).

(05) distribuição das funções da linguagem em GR (GORSKI *et al.*, 2004)

<b>Ideacional</b>	>	<b>Textual</b>				
<table style="margin-left: auto; margin-right: auto; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; padding: 0 10px;"><b>O</b></td> <td style="text-align: center; padding: 0 10px;"><b>F</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"><b>Interpessoal</b></td> </tr> </table>			<b>O</b>	<b>F</b>	<b>Interpessoal</b>	
<b>O</b>	<b>F</b>					
<b>Interpessoal</b>						

Tendo em vista que a função interpessoal permeia a trajetória “ideacional > textual”, as autoras optam pela não inserção dessa função em um ponto específico do percurso da mudança, indicando sua possível distribuição em um gradiente de proeminência. Segundo as autoras, o componente orientado para o ouvinte tem mais proeminência que a função textual nos atos de fala manipulativos que envolvem perguntas e comandos; quando atua chamando a atenção para partes do texto tende a equilibrar a função interpessoal e a textual. Já o componente orientado para o falante parece, dependendo do caso, requerer mais intensamente o ouvinte ou estar mais centrado no próprio falante.

A partir dos resultados da análise diacrônica dos usos de *depois* apresentados na primeira seção deste capítulo e das considerações acerca das funções da linguagem no

processo de GR, apresento o *continuum* em que se relacionam a trajetória desse item, apreendida sincronicamente, como já destacado, com as funções da linguagem, seguindo a proposta de Gorski *et al* (2004).

IDEACIONAL		> > >	TEXTUAL	
Interpessoal >>>		Interpessoal >>>	Interpessoal >>>	
<i>DEPOIS</i>				
ADVÉRBIO	CONECTOR		OPERADOR ARGUMENTATIVO	
localizador espacial e localizador temporal: ambos são operadores de uma localização em um eixo de sucessividades, um no espaço e outro no tempo, e localizam eventos e/ou entidades, marcando a mesma relação de ordem	a especificação temporal estende-se ao texto: inferências baseadas na temporalidade passam a atuar na ordenação textual		novas inferências foram desenvolvidas a partir de relações contextuais, indicando um uso mais subjetivo e abstrato – o da argumentação, ou seja, há uma projeção metafórica dos significados fundados na ordenação textual para os fundados na argumentação do falante a respeito do que é dito	
LOCATIVO e TEMPORAL (ABSOLUTO, APROXIMATIVO e RELATIVO)	TEMPORAL ORGANIZADOR e SEQUENCIADOR		ADITIVO	
significado concreto, uso referencial	função textual		Argumentativo: indicação de argumento decisivo	

Fig 3: Usos de *depois* e as funções da linguagem

Compartilho com Gorski *et al.* (2004) a ideia de que não é necessária a definição do lugar em que a função interpessoal/expressiva se situe em relação à textual, uma vez que engloba uma ação voltada para o falante, marcada pela subjetividade, e uma função mais direcionada para o ouvinte, marcada pela intersubjetividade. Por exemplo, as autoras constatarem que a trajetória de mudança para *olha/veja* segue a direção: ‘fortemente orientado para o ouvinte’ > ‘fracamente orientado para o ouvinte e para o texto’. Para *quer dizer*, o valor de *ratificação* (‘ou seja’) envolve um componente ‘fortemente orientado para o falante e para o texto’; já o valor de *retificação* (‘aliás’) envolve um componente ‘fracamente orientado para o ouvinte e para o texto’.

A proeminência do componente orientado para o ouvinte ou para o falante está relacionada ao item analisado. Assim, é que proponho que *depois*, como operador argumentativo, envolve um componente fortemente orientado para o falante e para o texto, já que seu uso se caracteriza por confirmar o posicionamento do falante em relação ao que é dito, acrescentando mais um argumento que passa a ser decisivo, quando há dois, ou mais, argumentos orientados no mesmo sentido.

Conforme os elementos pragmáticos passam a ser recorrentes em certos contextos de uso, passam a desempenhar papéis no âmbito relacional, atuando como conector na organização das informações do texto. Como afirmam Gorski *et al* (2004), há uma relação entre o componente expressivo centrado no falante e a função textual da linguagem com graus de complexidade e de abstração crescentes nas relações lógico-semântico-discursivas.

Diante do exposto neste capítulo, apresento uma síntese das afirmações feitas até aqui a respeito das relações entre as diferentes funções de *depois* e as funções da linguagem.

Resumidamente, tendo como fonte o valor LOCATIVO, ocorre um caso de poligramaticalização desse item, uma vez que é razoável propor que ele tenha se gramaticalizado em mais de uma direção, funcionando como TEMPORAL, SEQUENCIADOR e ADITIVO, apresentando, assim, não só valores lexicais, como também diversos usos gramaticais. *Depois* ORGANIZADOR e *depois* SEQUENCIADOR são tipos de *depois* temporal, que, em função do contexto em que ocorrem, assumem um comportamento de elemento gramatical, uma vez que servem para ordenar as informações do texto.

A função ORGANIZADOR está inserida entre os usos temporais, pois, nessa função, a ocorrência do localizador *depois* é essencial para a expressão de posterioridade temporal, tornando indispensável a presença desse item, quando não há

uma organização relativa à efetiva ordenação dos eventos no mundo. O evento descrito pela expressão introduzida por *depois que* e *depois de*, no sentido TEMPORAL ORGANIZADOR, é interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal, o que indica uma delimitação temporal marcada entre os eventos. Por outro lado, *depois* SEQUENCIADOR está ancorado em um momento já especificado no próprio texto, indicando uma sucessão temporal em que um evento se realiza após o outro, podendo *depois* ser, nesse caso, retirado da oração, sem prejuízo da sequencialidade dos eventos. Isso justifica a função SEQUENCIADOR não estar inserida entre os usos temporais.

O uso de *depois* como ADITIVO explica-se por uma projeção metafórica dos significados fundados na marcação textual para os fundados na atitude do falante a respeito do que é dito. Dessa forma, tendo em vista que a função interpessoal/expressiva engloba uma ação voltada para o falante e para o texto, já que seu uso se caracteriza por confirmar o posicionamento do falante em relação ao que é dito, chamando atenção para um aspecto particular do texto, como no caso de *depois* ADITIVO, a mudança semântico-pragmática ocorre na direção ideacional/proposicional > textual, podendo ser perpassada pela função interpessoal em qualquer ponto do percurso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

O surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes são evidências de que a renovação do sistema linguístico é constante. Nesse sentido, Hopper (1987) enfatiza que o estatuto gramatical das línguas vai sendo constantemente negociado na fala a partir de estratégias de construção do

discurso. Então, a língua é concebida como atividade em tempo real, não havendo, a rigor, gramática como produto acabado, mas em constante GR.

Sob tal concepção e assumindo a perspectiva da GR, meu objetivo neste trabalho foi o de buscar uma comprovação diacrônica para poder realmente afirmar o processo de GR de *depois*, tal como proposto por Martellota (1996), ou seja, apreender o processo de mudança categorial e semântica desse item ao longo da história do português, recorrendo a análises contextuais mais aprofundadas para a apuração de sua multifuncionalidade. Segundo o autor, no português atual, o elemento *depois* apresenta valores espaciais, temporais e argumentativos, e seus usos podem ser arranjos, como é comum aos operadores argumentativos, em uma trajetória de GR do tipo *espaço* > (*tempo*) > *texto*, tal como proposta por Heine *et al.* (1991).

Segundo Martelotta (1993), é comum, na GR de operadores argumentativos, a trajetória *circunstanciador* > *operador argumentativo*, em que o elemento perde o valor semântico e ganha valor pragmático-discursivo. No que diz respeito a *depois*, ao passar a atuar como operador argumentativo, ele perde os traços semântico-gramaticais originais que o identificam como elemento menos gramatical, para assumir funções discursivas mais direcionadas à argumentação. Assim, assume nova função gramatical com o objetivo de organizar argumentativamente pontos específicos do discurso. Com a perda de traços de uma dêixis adverbial (*espaço* e *tempo*), que também regula sua colocação na sentença, ao se gramaticalizar, esse item perde sua mobilidade original, assumindo posições mais fixas dentro da porção textual que organiza. Quer dizer, com a GR, o elemento passa a assumir funções argumentativas, que, por consequência, leva a restrições de colocação, características específicas das novas funções que passa a assumir em contextos específicos. Assim é que sua colocação depende mais de aspectos

gramaticais do que de aspectos discursivos mais amplos, que caracterizam as formas livres.

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, no capítulo 1, apresentei um panorama da GR, concebendo-a como um conjunto de princípios que têm sido usados na explicação de determinados fenômenos de mudança linguística, de base pragmático-discursiva, portanto, capaz de fornecer um aparato teórico-metodológico para traçar uma trajetória para os usos diacrônicos de *depois*.

No capítulo 2, dediquei-me à caracterização de *depois*, enquanto objeto de estudo deste trabalho, a partir de sua etimologia e de estudos linguísticos descritivos (MARTELOTTA, 1993; GONÇALVES, 2007). Tais considerações me possibilitaram apreender os valores categoriais e a função desempenhada por este item: *depois*, de circunstanciador, passa a operador argumentativo, assumindo, inicialmente, função sequenciadora e, em seguida, assumindo definitivamente função argumentativa. Observei também que, nos trabalhos apresentados, não há referência, pelo menos não uma referência específica, a outros sentidos temporais com que *depois* pode ser usado, como, por exemplo, para indicar uma localização específica no tempo (*quase vinte e três anos depois do casamento aconteceu a separação*) ou para indicar a ordem cronológica em que se dão os acontecimentos (*vou abrir a escola depois do almoço*, caso em que, em **primeiro lugar** *eu almoço* e, em **segundo lugar**, *eu abro a escola*).

Na parte final do capítulo, para uma melhor compreensão da trajetória de *depois*, sob a perspectiva da GR, apresentei duas diferentes escalas de ordenação postuladas para as funções da linguagem associadas às mudanças semântico-pragmáticas, sendo elas: *função ideacional* > *função interpessoal* > *função textual*, como propõem Heine *et al.* (1991), e *função proposicional* > *função textual* > *função expressiva*, proposta por

Traugott (1989), Traugott e König (1991). A aplicabilidade dessas duas escalas ao estudo de *depois* induziu-me ao questionamento referente a como distribuir as três funções da linguagem em uma escala de mudança via GR.

No capítulo 3, apresentei a evolução histórica de *depois*, com o objetivo de verificar o caminho de mudança por ele percorrido até a instauração de seu funcionamento como operador argumentativo. Verificadas as funções cumpridas por *depois* nas diferentes sincronias, dediquei-me, no capítulo 4, ao confronto da hipótese de sua GR, postulada em bases sincrônicas, com resultados apurados diacronicamente, levando em conta as alterações categoriais e alterações semântico-pragmáticas intervenientes no processo.

Valendo-me dos dispositivos teórico-metodológicos da GR, propus, inicialmente, que, no que diz respeito à mudança categorial, *depois*, enquanto advérbio indicador de noção espacial em latim, teria passado, com o tempo, a expressar a noção temporal, codificada como advérbio, locução prepositiva e conjuntiva e, em seguida, passado a indicar a sucessão temporal em que um evento se realiza (indicando posterioridade de um evento em relação a outro), funcionando como conjunção. Seguindo a tendência da GR, o elemento *depois*, de conjunção, teria se tornado operador argumentativo, assumindo a função de adicionar argumentos. Importante que se frise que essa trajetória de mudança categorial de *depois*, é apenas um arranjo conceitual das funções sintático, semânticas e pragmáticas que ele desenvolve, as quais não são verificadas, seguindo-se a ordem das sincronias investigadas.

A partir da análise diacrônica, encontrei sete usos diferentes de *depois*, quais sejam:

- 1) **Locativo**: usado para localizar uma entidade em um espaço posterior;
- 2) **Temporal Absoluto**: usado para localizar precisamente o intervalo de tempo posterior de um evento;
- 3) **Temporal Aproximativo**: usado para localizar de forma menos precisa o intervalo de tempo posterior de um evento;
- 4) **Temporal Relativo**: usado para apontar o intervalo de tempo posterior de um evento;
- 5) **Temporal Organizador**: usado para organizar os elementos do texto, de modo que se estabeleça o elo de sucessão entre dois ou mais eventos, sendo que o evento introduzido por *depois é* interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal;
- 6) **Sequenciador**: usado como um item de sequenciamento textual, que assume a função de sequenciar dois ou mais eventos, indicando que o evento expresso na oração por ele introduzida ocorre quando o anterior se conclui; e,
- 7) **Aditivo**: usado para indicar sucessão temporal entre proposições, uma das quais é enunciada como argumento em favor de determinada conclusão; a proposição introduzida por *depois* constitui o argumento adicionado em favor de uma conclusão enunciada anteriormente.

A ocorrência desses sete usos de *depois* permite reconhecer, de um lado, o uso mais concreto (**Locativo**) e, de outro, o uso mais abstrato (**Aditivo**), sendo que, de um uso ao outro, é possível reconhecer um processo contínuo de recategorização, que passa pelos usos temporais e pela sequenciação textual. Ou seja, é possível reconhecer a transferência de um contexto situacional externo para um contexto discursivo interno,

que constitui a manifestação da experiência intersubjetiva do conhecimento compartilhado por falante e ouvinte (HEINE *et al*, 1991).

Como já dito, a trajetória descrita acima toma por base postulações referentes ao processo de GR: trata-se de um processo unidirecional que se manifesta em escala crescente de abstratização de sentido, do [+ concreto] para o [- concreto] (HEINE *et al.*, 1991), sendo que trajetórias unidirecionais de mudança semântica e sintática podem ser atestadas diacronicamente (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Contrariando minhas expectativas, os dados históricos não me permitem afirmar categoricamente a trajetória unidirecional de mudança diacrônica desse item. Assim, levando em conta os dados analisados, propus que a trajetória de mudança de *depois* tem como fonte de todos os usos o valor **Locativo**, o que caracteriza seu processo de mudança como de poligramaticalização, uma vez que é razoável supor que ele possa ter se gramaticalizado em mais de uma direção, apresentando não só valores lexicais, como também diversos usos gramaticais.

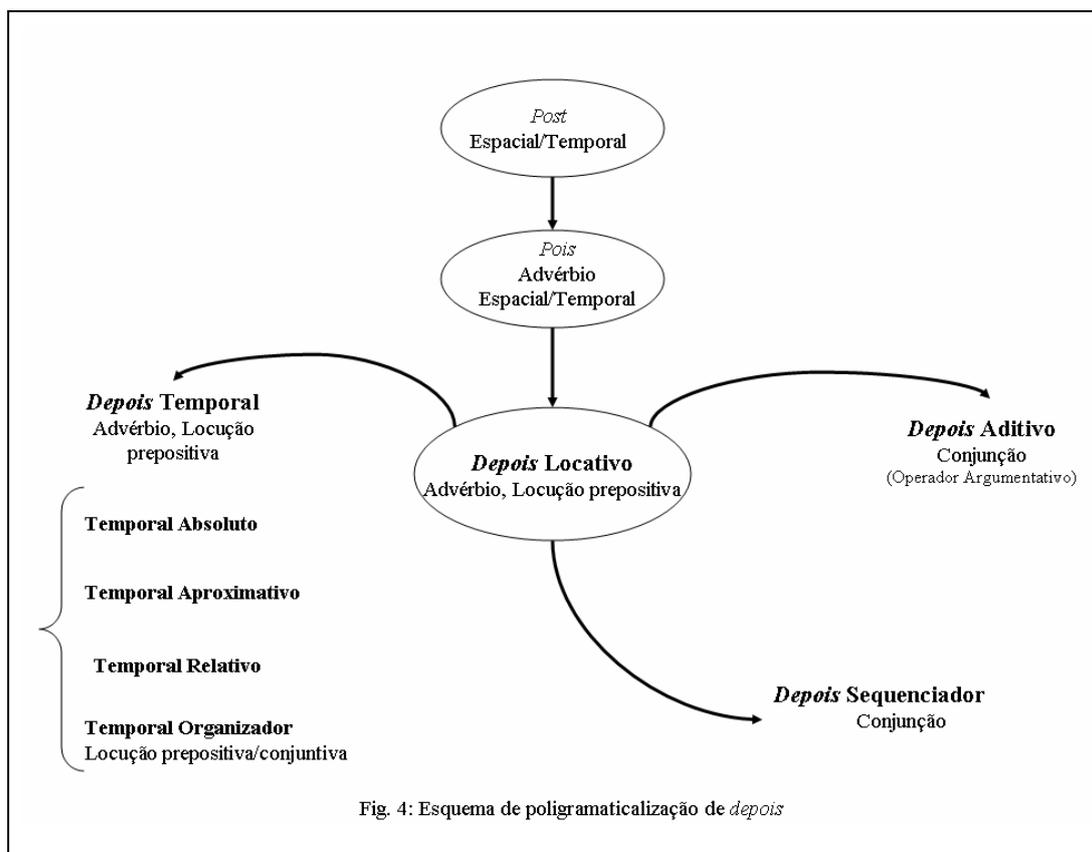
Por fim, a partir dos padrões de transferência de funções semântico-pragmáticas de *depois*, assumi, como Gorski *et al* (2004), que, também para esse estudo de caso, não é necessária a definição do lugar em que a função interpessoal/expressiva se situa em relação à textual, uma vez que o uso mais gramaticalizado engloba uma ação voltada para o falante, marcada pela subjetividade, e uma função mais direcionada para o ouvinte, marcada pela intersubjetividade.

Ainda no que diz respeito aos padrões de transferência de significados semântico-pragmáticos de *depois* e as funções da linguagem, destaco que a mudança de significado desse item passa, de referência a um evento relativamente concreto, para

expressão da avaliação corroborativa entre proposições, quer dizer, trata-se de uma mudança para um grau maior de (inter)subjetividade e abstração (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Após mencionar as principais conclusões a que cheguei a partir do desenvolvimento desta pesquisa, apresento, de forma sucinta, algumas questões que merecem destaque.

No que diz respeito às descrições de usos de *depois*, desde sua origem latina – Martelotta (1993); Gonçalves (2007) e as apontadas por mim nesta pesquisa –, os valores categoriais e as funções desempenhadas por esse item podem ser resumidos no esquema a seguir.



O esquema mostra que da forma *post* se origina o circunstanciador de valor espacial e temporal *pois*, do qual, por sua vez, origina-se o circunstanciador espacial/temporal *depois*. Tendo como fonte o valor LOCATIVO, ocorre um caso de poligramaticalização desse item, uma vez que é razoável propor que ele tenha se gramaticalizado em mais de uma direção, funcionando como TEMPORAL, SEQUENCIADOR e ADITIVO, apresentando, assim, não só valores lexicais, como também diversos usos gramaticais.

*Depois organizador* e *depois sequenciador* são tipos de *depois* temporal, que, em função do contexto em que ocorrem, assumem um comportamento de elemento gramatical, uma vez que servem para ordenar as informações do texto. Em termos mais

específicos, *depois sequenciador* indica a sucessão temporal dos acontecimentos, sendo usado para indicar que um evento ocorre imediatamente após o término da anterior. *Depois organizador*, como o próprio rótulo permite antever, organiza a sequencialidade dos eventos e indica a ordem cronológica em que eles ocorrem. O evento descrito na expressão introduzida por *depois que* e *depois de*, no sentido Temporal Organizador, é interpretado como anterior ao que aparece descrito na oração principal, o que indica uma delimitação temporal entre os eventos. Quando a supressão desse item não inviabiliza nem altera a interpretação do nexos sequencial temporal que se estabelece entre os eventos, ele é considerado *sequenciador*, pois está ancorado em um momento já especificado no próprio texto. Pode-se dizer, então, que *depois sequenciador* é [+gramatical] em relação a *depois organizador*.

O uso ADITIVO explica-se por uma projeção metafórica dos significados fundados na marcação textual para os fundados na atitude do falante a respeito do que é dito.

Assim, como mostra o esquema, *depois* é usado de circunstanciador espacial/temporal a operador argumentativo (função argumentativa), assumindo também função organizadora e função sequenciadora.

Outra questão que merece destaque é a de que casos de poligramaticalização, como o identificado nesta pesquisa diacrônica de *depois*, costumam ser citados como contra-exemplos para a unidirecionalidade, princípio que rege a GR. Como resposta a essa afirmação, Hopper e Traugott (1993), dizem:

O desenvolvimento para diferentes domínios gramaticais, via caminhos múltiplos, conforma-se à unidirecionalidade, uma vez que as formas resultantes são mais gramaticais (abstratas, reduzidas, generalizadas) do que as formas originais.<sup>49</sup>

Dessa forma, casos de poligramaticalização não invalidam o caminho unidirecional, já que é possível reconhecer entre as formas caracterizadas a de “base lexical” e as de “base gramatical”, como no caso de *depois*. Nesse sentido, as conclusões desta pesquisa indicam a necessidade de enfraquecer a hipótese de unidirecionalidade *concreto* > *abstrato* como trajetória atestável diacronicamente.

Embora os dados aqui apresentados não confirmem a precedência temporal de um sentido de *depois* em relação ao outro, a estabilidade semântico-sintática mostrada na análise das diferentes sincronias evidencia as relações cognitivas estabelecidas pelos falantes na construção dos sentidos, relações de natureza pancrônica, não ancoradas em uma relação espaço/tempo, de caráter histórico, como também verificado em outros trabalhos sobre GR (FERREIRA, 2000).

Essa consideração relaciona-se à perspectiva proposta por Votre (1999) de que nada desaparece ou é inteiramente novo, tudo está em processo de adaptação às novas situações, sendo reformatado, mas sem evidências de que um uso precede o outro no curso do tempo.

Apesar de os dados históricos não me permitirem afirmar categoricamente a trajetória de mudança diacrônica de *depois*, sua frequência de uso pode ser um indicativo das funções mais gramaticalizadas.

---

<sup>49</sup> “Development along such multiple paths into different grammatical domains conforms to unidirectionality in that the later forms are more grammatical (abstract, reduced, generalized) than the earlier ones”. (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 112)

Com base na apuração geral das funções de *depois*, consideradas todas as sincronias, a análise dos dados aponta os usos TEMPORAL ORGANIZADOR, TEMPORAL RELATIVO e SEQUENCIADOR com frequência total de 89% dos casos, o que indica que, em relação ao uso mais gramaticalizado, o de operador argumentativo, *depois* se encontra em estágios ainda incipientes de GR. Dentre esses usos, TEMPORAL ORGANIZADOR ocorre em 58% dos casos, enquanto TEMPORAL RELATIVO e SEQUENCIADOR ocorrem, respectivamente, em 20% e 11% dos casos. Esses usos têm em comum o fato de atuarem caracteristicamente na marcação textual, seja organizando, seja sequenciando eventos, e na marcação de relação temporal de posterioridade vaga, sendo, portanto, mais abstratos que os usos relacionados à localização espacial e temporal, podendo ser esta em termos mais ou menos precisos.

Destaco também que, como observado, o uso mais gramaticalizado, ADITIVO, ocorre um século depois de os demais usos identificados, o que pode indicar que esse sentido é posterior aos demais, diferentemente do que afirmei no decorrer desta análise. No entanto, como esse uso totaliza menos de 1% dos casos, considero esse fato apenas como possibilidade interpretativa da GR mais tardia da função de operador argumentativo, a qual merece uma investigação mais aprofundada em termos de um controle mais rigoroso e de uma ampliação das amostras de textos diacrônicos, principalmente no que respeita a tipos e gêneros textuais, uma das propostas de continuidade deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BARBOSA, A. e LOPES, C. R. (orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: UFRJ [Projeto para a História do Português Brasileiro]. 2002.

BATORÉO, H. J. Factores linguísticos, cognitivos e culturais na definição do modelo espaço-temporal do texto. In: *Actas do XII Encontro da APL*, Lisboa (Colibri), 1997, p. 61-71.

BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.

BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: THOMASELLO, M. (Ed.) *The New Psychology of Language*. vol. II. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., 2003.

\_\_\_\_\_. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JANDA, Richard e BRIAN, J. (eds.). *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell 2005.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago-USA, 1994.

BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

CALLOU, D. I. e LOPES, C. R. (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, vol. III, Diálogos entre dois informantes. 1994.

CÂMARA JR, J. M. *História e estrutura da Língua portuguesa*, 2. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CAMPBELL, L., JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, n. 23, 2001, p. 93-112.

CANDIDO, F. M. *Os diferentes padrões das construções com pois*. Dissertação. (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

CASTILHO, A. T. de. Para uma análise multissistêmica das preposições. In: CASTILHO, A. T. de. (org.). *História do Português Paulista*. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, vol. I, 2009.

CASTILHO, A. T. de / PRETI, D. (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. I, Elocuções Formais. 1986.

CASTILHO, A. T. de / PRETI, D. (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, vol. II, Diálogos entre dois informantes. 1987.

CEZARIO, M. M., *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1976.

CRAIG, C. Ways to go in Rama: a case study in polygrammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamim, 1991, p. 455-492.

CUNHA, M. A. F. da, COSTA, M. A. e CESARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da, OLIVEIRA, M. R. de e MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2003.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino-português*. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

FERREIRA, A. G. *Dicionário de Latim – Português*. Porto (Porto Editora), 1987.

FERREIRA, L. M. A. *A estabilidade semântico-sintática do modal “poder”: evidências em três sincronias*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado, 2000.

FONSECA, A. M. H. *A perífrase ir + infinitivo e o futuro do dialeto riopretano: um estudo na interface sociolinguística/gramaticalização*. Dissertação de Mestrado em Análise Linguística - Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, Unesp, 2010.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; VOTRE, S., J. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n. 1, 1999, p.85-111.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. London: Academic Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GONÇALVES, J. da S. *Gramaticalização do item depois na fala carioca: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertação de mestrado. Disponível em: <[http://www.lettras.ufrj.br/poslinguistica/mestrado\\_2007\\_pdfs/jaqueline\\_silva\\_goncalves.pdf](http://www.lettras.ufrj.br/poslinguistica/mestrado_2007_pdfs/jaqueline_silva_goncalves.pdf)>. Acesso em julho de 2010.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2003.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GORSKI, E.; ROST, C. A.; DAL MAGO, D. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: CHRISTIANO, M. E.; SILVA, C. R.; HORA, D. (orgs.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004. p. 29-64.

GRICE, H. Logic and conversation. In: Cole e Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*, vol. 3. Academic Press, 1975.

GUEDES, M. e BERLINCK, R. de A. (orgs.). *E os Preços eram Commodos... Anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, Série Diachronica, vol. 2, 2000.

GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação: um estudo das conjunções do Português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*. London: Edwards Arnold, 1973.

\_\_\_\_\_. Estrutura e função da linguagem (Tradução de Jesus Antônio Durigan). In: LYONS, J. (org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. As bases funcionais da linguagem (Tradução de Rodolfo Ilari). In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. V.1. São Paulo: Global, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HEINE, B. Grammaticalization as an Explanatory Parameter. In: PAGLIUCA, W. (org.). *Perspectives on Grammaticalization. Current Issues in Linguistic Theory*, n. 109. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 255-287.

\_\_\_\_\_. On the role of context in grammaticalization. In: WISHER, I. (ed.). *New reflections on grammaticalization*. USA: Johns Benjamins, 2002, p.83-101.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991a.

HEINE, B. From Cognition to Grammar – Evidence from African Languages. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991b, p.149-188.

HILGERT, J. G. (org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: Ediupe / Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, vol. I, Diálogos entre informante e documentador. 1997.

HOPPER, P. Emergent Grammar. *Berkeley Linguistic Society*, v.13, p.139-157, 1987.

\_\_\_\_\_. On Some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991, p. 17-36.

\_\_\_\_\_. Some Recent Trends in Grammaticalization. *Annual Review Anthropological*. nº 25, 1996, p. 217-236.

HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, R. *A expressão de tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation on generative grammar*. Cambridge, The MIT Press, 1972.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1996

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. *Diogenes* 51, 1965, p.55-71. Reprint: Kurylowicz, J. *Esquisses linguistiques II*. München: W. Fink (International Library of General Linguistics, 37); 1975, p. 38-54.

LANGACKER, R. W. Syntactic Reanalysis. In: LI, C. (org.). *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press, 1977, p. 53-139.

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thoughts on Grammaticalization: a programmatic sketch*. Köln: *Arbeiten des Kölner Universalien 49- Projects*, v. 1), 1995 [1982].

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *A Gramaticalização da perífrase conjuncional “só que”*. Tese de doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MAGNE, A. *A demanda do santo graal: glossário*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1944.

MARCUSCHI, L. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definições e funcionamento. In: DIONISIO, A.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARTELOTTA, M. E. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma abordagem funcional*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Disponível em <<http://www.discursoegramatica.letas.ufrj.br/download/tesedoutoradomartelotta.pdf>> Acesso em julho de 2010.

\_\_\_\_\_. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

MOTA, J. e ROLLEMBERG, V. (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, vol. I, Diálogos entre Informante e Documentador. 1994.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. *Grogotá*, n. 9, 2000, p.125-135.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo, Ed. da UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo. In: *Gramática do português falado*. vol. II: Níveis de análise lingüística. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

NUNES, J. J. *Crestomatia arcaica: excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até o século XVI, acompanhados de introdução gramatical, notas e glossários*. Lisboa, Livraria Clássica Editora. 1959.

\_\_\_\_\_. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975.

PAIVA, M. da C. Gramaticalização de conectores no português do Brasil. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n.9, p.35-46, 2º sem. 2001.

PIERCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

POGGIO, R. M. G. F. *Processo de Gramaticalização de Preposições do Latim ao Português – Uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

PRETI, D., URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, vol. 3, 1988.

SÁ, M. P. M.; CUNHA, D. de A. C. da; LIMA, A. M. e OLIVEIRA JR., M. (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, vol. I: Diálogos entre informante e documentador. 1996.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

\_\_\_\_\_. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1971.

SILVA, J. C. da. *Dicionário da língua portuguesa medieval*. Londrina: EDUEL, 2007.

SILVA, T. M. da. *Gramaticalização de conjuntivos adversativos na história do português*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, 2010.

SWEETSER, E. Grammaticalization and semantic bleaching. *Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, n. 14, 1988., p. 389-405.

\_\_\_\_\_. *From etymologic to pragmatic: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TORRINHA, F. *Dicionário latino-português*. 3 ed. Porto: Edições Marânus, 1945.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (orgs.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, p. 245-271.

\_\_\_\_\_. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, 1989, 5:01.

\_\_\_\_\_. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (eds.) *Subjectivity and subjectivisation*. Linguistic perspectives, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 31-54.

\_\_\_\_\_. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at ICHL XII, Manchester, 1995. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: maio de 2010.

\_\_\_\_\_. *From subjectification to intersubjectification*. Workshop on Historical Linguistics, Vancouver, Canadá, 1999. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Constructions in Grammatization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (orgs.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwells, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The Semantics-pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1980.

VOTRE, S. J. (org). *Funcionalismo em Linguística: Iconicidade*. Edição de Suzzana d'Ávila C. Rigoni. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras. Cursos de pós-graduação em Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin— unidirectionality revisited*. Santa Bárbara, Califórnia, USCB, 1999.

VOTRE, S. J. e NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C. e MOLLICA, M. C. (orgs). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.